

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO -
PPGEC

CONTRIBUIÇÕES PARA A OBSERVAÇÃO DE AVES NO BRASIL:
ESTUDO DE CASO NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE ESTADUAL DA LAGOA DA
TURFEIRA

GRAZIELE NORONHA DOS SANTOS

Rio de Janeiro

2021

GRAZIELE NORONHA DOS SANTOS

CONTRIBUIÇÕES PARA A OBSERVAÇÃO DE AVES NO BRASIL:
ESTUDO DE CASO NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE ESTADUAL DA LAGOA DA
TURFEIRA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do
grau de Mestra

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Machado Vilani

Rio de Janeiro

2021

S237

Santos, Grazielle Noronha dos

Contribuições para observação de aves no Brasil: estudo de caso no Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira / Grazielle Noronha dos Santos. -- Rio de Janeiro, 2021.
134 f.

Orientador: Rodrigo Machado Vilani.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação, 2021.

1. Observação de aves. 2. Unidades de conservação.
3. Ecoturismo. 4. Conservação. 5. Lagoa da Turfeira.
I. Vilani, Rodrigo Machado, orient. II. Título.

GRAZIELE NORONHA DOS SANTOS

CONTRIBUIÇÕES PARA A OBSERVAÇÃO DE AVES NO BRASIL:
ESTUDO DE CASO NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE ESTADUAL DA LAGOA DA
TURFEIRA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do
grau de Mestra

Aprovada em 11 de fevereiro de 2020

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo Machado Vilani - Orientador

Prof. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues (UNIRIO)

MSc. Manuela Torres Tambellini (INEA)

Prof. Dr. Henrique Bastos Rajão Reis (PUC-RIO)

Prof. Dr. Alexandre Schiavetti (UESC)

A cada ser alado que habita os detalhes do infinito de vida que nos cerca. Que este trabalho ajude a dar voz àqueles que não podem falar por si. Se é preciso conhecer para conservar, é preciso encantar para amar. As aves fazem isso.

AGRADECIMENTOS

Vai ficando cada vez mais difícil nomear sem ser injusta
Se as partes fazem parte do todo
Sou um todo formada por muitas partes
Como diria Manoel de Barros, o melhor de mim sou todos os outros
Pois aqui está meu agradecimento a só uma parte do todo
Sem perder de vista que esta parte é limitada
(coisas dessa história de cientista pós-normal)

Ao Universo, que me concede todas as dádivas do caminhar nessa existência
e a todo o caminho que me conduziu até aqui
Às minhas raízes de pés descalços na terra
(e de um “quintal maior que o mundo”)
Ao meu avô Hugo pela inspiração que foi e pelo exemplo que sempre será
À minha mãe Letícia, a guerreira que me ensinou a lutar
À Daiane, irmã de alma, por me fazer lembrar diversas vezes o motivo deste trabalho
Aos tiês-sangue que colorem a Urca e a cada pôr-do-sol na mureta
À Natália e Stella, companheiras dessa jornada que foram morada
Ao PPGEC e a todos os seus mestres que contribuíram com essa jornada
Principalmente ao Prof. Dr. Rodrigo, por todo o apoio e orientação com esta dissertação

A mim mesma por seguir sendo verdadeira com minha alma de passarinho

“O turismo que estudei por tantos anos na faculdade era muito mais do que os grandes autores e apostilas definem. O turismo deveria ser usado como uma ferramenta de conhecimento e de empatia com o mundo. Ele não deve ser banal, mas, sim, nobre” (Leticia Mello, 2019).

RESUMO

A observação de aves é uma das atividades realizadas ao ar livre que mais cresce no mundo conciliando ecoturismo, conservação, sensibilização ambiental, ciência cidadã e desenvolvimento econômico. O Brasil é o segundo país com maior número registrado de espécies de aves, e foi a partir do engajamento de sua comunidade de observadores de aves e das iniciativas independentes que a atividade ganhou notoriedade. As unidades de conservação (UC) são os destinos preferidos pelos observadores no país, embora poucas estejam efetivamente estruturadas para a prática. Dentro desse contexto o Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira (REVISTUR) se insere, enquanto uma UC que almeja ser um centro de referência na observação de aves na região sul fluminense. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi analisar o contexto histórico e político-institucional da conservação da natureza e do ecoturismo no Brasil. Especificamente, o estudo visou avaliar o percurso e as políticas de observação de aves no país, discutir o cenário da atividade no Estado do Rio de Janeiro e avaliar sua implementação no REVISTUR. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, etnografia digital, pesquisa de levantamento, matriz SWOT e pesquisa documental. Entre os resultados obtidos no estudo de caso destaca-se o índice de favorabilidade do cenário de 41%, indicando a tendência positiva dos fatores para a implementação da atividade no REVISTUR. As principais forças são possuir um plano de manejo composto por um plano setorial de visitação com ações voltadas para a observação de aves, e ser uma área de relevância ambiental. As principais oportunidades são as possibilidades de articulação com comunidade do entorno, secretarias municipais e setor privado, existência de guias de observação de aves que já atuam na área, e a proximidade com outros locais da região já reconhecidos como destino de observadores. A principal fraqueza é a inexistência de uma sede administrativa no local da UC e a principal ameaça são as queimadas. Considerando que os objetivos desta pesquisa estiveram alinhados a demandas reais do REVISTUR, evidenciadas pela construção das análises do plano de visitação e dos FCS em conjunto com a gestão da UC, foi acordada a elaboração de quatro produtos técnicos; i. manual de recomendações para a implementação da observação de aves no REVISTUR; ii. manual de orientações para o fortalecimento da observação de aves no Estado do Rio de Janeiro; iii. workshop sobre métodos para o desenvolvimento da observação de aves em UCs do Estado do Rio de Janeiro; iv. cartilha de orientações sobre a observação de aves pra a educação ambiental no REVISTUR.

Palavras-chave: Observação de aves; unidades de conservação; ecoturismo; conservação; Lagoa da Turfeira

ABSTRACT

Birding is one of the fastest growing outdoor activities in the world. It can conciliate ecotourism, conservation, environmental awareness, citizen science and sustainable economic development. Brazil is the second country with the largest number of bird species recorded, and in the last decade birding has acquired notorious attention in the country. Protected areas are the birdwatchers' preferred destinations in Brazil, although only a few of them have outstanding structure dedicated to this activity. Located at the southern part of Rio de Janeiro State, the State Wildlife Refuge of Lagoa da Turfeira (REVISTUR) aims to be a reference birding destination. The objective of this work was to analyse the historical and political-institutional context of nature conservation and ecotourism in Brazil, and specifically to evaluate the birdwatching route and policies in the country; discuss the state of the activity in the State of Rio de Janeiro; and to evaluate the implementation of birdwatching in Lagoa da Turfeira. To achieve that, methods included bibliographic research, digital ethnography, data survey, SWOT matrix and documentary research. Among the results, it can be highlighted a value of 41% for the Scenario Favorability, which indicates a positive factors tendency to the implementation of the activity at REVISTUR. The protected area's main strengths are to have a management plan encompassing a visitation sectoral plan with actions towards birding, and to be an area of environmental relevance. The main opportunities include the possibility of engagement of the local community, municipal departments and private sector, the presence of birdwatching guides that already work on this area and the proximity to other locations of the region that are important birding destinations. The main weakness is the lack of an administrative center at the site and the main threat is the illegal burning of the forest. Considering that the objectives of this study were aligned to the demands of REVISTUR, the elaboration of four technical products was agreed: i. recommendations manual for the implementation of birdwatching in REVISTUR; ii. guidance manual for strengthening birding in the State of Rio de Janeiro; iii. workshop on methods for the development of birding in protected areas in the State of Rio de Janeiro; iv. a guidebook about birdwatching to be used in environmental education activities.

Keywords: Birding; conservation units; ecotourism; conservation; Lagoa da Turfeira

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Refúgio de Vida Silvestre da Lagoa da Turfeira.....	16
Figura 2 – Estrutura do estudo.....	18
Figura 3 – Gráfico com a estimativa de repasse (em reais) por parcela do ICMS-e ao município de Resende entre 2010 e 2015	32
Figura 4 – Divulgação do Programa Passarilhar Carioca no site da SMAC/RJ	53
Figura 5 – Placa indicativa sobre a The Great Washington State Birding Trail	60
Figura 6 – Observação de aves dentro da estrutura governamental americana.....	61
Figura 7 – Tendências de variação das atividades do setor de turismo.	70
Figura 8 – Divulgação da campanha “Vem Passarilhar em casa” pelo INEA através das redes sociais.....	72
Figura 9 – Divulgação do Global Big Day pelo Laboratório de Ornitologia de Cornell através das redes sociais.....	73
Figura 10 – Gráfico com a relação do número de cadastros na plataforma WikiAves	79
Figura 11 – Área do REVISTUR e o macrozoneamento municipal de Resende.....	81
Figura 12 – Índice de favorabilidade dos fatores críticos de sucesso para a implementação da observação de aves no REVISTUR.....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Eventos virtuais em que a pesquisadora esteve presente	21
Quadro 2 – Eventos presenciais em que a pesquisadora esteve presente	22
Quadro 3 – Relação dos documentos utilizados como referência nesta etapa.....	23
Quadro 4 - Marcos no histórico da observação de aves no Brasil	47
Quadro 5 - Iniciativas do Programa Vem Passarilhar consolidados pelo país.....	50
Quadro 6 - Observação de aves nos planos de manejo das UCs federais localizadas no Estado do Rio de Janeiro	55
Quadro 7 - Observação de aves nos planos de manejo das UCs estaduais do Rio de Janeiro	56
Quadro 8 - Ranking dos 10 países com o maior registro de espécies no Global Big Day 2020	74
Quadro 9 - Temas debatidos durante a Semana de Observação de Aves	75
Quadro 10 – Análise do Plano Setorial de Visitação do REVISTUR.....	92
Quadro 11 – Análise SWOT dos fatores críticos de sucesso para a implementação da observação de aves no REVISTUR.....	96
Quadro 12 – Hierarquização dos fatores críticos de sucesso que permeiam a implementação da observação de aves no REVISTUR.....	103

LISTA DE SIGLAS

ABETA	Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
APP	Área de Preservação Permanente
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
COA	Clube de Observadores de Aves
CODIN	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro
DIBAPE	Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FUNDTUR	Fundação do Turismo
GEVINS	Gerência de Visitação, Negócios e Sustentabilidade
IBA	Áreas Importantes para a Conservação das Aves
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MCIT	Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia
MEUI	Macrozona de Expansão Urbana Incentivada
MIND	Macrozona Industrial
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MTUR	Ministério do Turismo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial do Turismo
PAN	Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção
PM	Plano de Manejo
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNT/PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PVP	Programa Vem Passarilhar
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre
REVISTUR	Refúgio de Vida Silvestre da Lagoa da Turfeira
RL	Reserva Legal
ROVUC	Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural

SEAS	Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETUR	Secretaria Estadual de Turismo
SMAC	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
METODOLOGIA	19
1 Pesquisa bibliográfica	20
2 Etnografia digital	20
3 Pesquisa de levantamento.....	21
4 Matriz SWOT	23
5 Pesquisa documental	25
CAPÍTULO I – “MINHA TERRA TEM PALMEIRAS ONDE CANTA O SABIÁ”	26
1.1 PERCURSO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO BRASIL	26
1.2 DAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AO USO PÚBLICO	33
1.3 O OLHAR DO TURISMO PARA A CONSERVAÇÃO.....	38
CAPÍTULO II – “ELES PASSARÃO, EU PASSARINHO”	46
2.1 O PERCURSO DA OBSERVAÇÃO DE AVES NO BRASIL.....	46
2.1.1 Iniciativas na política pública	53
2.1.2 Observação de aves em planos de manejo.....	55
2.2 EXEMPLOS INTERNACIONAIS.....	59
2.3 ESTUDOS NORTEADORES.....	64
2.4 OBSERVAÇÃO DE AVES E A PANDEMIA.....	69
CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO	80
3.1 REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE ESTADUAL DA LAGOA DA TURFEIRA	80
3.1.1 Plano Setorial de Visitação	84
3.2 DESENLACES E ARGUMENTAÇÕES	86
3.2.1 Cenário atual	87
3.2.2 Análise do Plano Setorial de Visitação	92
3.2.3 Fatores Críticos de Sucesso	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICE A - RELAÇÃO DE FONTES CONSULTADAS PARA OBTENÇÃO DE DADOS	121
APÊNDICE B – FORMULÁRIO UTILIZADO NO DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO ATUAL	123

APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA AOS GUIAS DE TURISMO DE OSERVAÇÃO DE AVES DA REGIÃO.....	125
APÊNDICE D – PERGUNTAS A RESPEITO DO PROGRAMA VEM PASSARINHAR RJ	126
APÊNDICE E - PROGRAMAÇÃO, CONVIDADOS E TEMAS DISCUTIDOS NO AVISTAR CONECTA.....	126
APÊNDICE F – ENTREVISTA COM O ORNITÓLOGO LUCIANO LIMA	127
ANEXO A – PROGRAMA DE VISITAÇÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVETSRE ESTADUAL DA LAGOA DA TURFEIRA.....	128

INTRODUÇÃO

A humanidade sempre se interessou pelas aves, mas esta relação se modificou ao longo do tempo até o desenvolvimento da observação de aves a partir do século XX tal qual é concebida hoje, possibilitada pelo acesso aos meios de transporte e aos equipamentos tecnológicos, atrelada também ao interesse pelas questões ambientais (PIVATTO et al., 2007). Dentre os diversos grupos de animais, o das aves é um dos que mais desperta atenção do homem devido ao colorido e exuberância das espécies, à diversidade de vocalizações e por serem elementos facilmente observáveis na paisagem (SOARES et al., 2004), seja em áreas mais preservadas, no meio rural ou mesmo em grandes cidades (LIMA et al., 2018a). O *birdwatching*¹ (termo em inglês para observação de aves) consiste em observar as aves em seu ambiente natural e é praticado em todo o mundo como atividade de lazer (ALEXANDRINO, 2012). Para o registro das informações é comum a utilização de binóculos, máquinas fotográficas e até mesmo gravações das vocalizações para posterior análise das espécies, realizada com o auxílio de guias de campo e aplicativos que facilitam na identificação (FARIAS, 2007).

De acordo com Lima et al. (2018a), a partir da perspectiva motivacional psicológica, a grande popularidade da observação de aves pode ser interpretada como um dos exemplos que reforçam a hipótese da biofilia, proposto em 1984 pelo biólogo Edward Wilson. De acordo com este conceito o ser humano possui uma necessidade biológica de estar em contato com componentes da biodiversidade e, assim, “a popularização crescente da observação de aves pode estar relacionada à necessidade de contato com a natureza por parte de sociedades cada vez mais urbanas” (LIMA et al., p. 9, 2018a). Ainda segundo os mesmos autores, através da reconexão das pessoas com a natureza, passarinhar desempenha relevante papel na sensibilização sobre a importância da conservação (LIMA et al., 2018).

¹ O termo em inglês está indicado no texto tendo em vista sua ampla utilização mesmo em documentos nacionais, no entanto, nesta dissertação será privilegiada as expressões em língua portuguesa, observação de aves e passarinhar.

Conjugando com o que Costa (2007) chama de uma “ornitologia complexa”, a atividade de observação de aves se enquadra na proposta construtivista do conhecimento ao privilegiar a interação entre os envolvidos, e entre os envolvidos e o ambiente, a partir de canais sensitivos (visão e audição) e afetivos que favorecem um modo de pensar desenvolvido com sensibilidade a partir de experiências reais. Ou seja, passarinho é uma possibilidade de religação com a experiência com o real, com a sensibilidade de vida que nos cerca.

Assim, a observação de aves é considerada uma das atividades de observação de fauna mais tradicionais praticada em todo o mundo, sobretudo pela facilidade de avistamento (FARIAS et al., 2006), inclusive em áreas urbanas, salvo as espécies mais raras (SANTOS et al., 2011). Além disso, em todos os períodos do ano é possível realizar passeios de observação, uma vez que a sazonalidade favorece a atividade no que tange à ocorrência de diferentes espécies para um mesmo lugar ao longo do ano, influenciada pelas mudanças estacionais. Os países tropicais concentram elevada riqueza e abundância de espécies, inclusive raras e endêmicas, atributos que turistas internacionais buscam ao praticar a atividade. Não por acaso, órgãos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a União Europeia apontam a promoção deste segmento do turismo como uma “estratégia para expandir a sustentabilidade no setor, especialmente em países tropicais” (CREST, 2014 *apud* LIMA et al., p.10, 2018a).

Para alguns autores a atividade se relaciona com o ecoturismo por ser considerada de baixo impacto, estimular a prática da ciência cidadã por meio da coleta de dados e geração de informações, contribuir com a conservação a partir da sua capacidade de sensibilização ambiental, e ainda possibilitar uma alternativa de geração de renda para comunidades locais (FARIAS, 2007; FILHAIS, 2013; PINHEIRO, 2019; SILVA, 2020). Mundialmente, a observação de aves movimentava bilhões de dólares, fazendo girar um mercado que inclui agências turísticas, pousadas e guias especializados, além de equipamentos como câmeras, binóculos, guias de campo, eventos e festivais destinados a reunir os praticantes da atividade (LIMA et al., 2018a).

No Brasil, a riqueza de avifauna associada aos inúmeros domínios naturais que recobrem o território propicia a realização da atividade em todas as regiões, principalmente nas unidades de conservação (PINHEIRO, 2019). O último levantamento realizado em 2015 pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (CBRO) coloca o Brasil como o segundo país do mundo em maior número de espécies de aves, totalizando 1.919 espécies catalogadas (CBRO, 2015). No entanto, embora as UCs se destaquem como destinos preferenciais pelos observadores de aves que em geral buscam por ambientes favoráveis à existência de aves

encontrando nesses locais um grau de conservação propício à atividade, poucas estão efetivamente estruturadas para receber o público específico ou incluem a observação de aves como uma atividade turística (PINHEIRO, 2019).

Embora seja possível observar a tendência de crescimento da atividade no Brasil, ainda são muitos os entraves para a sua expansão que resulta no deficiente atendimento às demandas do público específico, como inexistência infraestrutura adequada, falta de guias especializados e que dominem outros idiomas, despreparo da rede hoteleira, desconhecimento da avifauna local, falta de entendimento dos governos da atividade como um atrativo turístico e por consequência a falta de promoção da atividade como um todo. (OPPLIGER et al., 2016; LUGARINE et al., 2018; SANTOS et al., 2020; SILVA, 2020). Assim, todas essas questões são essenciais no planejamento da visitação nas UCs que, de acordo com Brumatti (2013), se bem gerida, pode representar importante instrumento para alcance de metas conservacionistas, recreativas e econômicas simultaneamente.

Embora o potencial para a atividade no Brasil seja grande e esteja em expansão, isso ainda ocorre de forma tímida, promovida mais por iniciativas independentes da comunidade de praticantes da observação de aves no país e menos por ações de políticas públicas – como nos Estados Unidos e Colômbia, países referências no segmento que são elencados neste estudo para fins de comparação. Mas antes de compreender o estágio atual do desenvolvimento da observação de aves no Brasil, suas fraquezas e potenciais, também foi necessário compreender por que o país que é “gigante pela própria natureza” instituiu com ela conexões profundamente utilitaristas, para entender como são regidas as bases das políticas públicas de conservação e turismo. Ao abordar o histórico dos argumentos centrais da política conservacionista brasileira, ficou evidente que eles estão assentados na influência de um modelo de produção voltado à apropriação da natureza que corrobora com a fragilidade e com o enfraquecimento das estruturas dos órgãos públicos ambientais – cenário que permanece na governança atual e corrobora com o entendimento das dificuldades de expansão da observação de aves no país.

A área do estudo de caso (Figura 1) desta pesquisa é o Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira (REVISTUR), localizado no município de Resende, sudoeste do Estado do Rio de Janeiro. Sua criação em 2016, resultou da mobilização de biólogos e observadores de aves locais que demonstraram a relevância ambiental da área e a importância de sua conservação através de registros de espécies de aves. O local, marcado historicamente por diversos usos, está sobreposto a uma área considerada industrial pelo macrozoneamento de Resende.

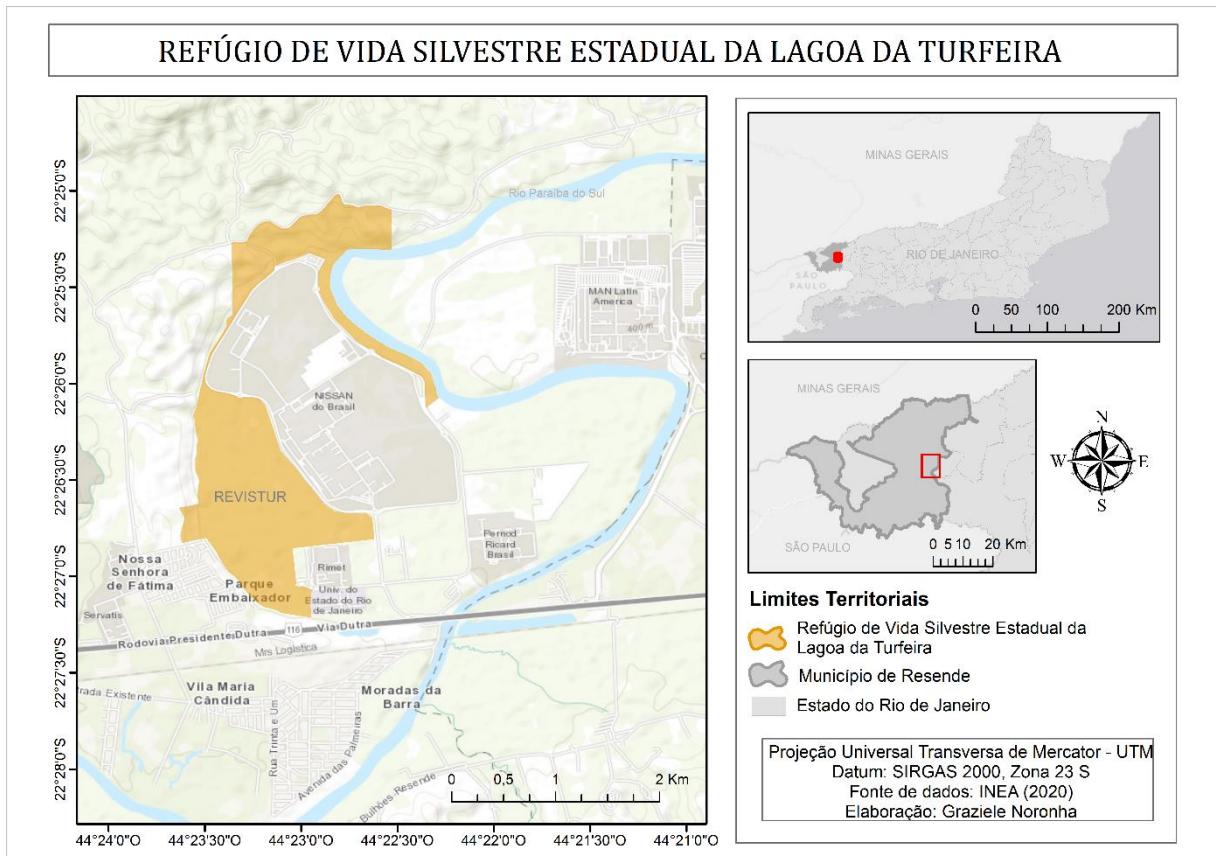


Figura 1 - Localização do Refúgio de Vida Silvestre da Lagoa da Turfeira

Fonte: Elaboração própria a partir de INEA (2020)

O último grande conflito em 2011, antes da criação do UC, resultou do aterramento de grande parte das pequenas lagoas ao redor do espelho d'água principal – a Lagoa da Turfeira -, pela licença de instalação de uma fábrica de automóveis. O impacto culminou no firmamento de um termo de ajustamento de conduta (TAC) para a implementação da área protegida que hoje é gerida pelo Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA).

A observação de aves, presente na história do REVISTUR, continuou tendo papel preponderante na UC que trouxe como uma de suas visões, ser um centro de referência na atividade, sendo o foco de seus atrativos turísticos e de suas ações previstas em seu Plano Setorial de Visitação. Cabe ressaltar que das 37 UCs geridas atualmente pelo INEA, 9 mencionam a observação de aves em seus planos de manejo, sendo 7 da categoria Parque e apenas 1 à categoria de Refúgio de Vida Silvestre - o REVISTUR.

Além da relevância que a observação de aves tem no histórico de criação da UC e em seu plano de manejo, o Decreto nº 45.574 de 03 de dezembro de 2016 que instituiu a área protegida, traz como um de seus objetivos específicos “oferecer oportunidades de pesquisa científicas, interpretação e educação ambiental, e visitação” (RIO DE JANEIRO, 2016). Em consonância, o plano de manejo também apontou como uma das atuais fraquezas a ausência de pesquisas científicas que, por sua vez, também foi elencada como uma das estratégias de ação, juntamente com a de incentivar o turismo e despertar atratividade da UC para o município (RIO DE JANEIRO, 2018). No que tange à relevância da presente pesquisa, ela foi reafirmada no momento da qualificação desta dissertação pela gerente da Gerência de Visitação, Negócios e Sustentabilidade (GEVINS) vinculado à Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (DIBAPE) do INEA presente na composição da banca, que indicou a importância de estudos como este para o órgão e da parceria com a Universidade.

Ainda sobre as justificativas que motivaram a escolha do tema deste trabalho, a motivação pessoal da pesquisadora foi uma das maiores forças motrizes para a continuidade do que o estudo se propõe e, mais ainda, ao que propôs a si mesma ao ingressar no mestrado. Sua primeira lembrança com a observação de aves é por volta dos meus 9 anos de idade quando, bem se recorda, teve a primeira oportunidade de ver mais de perto os “penudinhos coloridos” através da lente de uma câmera. Esse encanto só aumentou ao longo dos anos e lhe inquietava não vislumbrar uma forma de trazê-los para sua vida acadêmica – vida esta que foi traçada por forte influência de suas raízes que cresceram nutridas por uma infância de pés literalmente na terra.

Imersa no descontento de um tema anterior que parecia não fazer mais sentido, a autora deste estudo teve a oportunidade de participar de uma edição do Programa Vem Passarinho RJ no REVISTUR em 2019 e a partir de então vislumbrou a possibilidade de fazer de uma paixão pessoal, seu objeto de estudo. Para sua surpresa, o plano de manejo da unidade que já estava elaborado desde 2018, tinha como um de seus maiores direcionamentos a atividade de observação de aves.

Pressupondo menos uma relação de domínio sujeito x objeto e mais de diálogo permanente para a produção de conhecimento, como sugere Gonçalves (1989), assim que o pré-projeto desta pesquisa foi reescrito, a pesquisadora entrou em contato com o gestor do REVISTUR para alinhar os anseios dos objetivos do estudo com os objetivos e demandas reais da UC. Assim, concordaram que para a presente pesquisa, o foco seria a implantação da visitação no REVISTUR, que tem como um de seus objetivos ser reconhecido como importante ponto de observação de aves na região (RIO DE JANEIRO, 2018).

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi analisar o contexto histórico e político-institucional da conservação da natureza e do ecoturismo no Brasil. Especificamente voltou-se para avaliar o percurso e as políticas de observação de aves no país, discutir o cenário da atividade no Estado do Rio de Janeiro e avaliar sua implementação no REVISTUR. A estrutura da pesquisa se encontra na figura 2.

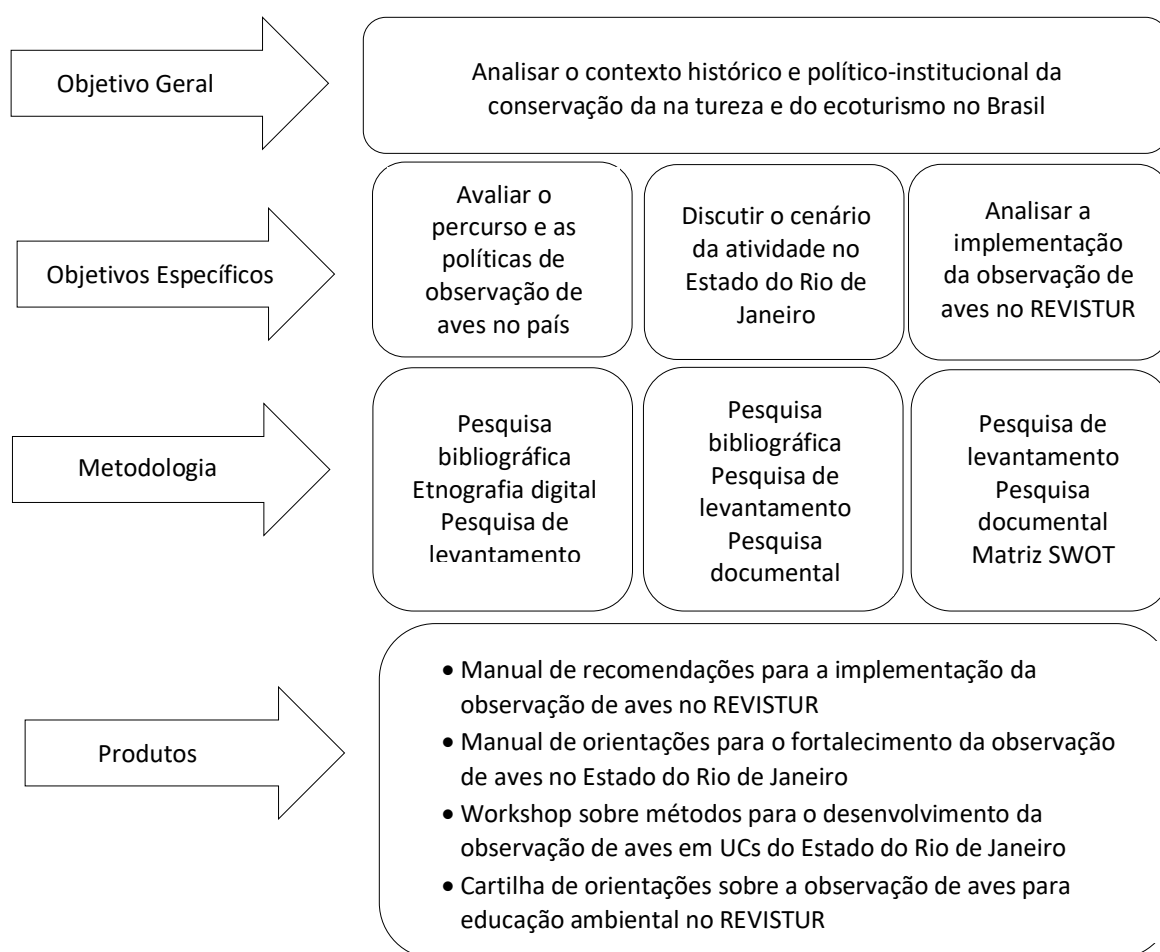


Figura 2 – Estrutura do estudo

Fonte: Elaboração própria, 2020

Diante da natureza profissional do PPGEC, a contribuição prática deste trabalho está estruturada em três documentos técnicos e um curso de curta duração. Os quatro produtos técnicos são: i. manual de recomendações para a implementação da observação de aves no REVISTUR; ii. manual de orientações para o fortalecimento da observação de aves no Estado do Rio de Janeiro; iii. workshop sobre métodos para o desenvolvimento da observação de aves em UCs do Estado do Rio de Janeiro (contribuindo como item 2.6 do Programa de Visitação do Plano Setorial de Visitação sobre capacitação de condutores); iv. cartilha de orientações sobre a observação de aves para educação ambiental no REVISTUR (contemplando o item 1.3 do Programa de Educação Ambiental do Plano Setorial de Visitação sobre elaboração de materiais). Esses produtos técnicos, que materializam a aplicabilidade da pesquisa, foram definidos a partir das demandas apontadas pela gestão do REVISTUR e serão entregues à DIBAPE/INEA após a aprovação final dessa dissertação.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho optou-se por uma pesquisa exploratória com estudo de caso, uma vez que tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o tema (GIL, 2002) da observação de aves, e investigar o caso do REVISTUR inserido no contexto dos processos políticos e organizacionais da sociedade, a partir de múltiplas fontes de evidências que possibilitam o entendimento da forma e dos motivos que levaram à tomada de determinada decisão (YIN, 2001).

Foram realizadas pesquisa bibliográfica, etnografia digital, pesquisa de levantamento, análise SWOT e pesquisa documental, e os procedimentos metodológicos serão detalhados nas seções seguintes. O trabalho tendo como objeto de estudo uma UC, foi autorizado pelo Núcleo de Pesquisa vinculado à Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA), por meio da autorização de Pesquisa Científica INEA N° 023/2019, prorrogada pela autorização INEA N° 051/2020.

1 Pesquisa bibliográfica

O primeiro momento da pesquisa consistiu em abordar alguns aspectos que fornecem subsídios para melhor compreensão do recorte temático por meio de levantamento bibliográfico sobre o percurso das políticas de conservação e turismo no Brasil, e também de sua inserção no cenário atual marcado pela pandemia² do Covid-19. O segundo momento foi apresentar um referencial teórico por meio de revisão sistemática de literatura sobre a observação de aves delimitada a partir de sua relação com o ecoturismo e conservação. Este levantamento foi apoiado nas bases “Periódicos Capes”, “Academia.edu” e “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD” através das palavras chaves “observação de aves”, “observação de aves e ecoturismo” e “observação de aves em unidades de conservação”, com o recorte temporal estabelecido a partir de 2000.

2 Etnografia digital

A etnografia digital (ou virtual), é uma evolução técnica dentro da pesquisa qualitativa, sendo ao mesmo tempo de observação e interativa, uma vez que o pesquisador imerge em grupos específicos e observa as práticas e vivências desse público, mapeando padrões de pensamento sobre determinado assunto. Ela permite que a internet seja uma ferramenta para estudar pessoas e relações que de outra forma não se conseguiria atingir, e o ambiente *on line* se torna um processo de extensão ou complementação do ambiente *off line* (SILVA et al., 2020).

No contexto deste trabalho, a etnografia digital foi utilizada com o objetivo de acompanhar as discussões que permeiam o tema da observação de aves em espaços *on line* como sites institucionais, redes sociais (*Facebook* e *Instagram*), fóruns e principalmente eventos virtuais que foram adaptados a essa nova versão pela impossibilidade de ocorrerem física e presencialmente durante o período da pandemia. O quadro 1 apresenta os eventos virtuais em que a pesquisadora esteve presente e o Apêndice A, a relação de algumas fontes complementares consultadas para obtenção de dados secundários.

² Declarada oficialmente em março de 2020, intercorreu durante todo o período de conclusão deste trabalho.

Quadro 1 - Eventos virtuais em que a pesquisadora esteve presente

DATA	EVENTO	LOCAL
27/04 a 01/05/2020	Semana de Observação de Aves	<i>Instagram</i>
15 a 17/05/2020	Avistar Conecta	Plataforma <i>Zoom</i> , <i>Youtube</i> e <i>Facebook</i>
30/05/2020	Janelives	Plataforma <i>Zoom</i> e <i>Youtube</i>
28/07/2020	Perspectivas para a retomada do setor do turismo de natureza.	<i>Youtube</i> do Instituto Semeia
04/08/2020	Observação de fauna no Brasil: oportunidades e desafios	<i>Youtube</i> do Instituto Semeia
16 e 17/10/2020	Festival de Aves de Paraty	<i>Youtube</i>

Fonte: Elaboração própria, 2020

3 Pesquisa de levantamento

Além dos ambientes virtuais, a pesquisadora também esteve presente em eventos presenciais que trataram sobre a observação de aves, com o objetivo de acompanhar as discussões e compreender o cenário, tendências e recomendações levantadas nesses espaços que pudesse contribuir com a compilação de dados atualizados sobre a atividade. Outra fonte primária de dados se deu por meio de reuniões presenciais e ligações telefônicas. A primeira reunião junto ao gestor da UC ocorreu no dia 17 de abril de 2019 na sede provisória do REVISTUR, para entender as demandas da área e alinhá-las com o objetivo do estudo. Assim, ficou acordado entre a pesquisadora e o gestor que, para o presente estudo o foco seria o “Plano Setorial de Visitação” que integra o plano de manejo da UC. A segunda reunião presencial ocorreu no dia 05 de novembro de 2020³ com o objetivo de realizar um diagnóstico sobre o cenário atual da UC, avaliar a implementação das atividades propostas em seu Plano Setorial de Visitação, levantar os fatores críticos de sucesso para a implementação da observação de aves na área e analisá-los a partir da elaboração de uma matriz SWOT. Além das reuniões presenciais, a pesquisadora manteve contato com a gestão através de *e-mail* e *WhatsApp*. A relação dos eventos nos quais a autora esteve presente e das reuniões realizadas encontram-se no quadro 2.

³ Respeitando as condicionantes específicas para o período da pandemia estabelecidas na autorização de pesquisa científica INEA N° 051/2020.

Quadro 2– Eventos presenciais em que a pesquisadora esteve presente

DATA	EVENTO	LOCAL
Eventos presenciais		
17/02/2019	Vem Passarilhar REVIS Lagoa da Turfeira	REVIS Lagoa da Turfeira – Resende/RJ
09/08/2019	Seminário de Observação de Aves e Turismo – SEAS, INEA E SETUR	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP
05 e 06/10/2019	Encontro Brasileiro de Observadores de Aves do Rio de Janeiro – Avistar Rio	Auditório de Ornitologia do Museu Nacional, Quinta da Boa Vista – Rio de Janeiro/RJ
Reuniões presenciais		
17/04/2019	Reunião com o gestor da UC	Sede do REVISTUR – Valença/RJ
05/11/2020	Reunião como gestor da UC	Sede do REVISTUR – Valença/RJ
Reuniões por telefone		
10/10/2019	Reunião com o gestor da UC	Por telefone
02/09/2020	Reunião com o gestor da UC	Por telefone
14/12/2020	Reunião com o gestor da UC	Por telefone

Fonte: Elaboração própria, 2020

Para a realização do diagnóstico da área de estudo, também foram utilizados dois formulários com perguntas abertas: o primeiro (Apêndice B) voltado à gestão do REVISTUR e respondido remotamente antes da terceira reunião, contendo questões a respeito do cenário atual da área no que tange à visitação; e o segundo (Apêndice C) enviado a 2 (dois) guias de turismo especializados na observação de aves que são conhecidos na região e atuam na UC, que contribuíram com a compilação de estratégias para o fomento da atividade. Ambos os formulários foram elaborados por meio do *Google Formulários*, e enviados por meio de *e-mail*.

O formulário voltado à gestão foi estruturado a partir do documento “Diretrizes para diagnóstico e planejamento do ecoturismo” adaptado por Boo (2002), destinado a administradores de áreas protegidas que possuem algum tipo de relação com o turismo, visando criar uma estratégia de planejamento e administração da atividade. Também foram utilizados os documentos de referência elaborados pelos órgãos ambientais brasileiros, que traçam diretrizes e orientações para o uso público em UCs. A relação destes documentos encontra-se no quadro 3.

Quadro 3 – Relação dos documentos utilizados como referência nesta etapa

DOCUMENTO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ANO DE PUBLICAÇÃO
Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação	MMA	2006
Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação	ICMBio	2011
Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC)	ICMBio	2018
Monitoramento da visitação em Unidades de Conservação Federais: Resultados de 2019 e breve panorama histórico	ICMBio	2019
Orientações Metodológicas para a elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais	ICMBio	2019
Diagnóstico do Uso Público em Parques Brasileiros: a perspectiva dos gestores	Instituto SEMEIA	2019

Fonte: Elaboração própria, 2020

4 Matriz SWOT

A análise SWOT é utilizada para realizar avaliações de cenários ou de ambientes que servem de base para a gestão e o planejamento estratégico de determinada organização. O termo SWOT (ou FOFA, em português) é uma sigla oriunda do idioma inglês que significa um anagrama de forças (Strengths) e fraquezas (Weaknesses) do ambiente interno, e oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats) do ambiente externo. Ao identificar um ponto forte do ambiente interno, ele deve ser ressaltado ao máximo, enquanto o ponto fraco deve ser controlado ou pelo menos ter seus efeitos minimizados. Já o ambiente externo, embora esteja totalmente fora de controle da organização, deve ser conhecido e monitorado com frequência a fim de aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças (DAYCHOUM, 2007).

Essa metodologia vem sendo utilizada como uma ferramenta para a gestão de áreas protegidas, como pode ser encontrada na análise estratégica do Roteiro Metodológico de Planejamento de Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica (IBAMA/MMA, 2002), e no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Rio de Janeiro (SMAC/RJ, 2015). Banzato et al. (2012) afirmam que a matriz SWOT pode ser aplicada, por exemplo, na criação de planos de manejo, uma vez que a partir dela é possível identificar o que pode ser um entrave e o que pode contribuir para atingir os objetivos de uma UC.

Alguns parques estaduais de São Paulo já utilizaram a SWOT como ferramenta auxiliar do seu plano de manejo, como o Parque Estadual do Rio do Peixe, Parque Estadual da Campina do Encanto, Parque Estadual Itervalles, Parque Estadual de Aguapeí e o Parque Estadual do Morro do Diabo (BANZATO et al., 2012). O próprio REVISTUR utilizou a metodologia em sua avaliação estratégica.

Nesta dissertação a análise SWOT serviu para identificar os fatores críticos de sucesso⁴ que norteiam a implementação da observação de aves no REVISTUR, a partir dos resultados de uma matriz que identificou as forças, fraquezas, oportunidade e ameaças da área. A planilha utilizada foi a *Análise SWOT 3.0* desenvolvida pela *LUZ Planilhas*, e elaborada com base nas informações coletadas a partir do diagnóstico do cenário atual da área de estudo, da análise do Plano Setorial de Visitação, da percepção dos guias de observação de aves que atuam na UC e, ainda, levou em consideração o estágio atual de desenvolvimento da atividade no Brasil.

Cabe ressaltar que o diagnóstico, a análise do plano setorial e a análise SWOT foram realizadas juntamente com o gestor do REVISTUR, por meio de uma reunião presencial no dia 05 de novembro de 2020 na sede administrativa provisória da UC, e de outras reuniões por telefone para ajustes e revisão das análises. Destaca-se que o gestor do REVISTUR contribuiu e participou ativamente desde o levantamento das questões até a análise final da matriz – e portanto da definição dos itens e de suas justificativas. Embora não faça parte da matriz original utilizada neste trabalho, a coluna referente às justificativas foi inserida pela necessidade de uma atribuição qualitativa às pontuações, visto que é justamente ela o fator balizador para a determinação do grau de importância para cada item.

⁴ O conceito de fatores críticos de sucesso foi consagrado por Rockart (1979) ao propor uma nova abordagem metodológica para definir as necessidades de informações junto à alta administração das empresas, metodologia cujo objetivo era o mapeamento dos fatores críticos, ou seja, as ações que se deve ter maior atenção.

5 Pesquisa documental

Complementarmente à pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental foi utilizada neste estudo para analisar os planos de manejo das UCs no Estado do Rio de Janeiro, quanto à menção à atividade de observação de aves. O objetivo foi acrescentar à discussão promovida no Capítulo II da dissertação, as perspectivas de como a atividade, a partir dos planos de manejo, está inserida nas políticas públicas. Foram levantadas todas as UCs federais e estaduais localizadas no Rio de Janeiro com base nas informações disponíveis no portal do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), seguido do levantamento da existência de seus planos de manejo e finalmente a análise destes instrumentos de gestão à luz da previsão da atividade de observação de aves. Os planos de manejo das UCs federais foram consultados no *site* institucional do ICMBio e os estaduais, no *site* institucional do INEA.

Além dos planos de manejo, a pesquisa documental também foi utilizada para compreender o Plano Setorial de Visitação do REVISTUR e analisar a implementação de suas atividades propostas. Esta análise foi realizada juntamente com o gestor em reunião presencial na sede provisória da UC no dia 05 de novembro de 2020.

Esta dissertação está estruturada em 3 capítulos, além dessa Introdução e das Considerações Finais. O Capítulo I apresenta um histórico das conexões institucionais com a natureza no Brasil, resgatando a instituição das políticas de conservação da natureza, passando pelo momento em que o olhar do turismo também se volta para o tema da conservação, e como essa relação aparece nas políticas públicas. O Capítulo II contextualiza o tema da observação de aves, remonta o percurso da atividade no Brasil, inclusive inserida no cenário da pandemia causada pelo novo Covid-19. O Capítulo III referente ao estudo de caso no REVISTUR, apresenta a área de estudo, analisa o seu Plano Setorial de Visitação quanto à implementação das atividades por ele propostas, e discute os fatores críticos de sucesso a partir da análise SWOT que permeiam a implementação da observação de aves na UC.

CAPÍTULO I – “MINHA TERRA TEM PALMEIRAS ONDE CANTA O SABIÁ”⁵

1.1 PERCURSO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO BRASIL

Se em nossa “terra tem palmeiras onde canta o sabiá” e “as aves que aqui gorjeiam” (DIAS, 1846) são tão encantadoras a ponto de atrair pessoas do mundo todo para observá-las, por que então destruimos suas florestas e às condenamos à extinção? Para falar sobre a notoriedade que a atividade de observação de aves tem ganhado ao longo dos últimos anos sobretudo no Brasil, é necessário de antemão, fazer uma breve contextualização histórica das bases que influenciaram – e ainda influenciam – as conexões institucionais, políticas, econômicas e até sociais com a natureza.

As políticas públicas são consideradas um conjunto de ações que irão produzir efeitos específicos influenciando a vida dos cidadãos, mas também compreendem aquelas que o governo escolhe não fazer, isto é, algumas questões entram na agenda política enquanto outras são ignoradas (SOUZA, 2006). Assim, as instituições políticas não são apenas um reflexo das necessidades individuais ou sociais, mas determinam posições de poder, criam ou eliminam possibilidades de ação e podem ter efeitos decisivos nos resultados das políticas públicas (FREY, 2000). Deste modo, Souza (2006) afirma que atualmente o papel dos governos tem sido escolhido por fenômenos como a globalização, mas ao recorrer à literatura que traça historicamente como foi concebido os caminhos percorridos pelos governos no Brasil, se torna evidente que apenas os atores e os arranjos institucionais mudaram ao longo do tempo.

Historicamente é possível observar que desde o período chamado de “descobrimento” e o estabelecimento dos primeiros colonizadores portugueses no país, a natureza é objeto de exploração para fins econômicos (CÂMARA, 2013), tendo início com o emblemático exemplo do comércio internacional do pau-brasil, sucedido de todo e qualquer outro recurso natural (flora, fauna e minérios) passível de alguma valoração monetária – o que rapidamente reduziu drasticamente a cobertura da Mata Atlântica (DEAN, 1996).

⁵ Trecho de “Canção do Exílio”, poema do autor brasileiro Gonçalves Dias escrito em 1843 quando estava em Coimbra, sobre o saudosismo por sua terra natal

Dean (1996) discorre que muitas das primeiras iniciativas de cunho científico a partir do século XVIII tinham como objetivo, menos o olhar para a diversidade ainda desconhecida da floresta sob o avanço da destruição, que aclimatar plantas tropicais de interesse econômico, objetivo este para o qual foi criado o Jardim Botânico no Rio de Janeiro. Enquanto os naturalistas portugueses ignoravam as florestas brasileiras e seus usos potenciais, a introdução de plantas exóticas para abastecer o mercantilismo era oficialmente patrocinada pelo Império. As plantas consideradas úteis em meio a inferioridade da natureza colonial eram aquelas passíveis de domesticação que poderiam competir com especiarias asiáticas no mercado europeu, ou as de valor medicinal (DEAN, 1996).

Ainda no século XVIII o conceito de reservas de matéria-prima passou a ser utilizada para áreas que ainda tinham espécies de árvores nobres utilizadas na construção naval. O corte de madeira de lei tornou-se uma indústria privada fortemente organizada, autorizado apenas aos governadores favoritos da Corte, que também eram encarregados de regulamentação e fiscalização. Em contrapartida, o controle do governo apenas levou os proprietários das sesmarias a destruírem suas florestas o mais rápido possível.

Houve outras tentativas de controlar o desflorestamento e conservar ou replantar a cobertura florestal de parcela das propriedades privadas, mas elas não impediram a expansão da agropecuária e do garimpo com o sistema de derrubada e queimada. Ainda, o governo imperial nunca realizou um inventário das terras públicas, que eram invadidas e exploradas até exaurirem seus recursos, fazendo com que o volume do contrabando de madeiras fosse maior do que o volume das vendas oficiais. Livrar-se da legislação florestal imposta desde o início da colonização era imperativo aos proprietários de terra – constatação que ainda se mantém entre a dicotomia desenvolvimento x conservação no século XXI.

Uma causa importante da destruição da Mata Atlântica foi que o governo não dava nenhum valor à terra que concedia tão gratuitamente. Tendo consumido toda a floresta primária mais promissora em dada sesmaria, um donatário costumava vendê-la por uma ninharia e pedia outra, que normalmente obtinha sem dificuldade (DEAN, p. 163, 1996).

A legislação portuguesa nunca chegou a ser aplicada efetivamente no Brasil uma vez que o próprio governo não lhe dava atenção, favorecendo o processo de uso e ocupação dos territórios para assegurar a colonização e seus meios de produção altamente predatórios (CÂMARA, 2013). Com a Independência e livres da tutela colonial que impunha algum regramento sobre a exploração da floresta, a Mata Atlântica foi atacada com o que Dean (1996) chama de “redobrado vigor e entusiasmo”. Os outros ciclos econômicos que se seguem foram igualmente devastadores para as florestas do interior (CÂMARA, 2013).

Cabe destacar que a ênfase na história de devastação da Mata Atlântica é mister para compreender como se desenvolveu o caminho trilhado pela atual política brasileira de conservação da natureza – não só porque o bioma foi a porta de entrada para a exploração econômica dos colonizadores, mas também por considerar que várias nuances que podem ser observadas ao olhar para o passado continuam se reproduzindo ainda que com atores e arranjos institucionais diferentes. Até hoje são as distintas fases de exploração dos recursos naturais que propiciam as bases para a legislação ambiental no país e sua aplicação na gestão ambiental (CÂMARA, 2013), legislação esta geralmente voltada para a regulamentação do uso e exploração dos recursos naturais e atividades extrativistas (ALMEIDA, 2000).

De 1500 até meados de 1930 a governança ambiental baseou-se em normas nacionais de cunho punitivo, propostas pelo governo central, com ações de comando e controle voltadas para assegurar a produtividade e o desenvolvimento econômico, e com pouca atenção ao uso sustentável ou de longo prazo dos recursos naturais. Os investimentos em ciência e tecnologia voltaram-se à produção para garantir a competitividade no mercado internacional, aumentando o consumo de recursos naturais e a degradação ambiental (CÂMARA, 2013). A partir da década de 1930, a economia brasileira foi submetida mais profundamente ao processo desenvolvimentista através do qual quaisquer custos eram válidos para crescer economicamente (DRUMMIOND, 1999) – máxima que já regia os objetivos da colonização no passado, ainda que não atendessem por esse conceito. Resende (2006) afirma ainda que a Primeira República não rompeu com as estruturas socioeconômicas do passado colonial, permanecendo a economia voltada ao mercado externo e baseada fortemente na monocultura.

Os anos 1950 foram marcados pela industrialização e expansão da fronteira agrícola mecanizada, contribuindo com o êxodo rural e a inflação dos centros urbanos que, por sua vez, demandaram ainda mais recursos. Em 1980 os primeiros estudos de impacto ambiental no Brasil não ocorreram por menor razão que demandas de instituições financeiras internacionais interessadas em obras de grande envergadura no território nacional como sinônimo de progresso. Foi nesse âmbito que em 1981 instituiu-se a Política Nacional do Meio Ambiente, e em 1988 a Constituição Federal também retomou a importância de garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado em seu artigo 225.

Ainda hoje a relação da sociedade, do governo e do setor privado com a natureza reflete uma visão colonial utilitarista, imediatista e de uso insustentável dos recursos naturais, aliada a problemas de execução das normas e regras, causando degradação ambiental e comprometendo o desenvolvimento sustentável. O sistema legal brasileiro é constantemente reorganizado para enfrentar com mais propriedade as imposições da globalização e a modernização do Estado, situação que pode ser observada nas pressões sobre o sistema de licenciamento ambiental dos governos para a liberação e aceleração das obras de infraestrutura (CÂMARA, 2013), tidas como de bem público comum. Assim, o licenciamento passou à condição de legitimador do crescimento econômico como projeto da sociedade, permanecendo o meio ambiente como recurso a ser explorado.

Por tudo o que foi exposto, é possível traduzir que o discurso nacionalista e conservador propagado nos dias de hoje, no fundo se pauta numa política globalista que se reflete na fragilidade institucional e dependência econômica do Brasil aos grandes interesses internacionais – realidade que ao olhar para o passado, sempre esteve arraigada ao país. A política econômica brasileira reproduz a dinâmica econômica capitalista e globalizada, imediatista e financeiramente predatória em termos de produção, que passa a ser a principal matriz orientadora e norteadora do crescimento econômico do país que, com base nas políticas de curto prazo, responde mais rapidamente à dinâmica financeira global (SOUZA, 2006).

Assim, tratando-se mais especificamente das políticas ambientais, é possível perceber que o desmantelamento das instituições sob as justificativas de ineficiência e burocracia, foi construído ao longo da história e fazem parte de um projeto intencional de governo. A profundidade histórica atrelada ao aspecto institucional continua influenciando as decisões e políticas públicas atuais. Portanto, ao analisar a efetividade de uma política pública, é necessário levar em consideração o modelo que o Estado se pauta.

É um enorme desafio para a governança ambiental, lidar com o preconceito de raízes fincadas no inconsciente coletivo nacional, que forma uma visão pré-analítica e antiecológica, forjada em velhas práticas ratificadoras da ideia de que ações de proteção ambiental suscitam resistência sob a alegação de que o meio ambiente é uma barreira ao desenvolvimento nacional, principalmente quando esse preconceito emana de formuladores e gestores de políticas públicas (CAVALCANTE, 2006 *apud* CÂMARA, 2013).

A evolução da governança quanto ao uso dos recursos naturais no Brasil moldou-se por uma cultura utilitarista e descompromissada com a sustentabilidade, como estratégia de produção a curto prazo. O crescimento econômico sempre dominou a condução da formulação de políticas públicas, assim como influenciou o comportamento da sociedade brasileira quanto ao seu padrão de consumo e de relação com a natureza (CÂMARA, 2013). Mas é possível uma conciliação entre desenvolvimento e conservação, e novos arranjos entre economia e meio ambiente? É possível gerar divisas sem exaurir os recursos naturais? Para Iaacs (2000) o ecoturismo configura uma dessas possibilidades tendo como grande desafio combinar os desafios econômicos com os conservacionistas.

Dentro do segmento, o ecoturismo de observação da vida selvagem vem apresentando um acelerado crescimento, tanto no número de participantes e interessados (turistas, governos, organizações não governamentais, comunidades), quanto na significativa receita gerada pela atividade recreativa. Assim, se torna necessário reconhecer sua importância econômica e estimular seu desenvolvimento em prol da conservação, ao mesmo tempo em que devem ser realizados mais estudos sobre os impactos da atividade na vida das espécies e em seus habitats, colaborando para a gestão, ordenamento e definição de diretrizes e normas de desenvolvimento deste tipo de turismo, coerentes aos princípios da sustentabilidade (BRUMATTI, 2013).

O Brasil tem experimentado um crescimento exponencial do número de praticantes de observação de aves, que demandam produtos e serviços que movimentam a economia e oportunizam alternativas de renda, e por isso também tem aumentado ações de divulgação e melhorias de infraestrutura (PINHEIRO, 2019).

Hoje o Brasil abriga a maior feira de observadores de aves da América Latina, o Avistar Brasil; cresce o número de pousadas, muitas delas em locais remotos e de torres de observação que permitem contemplar espécies acima da copa das árvores; empresas com guias especializados bilíngues, visam atender o crescente número de estrangeiros; além do mercado de eletrônicos, equipamentos fotográficos, literatura especializada, viagens, locação de veículos, entre outros, gerando empregos e fazendo girar a economia em todas as esferas (PINHEIRO, p.429, 2019).

Assim, Rodrigues et al. (2018) advogam que o uso público tem assumido papel de destaque nas agendas nacional e internacional como estratégia de conservação, e daí a importância de compreender e fomentar a conexão entre turismo e áreas protegidas. Nesse sentido, estimar a contribuição econômica da atividade turística em sua relação com as UCs, “pode ampliar a compreensão sobre os benefícios destas áreas para o desenvolvimento regional e o fomento de alternativas econômicas para a população local” (RODRIGUES et al., p. 80, 2018).

A própria existência das UCs gera benefício para os municípios que adotam ações ambientais através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços Ecológicos – ICMS-E⁶, ou ICMS Verde. No Rio de Janeiro o ICMS-E foi instituído através da Lei nº 5.100 de 04 de outubro de 2007 definindo que 2,5% do ICMS seria distribuído de acordo com o Índice Final de Conservação Ambiental – IFCA, calculado a partir de alguns critérios sendo um deles a existência de áreas protegidas e UCs municipais (RIO DE JANEIRO, 2007). O município de Resende, onde está inserida a área de estudo deste trabalho, teve seu primeiro repasse de verbas do ICMS-E em 2009 e foi classificado em 5º lugar no ranking dos municípios do Estado do Rio de Janeiro que receberam o recurso (CONTI, 2015). De acordo com o último dado disponível referente ao ano fiscal de 2017, Resende arrecadou através do ICMS-E o total de R\$ 3.337.631,16, dos quais R\$ 1.292.678,78 referem-se à existência de UCs (13 no total) (CEPERJ, 2019).

A figura 3 apresenta um gráfico que ilustra as parcelas que compõem o IFCA, base para o cálculo do ICMS-E, no município de Resende entre os anos de 2010 e 2015. Os índices relativos se referem ao: tratamento de esgoto (IrTE); destinação final de resíduos sólidos (IrDL); remediação de vazadouros (IrRV); mananciais de abastecimento (IrMA); existência e efetiva implantação de áreas protegidas (IrAP); unidades de conservação municipais (IrAPM). É possível observar a partir do gráfico que as parcelas de maior contribuição se referem às áreas protegidas e unidades de conservação (IrAPM e IrAP).

⁶ O ICMS Ecológico é um incentivo financeiro que os municípios do Estado do Rio de Janeiro podem receber, por promoverem a gestão socioambiental adequada (Saneamento Básico, Coleta Seletiva, Criação e Manutenção de Unidades de Conservação, Destinação correta dos Resíduos Sólidos, Encerramento e Remediação de Lixões). A Constituição Federal determina através do art. 158, no inciso IV, que 25% da arrecadação total do ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) sejam repassados aos municípios. Dessa parcela, um quarto (¼) deve ser distribuído para os municípios de acordo com os critérios estabelecidos por lei estadual. A utilização de um conjunto de critérios ambientais para o cálculo da repartição de uma parcela destes recursos financeiros entre os municípios caracteriza-se como ICMS Ecológico (GOVERNO ABERTO RJ, 2019).

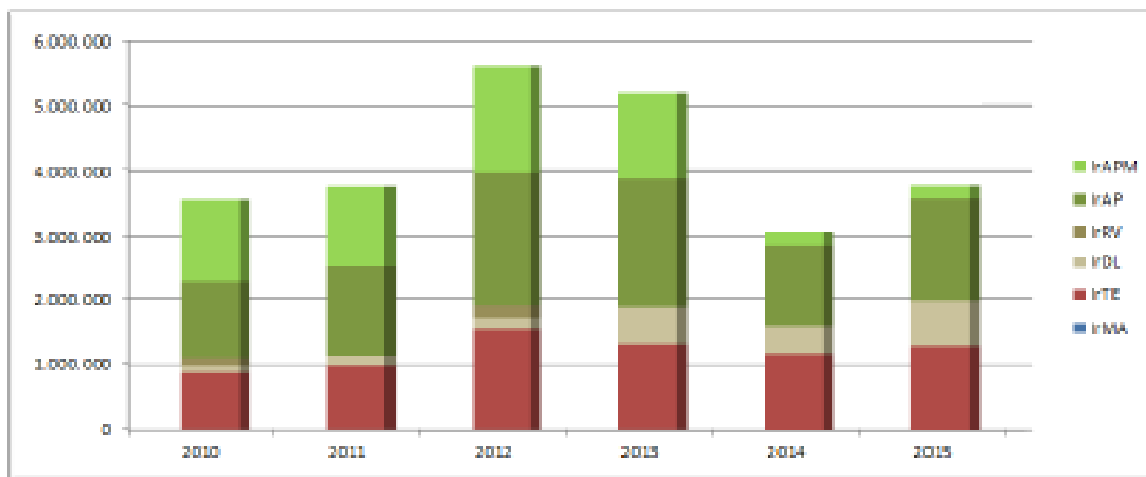


Figura 3 – Gráfico com a estimativa de repasse (em reais) por parcela do ICMS-e ao município de Resende entre 2010 e 2015

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – Resende (TCE/RJ, p.32, 2016)

Pelo que foi exposto, o utilitarismo foi o ponto de partida para repensar o formato de geração de riqueza econômica a partir da utilização dos recursos naturais de forma mais equilibrada e menos predatória, compatibilizando estratégias de proteção da natureza e o atendimento às necessidades humanas – questões que de acordo com Irving (2018a), pressupõem uma releitura da própria relação do homem com a natureza. Nesse sentido, o ecoturismo nas UCs é uma forma de contribuir com a conservação a partir da geração de divisas que tanto podem ser reinvestidas nas áreas protegidas para melhorar a experiência dos visitantes quanto tornar mais eficientes os mecanismos de gestão. Este tema será melhor discutido a seguir.

1.2 DAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AO USO PÚBLICO

Anteriormente foi discutido como se deram as conexões institucionais com a natureza no Brasil, conexões estas marcadas pelo viés utilitarista e mercadológico que devastaram as florestas e sua biodiversidade, sobre a égide de que para se desenvolver é necessário que a floresta esteja no chão. No entanto, ao longo dos últimos anos o tema ambiental ganhou notoriedade sobretudo pelas consequências negativas dos diversos impactos ambientais que começaram a afetar inclusive a cadeia econômica, passando a conservação da natureza a ser vista por outro ângulo que não apenas voltado para o manejo de ilhas de recursos naturais. A discussão desta seção remonta o percurso da institucionalização das principais políticas de conservação no país voltadas às áreas protegidas, reflete sobre a possibilidade de o uso público contribuir com a conservação e sua capacidade de gerar divisas.

As áreas protegidas são espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados (MEDEIROS, 2003). Sua criação pode ser considerada importante estratégia de controle do território já que estabelece limites e dinâmicas de uso e ocupação específicos. Este controle e os critérios de uso que normalmente a elas se aplicam são frequentemente atribuídos em razão da valorização dos recursos naturais nelas existentes ou, ainda, pela necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção (MEDEIROS, 2006).

Medeiros (2006) realizou um estudo sobre a evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil, apresentando como se deu o processo da instituição dessas áreas até chegar ao modelo atual através dos instrumentos legislativos (como o Código Florestal e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação). O autor nos conta que os primeiros dispositivos voltados à proteção de áreas ou recursos em terras brasileiras têm seu registro ainda no período colonial, onde o principal objetivo era a garantia do controle sobre o manejo de determinados recursos, como a madeira ou a água, tal e qual já se praticava em algumas partes da Europa. Dois exemplos emblemáticos dessa prática em terras brasileiras são o Regimento do Pau-Brasil e Carta Régia de 13 de março de 1797 (MEDEIROS, 2006).

No entanto, assim como exposto no título anterior, todos os instrumentos adotados tanto pela metrópole portuguesa como, mais tarde, pelo Império, tinham seu foco de proteção essencialmente centrado em determinados recursos naturais sem necessariamente haver a demarcação de áreas ou territórios específicos – característica essa que confere sentido e significado ao termo “área protegida”. Essa noção só começou a ser modificada e praticada, não apenas no Brasil, à medida que os efeitos oriundos dos impactos decorrentes da devastação de extensas áreas, seja pela exploração e corte da madeira, seja pelo empobrecimento dos solos, fizeram-se mais evidentes (MEDEIROS, 2006).

A publicação do Mapa Florestal do Brasil em 1911 pelo cientista brasileiro Luís Felipe Gonzaga de Campos foi o primeiro estudo abrangente feito no país com uma descrição detalhada dos diferentes biomas e seus estados de conservação. Seu objetivo era subsidiar as autoridades brasileiras para a criação de um conjunto de parques nacionais, aos moldes do mesmo movimento que já vinha ocorrendo no âmbito internacional, com a finalidade de conservar a beleza natural e os bons exemplos da natureza ainda intacta, antes de sua destruição pelo desenvolvimento humano (COSTA, 2003 *apud* MEDEIROS, 2006).

Sobre este modelo de natureza intacta e conseqüentemente do modelo de proteção da natureza que subsidiou mais tarde o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), é válido ressaltar que ambos estão baseados nos preceitos estabelecidos pela ideologia norte americana de preservação da *wilderness*, o que

explica os objetivos das áreas e suas formas de uso, assim como reprime a invenção de um conceito de natureza, sua relação com diferentes coletivos e indivíduos e a sua importância dentro do espaço sociocultural configurado ao longo de seu processo de construção (GODOY, 2000, p. 1).

Isto posto, o que Godoy (2000) apresenta é que ao definir a natureza que se quer preservar e o seu significado baseado em um modelo específico, significa também importar toda a rede (contextos políticos, sociais e culturais) da qual ela faz parte. Não cabe aqui questionar sobre esse tema que é vasto, mas essa compreensão é importante porque possibilita mais um olhar para as políticas públicas brasileiras a partir de como estão inseridas (ou emergem) em um contexto internacional.

Voltando ao estudo de Medeiros (2006), o autor aponta que a Constituição de 1934 outorgou à natureza um novo valor onde ela passou a ser considerada patrimônio nacional admirável a ser preservado, e sua proteção era de responsabilidade da União e dos Estados, devendo ser fiscalizada pelo poder público. Proteger a natureza entrou na agenda governamental republicana, passando a configurar um objetivo em si da política desenvolvimentista nacional. É neste cenário que os principais dispositivos legais de proteção da natureza que levaram à criação e consolidação das primeiras áreas protegidas, foram criados contemporaneamente no Brasil: o Código Florestal (Decreto n. 2.3793/1934), o Código de Águas (Decreto n. 2.4643/1934), o Código de Caça e Pesca (Decreto n. 2.3672/1934) e o Decreto de Proteção aos Animais (Decreto n. 2.4645/1934).

De todos eles, o autor considera que o Código Florestal de 1934 foi o instrumento mais importante, visto que definiu objetivamente as bases para a proteção territorial dos principais ecossistemas florestais e demais formas de vegetação naturais do país. Ele tinha como objetivo legitimar a ação dos serviços florestais (em franca implementação em alguns estados brasileiros desde o final do século XIX), regularizar a exploração do recurso madeireiro estabelecendo as bases para sua proteção e, ainda, foi o primeiro instrumento de proteção brasileiro a definir claramente tipologias de áreas a serem especialmente protegidas. Em seu bojo, foi criado o primeiro parque brasileiro, o Parque Nacional do Itatiaia em 1937 (MEDEIROS, 2006).

A segunda versão do Código Florestal instituído através da Lei n° 4.771 de 15 de setembro de 1965 tinha seus objetivos seguindo a mesma linha do seu antecessor, no entanto, ele extinguiu as quatro tipologias de áreas protegidas antes previstas na versão de 1934, substituindo-as por quatro outras novas: Parque Nacional e Floresta Nacional (anteriormente categorias específicas), as Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal (RL) (BRASIL, 1965).

A partir da década de 1970 houve um processo de expansão da fronteira desenvolvimentista promovida pelos governos militares, com o crescimento extraordinário no estabelecimento de novas áreas protegidas. Entre 1975 e 1989 foram criadas no país 17 Parques Nacionais, 21 Estações Ecológicas e 22 Reservas Biológicas, quadruplicando a área total de UCs de uso indireto no país (LITTLE, 2002).

O SNUC só foi instituído em 2000, pela Lei nº 9.985 de 18 de julho com o objetivo de estabelecer “critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação federais, estaduais e municipais” (BRASIL, 2000), além de “mecanismos que regulamentam a participação da sociedade na gestão dessas áreas” (COSTA-SILVA et al., 2017, p. 367). Foi ainda com o advento do SNUC que se estabeleceu como um de seus objetivos a promoção da educação e interpretação ambiental, da recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico (COSTA-SILVA et al., 2017).

Seis anos depois, para atender a compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar a Convenção sobre Diversidade Biológica durante a Convenção das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), o governo lançou o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), instituído pelo Decreto 5.758 de 13 de abril de 2006, que enfocou prioritariamente o SNUC, as terras indígenas e os territórios quilombolas. As APP e as RL foram tratadas no planejamento da paisagem, no âmbito da abordagem ecossistêmica, com uma função estratégica de conectividade entre fragmentos naturais e as próprias áreas protegidas (MMA, 2016). O objetivo do PNAP foi “orientar ações para estabelecer um sistema abrangente de áreas protegidas, ecologicamente representativo e efetivamente manejado, integrado a paisagens terrestres e marinhas mais amplas até 2015” (BRASIL, 2006).

No entanto, como coloca Irving (2018b), as dificuldades de articulação entre as políticas públicas setoriais, a rigidez das institucionalidades envolvidas, as discontinuidades administrativas, o tempo de resposta da gestão pública para atender às demandas estratégicas, instabilidade política e prioridades governamentais nos últimos anos não vêm contribuindo de forma promissora com as metas de conservação estabelecidas no papel. Mas a autora faz uma ressalva:

Apesar de todos os problemas e riscos identificados, a implementação de UCs no Brasil tem possibilitado a aprendizagem de algumas lições como, por exemplo, a percepção de que é absolutamente necessário avançar no enfoque de conservação da biodiversidade, em conjunto com o desenvolvimento de estratégias econômicas de baixo impacto ambiental – e o ecoturismo constitui um dos caminhos nessa direção (IRVING, p.261, 2018b).

Para Passold et al. (2010), dentre os desafios enfrentados pelos gestores das UCs na implementação e alcance de seus objetivos, estão conseguir demonstrar que os benefícios da conservação são maiores que os custos de uma área protegida, e garantir a sustentabilidade econômica entre recursos disponíveis e custos de implementação e manejo.

O estudo de Young et al. (2018) sobre valoração econômica das UCs brasileiras apontou que os ganhos econômicos diretos e indiretos provenientes delas, superam, com larga vantagem, os custos e investimentos requeridos pelo SNUC, e trazem inúmeros retornos para a sociedade. O estudo configura importante “contraposição à percepção ainda existente em parte da sociedade que interpreta as áreas dedicadas à conservação como um entrave ao desenvolvimento econômico e social, porque seriam incompatíveis com outras atividades produtivas” (YOUNG et al., p. 9, 2018). Na conclusão dos autores, mesmo que a maioria das UCs brasileiras não gere receita própria, elas geram valor a serem responsáveis pela proteção de uma vasta gama de serviços ecossistêmicos associados à conservação (proteção do solo e dos recursos hídricos, práticas sustentáveis de exploração de recursos naturais, manutenção de estoques de carbono, compensações fiscais pela existência de UCs e uso público), que beneficia direta ou indiretamente as sociedades humanas (YOUNG et al., 2018).

O uso público como estratégia de conservação da biodiversidade vem assumindo um papel de destaque na agenda política nacional e interacional, e algumas tendências indicam a importância de se compreender e fomentar a conexão entre turismo e áreas protegidas. O mesmo estudo dos autores apontou uma estimativa que o retorno financeiro do uso público das UCs poderia ser maior que a soma dos gastos federais totais e discricionários⁷ com gestão ambiental, se a visitação fosse devidamente estruturada e estimulada (YOUNG et al., 2018).

Passold et al. (2010) afirmam que embora não se tenham dados comprobatórios, há evidências que o crescimento da visitação nas UCs brasileiras está relacionado ao incremento do ecoturismo no país, e pode ser definido como um segmento da atividade turística capaz de incentivar a conservação através da interpretação do ambiente. Estudos que relacionam observação de aves e economia por exemplo, demonstram que as áreas de visitação de vida selvagem atraem milhões de turistas todos os anos, contribuindo financeiramente com comunidades rurais e projetos conservacionistas (KERLINGER, 2000 *apud* PIVATTO et al., 2007).

⁷ Gastos ou despesas discricionárias são aquelas cujo montante o governo tem algum grau de decisão, isto é, pode ou não executar.

Brumatti (2013) faz uma reflexão sobre como é possível utilizar os recursos naturais em prol de sua própria conservação através de atividades humanas recreativas como o turismo, mais especificamente a observação de vida selvagem, na qual aves e mamíferos estão entre os animais favoritos para a observação pelo seu apelo carismático. Para a autora, a aproximação das pessoas com os animais através do ecoturismo, além da sensibilização ambiental, gera retorno financeiro que pode fomentar atividades ligadas à conservação, financiamento de pesquisas e maior conhecimento das espécies e seus ecossistemas (BRUMATTI, 2013).

1.3 O OLHAR DO TURISMO PARA A CONSERVAÇÃO

Até aqui foi traçado como o olhar puramente utilitarista da natureza foi moldado no país, passando pela instituição das políticas de áreas protegidas voltadas para a conservação da natureza, e sobre como o uso público é uma possibilidade de contribuição com a conservação capaz ainda de movimentar o setor econômico. Assim, o olhar do turismo tem se voltado para a conservação a partir de algumas políticas públicas e é este tema que será tratado a seguir.

Falando-se sobre padrão de consumo e relação com a natureza, Braga (2011) define a prática do turismo na natureza como um segmento econômico que busca lugar no mercado, mas também como um fenômeno complexo que inclui reflexões sobre ecoturismo, desenvolvimento sustentável, conservação ambiental, responsabilidade social, planejamento e gestão (BRAGA, 2011). A busca pelo contato com a natureza, muitas vezes associada a UCs que proporcionam experiência ao ar livre, são fatores que apontam para o incremento deste segmento turístico no país (PASSOLD et al., 2010), e configura uma das principais características da demanda turística contemporânea (GIATTI, 2004).

O turismo no Brasil tem seu marco na década de 1970 quando presenciou o aumento vertiginoso dos empreendimentos turísticos em áreas naturais, indicando significativa oferta para uma modalidade que ganhava cada vez mais mercado no ramo (TELES, 2011) – o turismo na natureza. No entanto, ainda segundo Teles, na década de 70 a prática desse turismo estava preocupada em atender a uma demanda crescente, para a qual os recursos naturais foram agregados aos valores de mercado. Assim, a natureza era considerada promotora de localidades como um cenário que agregava valor ao produto – e ao analisar a política pública de turismo mais atual no país, é possível observar que o viés não mudou substancialmente. A perspectiva ecológica de um turismo voltado para a integridade do meio ambiente, em contraposição aos impactos negativos causados pelo turismo de massa nos ambientes naturais, só emergiu anos

mais tarde entre as décadas de 1980 e 1990, impulsionado pelo *boom* dos movimentos ambientalistas (COSTA-SILVA et al., 2017).

Lima et al. (2018) fazem um estado da arte das políticas públicas de turismo no Brasil para se pensar a sustentabilidade e, nesse trabalho, os autores apontam como o setor tem sido cada vez mais reconhecido pelo poder público como relevante estratégia de desenvolvimento econômico nacional. Por essa razão, nas últimas décadas o governo buscou a formulação de políticas públicas para regulamentar e incentivar o segmento, onde o compromisso para a promoção e a consolidação das ações dirigidas ao planejamento turístico nacional vem sendo progressivamente internalizado pelo discurso oficial (LIMA et al., 2018). Cabe elucidar que não serão tratadas aqui as questões conceituais que envolvem sustentabilidade, mas é partir da inserção desta temática que a conservação ganhou notoriedade nos discursos oficiais.

Sobre o mesmo estudo citado anteriormente, os autores consolidaram uma síntese dos principais instrumentos de políticas públicas de turismo no Brasil (no período entre 1938 e 2018), e se destaca aqui o momento em que termos como “valoração natural”, “conservação do patrimônio natural” e “promoção de turismo sustentável” começaram a aparecer. Lima et al. (2018) consideram a criação da Lei nº 6.513 de 20 de dezembro de 1977 que dispôs sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico, um dos primeiros marcos legais na tentativa de integrar ações dirigidas ao turismo, à proteção da natureza e à cultura (provavelmente como resultado dos debates decorrentes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em 1972).

Em 1988 a Constituição da República Federativa do Brasil em seu Artigo 180, Cap. I do título VII que trata da “Ordem Econômica”, estabelece que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1988). No entanto, o turismo continuou a ser discutido no país “por um viés predominantemente econômico, orientado prioritariamente pela demanda de promoção dos destinos nacionais e/ou para o direcionamento de incentivos financeiros e fiscais tendo como foco o setor privado” (LIMA et al., p. 185, 2017).

O ano de 1992, marcado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e pela Convenção sobre a Diversidade Biológica, consagrou o debate sobre desenvolvimento sustentável, refletindo também nas políticas públicas globais de turismo. No mesmo ano no Brasil, foi lançado o primeiro Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), mencionando, ainda que perifericamente no documento, a temática ambiental.

A partir de 2003 com a criação do Ministério do Turismo (MTUR) (considerado um marco da institucionalização do setor, agora entendido como prioritário para o Governo Federal), nos quatro Planos Nacionais de Turismo (PNT), lançados ao longo dos últimos 15 anos (2003 – 2007; 2007 – 2010; 2013 – 2016; 2018 – 2022), o discurso sobre a utilização sustentável dos recursos naturais e culturais do país, ainda que predominantemente orientado pelo viés do mercado, passou a ser entendido como insumo fundamental para o desenvolvimento turístico. O turismo por sua vez, tido como prioritariamente um setor da economia, passou a ser a grande aposta para a aceleração do desenvolvimento do país a partir da geração de oportunidades e recursos para a economia nacional, e também uma via para a valorização e conservação do patrimônio natural e cultural brasileiro (LIMA et al., 2018).

Natureza e cultura definitivamente passaram a ser os principais fatores de atratividade da consolidação dos destinos e do produto turístico nacional, trazendo em seu bojo a aposta na atividade para a redução das desigualdades e inclusão social através da possibilidade da geração de emprego e renda. Outro ponto relevante é o destaque no PNT 2007-2010 dirigido à importância do incentivo, promoção e ampliação das ações integradas entre o Ministério do Turismo e os demais, o que para Lima et al. (2018) nesse momento, pelo menos no plano do discurso, as políticas públicas de turismo passaram a reconhecer a importância da transversalidade na ação pública.

É possível observar a partir do PNT 2013-2016 o estabelecimento crescente de metas audaciosas que visavam elevar o país à condição de terceira maior economia turística mundial. Influenciados pela realização dos megaeventos internacionais e pela tendência de expansão do mercado interno em decorrência do aumento do poder aquisitivo da população brasileira que passou a viajar mais nos últimos anos, os documentos não deixaram claro os riscos do aumento projetado para o setor sobre a base natural e cultural que seria afetada no país. Assim, o conteúdo das políticas setoriais traduziu um sentido imediatista e superficial na reflexão sobre sustentabilidade, em detrimento dos interesses do mercado, considerando inclusão social pela perspectiva do consumo (LIMA et al., 2018).

Ainda sobre o PNT 2013-2016, cabe ressaltar o destaque que o documento faz para o potencial turístico do país sobre investimentos futuros com ênfase nos parques nacionais abertos à visitação, reafirmando a necessidade de parceria entre o Ministério do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente. O objetivo era possibilitar uma visão na qual a natureza do Brasil poderia ser conhecida e conservada por todos, com geração de renda para as populações habitantes do entorno dos parques (BRASIL, 2013) - algo inédito considerando que o país nunca havia tido antes uma política de turismo dirigida às áreas protegidas (LIMA et al., 2018).

Em 2019 o Ministério do Turismo em conjunto com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), lançaram o “Programa Investe Turismo” tendo como foco 158 municípios brasileiros a serem contemplados por um “pacote de investimentos, incentivos a novos negócios, acesso ao crédito, melhoria de serviços, inovação e marketing voltados para o setor de Turismo”, com o objetivo de “acelerar o desenvolvimento, aumentar a qualidade e a competitividade em 30 Rotas Turísticas estratégicas do Brasil” (MTUR, 2019). No entanto, embora as imagens das UCs ilustrem a cartilha do programa, não há nenhuma menção específica àquelas que estão inseridas nas rotas turísticas elencadas por ele (BRASIL, 2019).

Assim, segundo Lima et al. (2018), a articulação entre as políticas públicas setoriais de turismo e demais setores da área ambiental passaram a compor progressivamente (sutil e também descontinuamente) as narrativas oficiais, ainda que de maneira superficial, uma vez que não é possível verificar por exemplo como se daria a parceria entre os Ministérios do Turismo e Meio Ambiente, ou como o turismo deve ser desenvolvido nas áreas protegidas, a médio e longo prazos – uma questão que recentemente vem sendo discutida a partir da temática das concessões de serviços de uso público em parques.

É nesse contexto crescente de pressão sobre a natureza, motivado pelas demandas limitadas de crescimento econômico, que o impacto antrópico sobre as áreas naturais conservadas tem sido cada vez mais discutido e permeado o debate sobre o turismo, como potencialidade para a conservação e inclusão social em articulação com as áreas protegidas no Brasil (IRVING, 2018b). Nesse âmbito, o ecoturismo emerge como possibilidade de “outra forma de desenvolvimento turístico associado às áreas protegidas” (IRVING, 2018b, p. 221). Assim, deve ser precedido e acompanhado por um processo sistemático de educação ambiental, em consonância com uma perspectiva mais ampla de planejamento e desenvolvimento regional, seguindo preceitos éticos (SANSOLO, 1998, apud IRVING, 2018b), além de adotar critérios

rigorosos de planejamento a partir de instrumentos de controle e monitoramento (LINDBERG et al., 1995).

Embora o discurso sobre o ecoturismo tenda a enfatizar as suas potencialidades positivas, por outro lado, o sobreuso de áreas naturais protegidas constitui um sério risco à sua integridade, causando impactos ambientais e sociais graves tanto na área-núcleo como em seu entorno (VALLEJO, 2003). Daí a importância de desmistificar a visão idealizada sobre o tema e compreender que a procura pela natureza traduz um fenômeno social complexo na contemporaneidade, no qual o ecoturismo não está reduzido apenas a um segmento de mercado turístico dirigido ao usufruto de parcelas da natureza preservada como atrativo (IRVING, 2018b).

Pelo que foi exposto até aqui, são inúmeras as peculiaridades a serem consideradas na materialização do ecoturismo, bem como são também ilimitados os desafios a serem superados em seu planejamento no que tange às UCs, em uma projeção a médio e longo prazos, tendo em vista que hoje a atividade vem se desenvolvendo no Brasil de forma improvisada e, muitas vezes, amadora (IRVING, 2018b). Mas se o olhar do turismo para a conservação é emergente, também é recente o trabalho dos órgãos de competência na área ambiental em conjunto com as instituições responsáveis pelo planejamento turístico na esfera pública, ainda que de forma descontínua, em função da instabilidade política e das prioridades governamentais nos últimos anos.

Um marco nesse sentido foi o documento intitulado “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” elaborado em 1994 por um Grupo Interministerial composto pelos Ministérios da Indústria, Comércio e Turismo e do Meio Ambiente e Amazônia Legal, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pela EMBRATUR, além da participação de diversas ONGs (EMBRATUR/IBAMA, 1994). O documento tinha como pretensão “nortear o desenvolvimento regional do ecoturismo e servir de base para a implantação de uma Política Nacional de Ecoturismo”, o que não teve continuidade.

Já em 2006 o Ministério do Meio Ambiente lançou o documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” com o objetivo de “apresentar um conjunto de princípios, recomendações e diretrizes práticas com vistas a ordenar a visitação em UCs, desenvolvendo e adotando regras e medidas que assegurem a sustentabilidade do turismo”, orientando assim ações de planejamento, gestão e implementação da atividade (MMA, 2006). Para Sansolo (2018) as diretrizes propostas no documento orientam para um turismo como uma atividade capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico nas localidades em que se inserem as UCs, reforçando assim a dimensão econômica associada a essas áreas.

O documento “Turismo favorecendo a Biodiversidade” publicado pelo Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em 2015, é um manual para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo, que versa sobre como o turismo pode ajudar o alcance das Metas de Aichi⁸. Algumas dessas Metas se referem ao maior controle e gestão para reduzir danos à biodiversidade causados pelo turismo, e outras versam sobre as contribuições positivas do turismo às áreas protegidas (CDB, 2015). O REVISTUR contribui com algumas metas da Convenção de Diversidade Biológica como: 5 – Reduzir a perda de habitats nativos; 11 – Expandir e implantar sistemas de áreas protegidas no Brasil; 14 – Restauração de ecossistemas provedores de serviços essenciais.

Portanto, houve um avanço nas iniciativas e possibilidades de integração entre políticas de turismo e conservação, mas ainda não há a consolidação de um programa único, apenas agendas fragmentadas e descontínuas, sobretudo especificamente no que tange ao turismo em áreas protegidas. Apesar do crescente aumento da visitação nas UCs brasileiras nos últimos anos (ICMBIO, 2019), e do Brasil estar entre os países com maior biodiversidade do mundo, a potencialidade enquanto um importante destino turístico ainda não está refletida nas estatísticas turísticas globais (SANSOLO, 2018).

⁸ Metas distribuídas entre cinco objetivos do Plano Estratégico 2011-2020 durante a Conferência das Partes de 2010 (COP 10).

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro é importante citar o Decreto nº 42.483/2010 que dispõe sobre o uso público nos parques estaduais administrados pelo INEA (RIO DE JANEIRO, 2010), e pode ser considerado o marco regulatório sobre o tema no Brasil uma vez que ainda não existe outra legislação sobre uso público superior a este. De acordo com o decreto, na seção “das definições”, em seu artigo 2º, a alínea I define uso público como “visitação com finalidade recreativa, esportiva, turística, histórico-cultural, pedagógica, artística, científica e de interpretação e conscientização ambiental, que se utiliza dos atrativos dos parques estaduais e da infraestrutura e equipamentos (...)”. Mais adiante, na seção “das atividades autorizadas”, o artigo 6º elenca as atividades de uso público que são permitidas nos parques estaduais (desde que previstas no plano de manejo), sendo elas:

visitação para lazer e recreação, esportes de aventura, esportes radicais, turismo de aventura, ecoturismo, educação ambiental, interpretação ambiental, pesquisa científica, atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas, e outras atividades compatíveis com os propósitos e objetivos dos parques estaduais, a critério do INEA (RIO DE JANEIRO, 2010).

No que diz respeito à atividade da observação de aves, a Resolução INEA nº 185 de 22 de agosto de 2019 instituiu o Programa Vem Passarilhar RJ (PVP/RJ) nas UCs administradas pelo INEA e nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) reconhecidas pelo Estado do Rio de Janeiro (INEA, 2019). O programa que já existia desde 2015 teve, a partir da Resolução, seus critérios, procedimentos administrativos e incentivos para a sua implementação garantidos por um ato administrativo, demonstrando o ganho de sua importância no cenário do turismo e da conservação no Estado enquanto política pública. No entanto, de acordo com servidores⁹ do órgão envolvidos na execução do programa, até o momento apenas a compilação dos dados é realizada, uma vez que há a carência de recursos humanos e estrutura para a consolidação das ações elencadas na Resolução. Ademais, soma-se a descontinuidade de gestão, tanto na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, quanto nas Diretorias do INEA e nas chefias das próprias UCs – questões já discutidas anteriormente.

O Vem Passarilhar RJ é bem aceito institucionalmente, uma vez que compreende uma excelente agenda verde com potencial de divulgação de boas práticas turísticas e de conservação nas UCs. O cenário perfeito seria implantar efetivamente o Programa. Existem metas quanto a produtos (publicação de checklist anual ou bianual das espécies registradas nos eventos, criação aplicativos para celular e implementação de infraestruturas de observação de aves) (Servidor do INEA, 2020).

⁹ Em reunião por telefone no dia 21/09/2020. As perguntas realizadas encontram-se no APÊNDICE D.

Embora não haja a proposição de se fazer uma discussão conceitual a respeito do turismo, mas considerando a sua definição feita pela Organização Mundial do Turismo (OMT) no qual a atividade “compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros” (OMT, 2001); considerando de modo geral o ecoturismo como uma “atividade turística voltada para a natureza marcada pelo ideal conservacionista” (PIRES, p.75 1998); considerando as políticas anteriormente citadas que mencionam “visitação” e “uso público”; e considerando ainda que a observação de aves (atividade objeto de estudo deste trabalho que será discutido no Capítulo II a seguir) não envolve necessariamente viagem e pernoite, os termos visitação e uso público¹⁰ também serão utilizados para tratar a atividade admitindo-se seu caráter mais amplo. No entanto, “é pertinente considerar que a base conceitual e vários ordenamentos em UCs relacionados à visitação pública, tiveram o ecoturismo como referência” (PASSOLD et al., 2010, p. 370).

¹⁰ Entende-se por uso público todas as atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que proporcionam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes nas áreas protegidas (MMA, 2005).

CAPÍTULO II – “ELES PASSARÃO, EU PASSARINHO”¹¹

2.1 O PERCURSO DA OBSERVAÇÃO DE AVES NO BRASIL

Além dos aspectos alimentares e religiosos, no Brasil, a arte plumária das culturas indígenas é um marcante símbolo de nossa relação com as aves, posteriormente incorporadas na indumentária dos trajes majestáticos imperiais no período colonial. A partir do século XVII, tiveram início as expedições artísticas e naturalistas que catalogaram e divulgaram a natureza do país, a partir de coletas e ilustrações científicas das espécies. Já entre os séculos XIX e XX, muitos são os nomes que contribuíram com a divulgação científica a partir das primeiras publicações com relações das espécies e descrições comportamentais, e entre as décadas de 1970 e 1980 surgiram os primeiros clubes de observadores de aves, o COA de Porto Alegre em 1974 e o COA do Rio de Janeiro em 1985 - berço de grandes ornitólogos que mais tarde ajudaram a construir uma ornitologia genuinamente brasileira. A fundação do Centro de Estudos Ornitológicos ocorreu em 1984, ano também da publicação da primeira e a mais importante publicação brasileira reunindo todas as espécies de aves, o livro “Ornitologia Brasileira” por Helmut Sick.

A demanda pelas viagens a ambientes naturais foi impulsionada principalmente após a Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), na qual a EMBRATUR, junto às operadoras de turismo, passou a promover roteiros ecológicos principalmente para o Pantanal e para a Amazônia. Com o aumento da promoção da biodiversidade brasileira pela mídia, atrelada à expansão da internet e da fotografia digital, a observação de aves foi ganhando ainda mais notoriedade no país, mas principalmente como um atrativo para estrangeiros (PIVATTO et al., 2007).

Diversos são os marcos históricos que contribuíram para o estabelecimento e divulgação da atividade no Brasil, que se deram primordialmente por iniciativas independentes advindas dos próprios observadores e por isso de uma forma mais orgânica. A percepção da atividade pelo viés de atrativo turístico e sua promoção por alguns órgãos públicos é fato recente, e tem sido incorporado em algumas agendas municipais e estaduais, geralmente por força, mais uma vez, de observadores de aves que atuam de alguma forma nesses setores. O quadro 4 apresenta alguns desses marcos na história da observação de aves no país.

¹¹ Trecho de “Poeminho do Contra” escrito por Mario Quitanda em 1983

Quadro 4 - Marcos no histórico da observação de aves no Brasil

Ano	Acontecimento
1974	Criação do primeiro Clube de Observação de Aves em Porto Alegre/RS
1985	Criação do Clube de Observação de Aves do Rio de Janeiro – COA/RJ
1997	Primeiro Encontro de Observadores de Aves e Turismo no Rio de Janeiro
2002	Criação do programa de passeio mensal para observação de aves no Jardim Botânico no Rio de Janeiro
2006	Primeira edição do Encontro Brasileiro de Observação de Aves - Avistar Brasil, em São Paulo
2008	Criação do site WikiAves
2012	Primeira edição do Avistar Rio (e também a primeira fora de São Paulo)
2013	Primeiro Festival de Aves de Paraty
2014/2017	SAVE Brasil: Projeto Cidadão Cientista para observação de aves em Unidades de Conservação
2014	Projeto #vempassarinhar Instituto Butantã em São Paulo para a participação da população local
2015	Primeira edição do Programa Vem Passarilhar do Estado do Rio de Janeiro promovido pelo INEA no Parque Estadual do Desengano
2016	Publicação da Portaria Normativa FF nº 236/2016 que dispõe sobre os procedimentos para realização da atividade de observação de aves nas unidades de conservação administradas pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo
2018	Primeira edição do Programa Passarilhar Carioca promovido pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
2018	Publicação da Instrução Normativa nº 14 de 10 de outubro de 2018 que dispõe sobre procedimentos para a realização da atividade de observação de aves nas unidades de conservação federais
2019	Seminário de Observação de Aves e Turismo – SEAS/SETUR/INEA
2019	Publicação da Resolução INEA nº 185 de 22 de agosto de 2019 que cria o Programa Vem Passarilhar RJ nas UCs administradas pelo INEA

Fonte: Elaboração própria, 2020

Avistar Brasil e Festivais de Aves

O Encontro Brasileiro de Observadores de Aves (Avistar Brasil) que em 2020 completou 15 anos, é atualmente o maior evento da América Latina dedicado ao tema. O Avistar Brasil ocorre anualmente em São Paulo, mas também conta com edições regionais, com uma programação composta por palestras, oficinas, minicursos e exposições. Além do Avistar, festivais de aves como o Aves de Paraty e o Aves de Ilhabela são eventos promovidos em regiões reconhecidas pela concentração de alta riqueza de espécies que podem ser avistadas. Ademais da rica programação e passeios de observação, os festivais são relevantes para a incentivar a prática local da atividade com o envolvimento da comunidade, atrair turistas e associar o nome da região à iniciativa (LIMA et al., 2018b), o que contribui para a criação de um imaginário de uma fauna característica.

Para Guto Carvalho, criador do Avistar Brasil, a poética que se constrói a partir da observação da natureza é fundamental para criar o desejo nas pessoas de querer observar as aves. Em sua opinião, não é possível vender um produto de observação de aves se não existe o desejo de consumi-lo, e por isso é necessário a construção do imaginário de uma fauna própria (SEMEIA, 2020a).

Ainda não existe um imaginário da natureza brasileira junto às pessoas, e a criação de ícones e símbolos é fundamental para a comunicação e divulgação. Um dos objetivos do próprio Avistar é estimular os mecanismos de comunicação de um imaginário da natureza brasileira para, então, conseguir transformá-la em um produto (Guto Carvalho em participação no webinar promovido pelo Instituto Semeia¹² em agosto de 2020).

WikiAves

O site WikiAves é uma iniciativa brasileira criada em 2008, de conteúdo interativo direcionado à comunidade brasileira de observadores de aves que apoia, divulga e promove a atividade e a ciência cidadã, a partir de ferramentas gratuitas de controle de registros fotográficos, sonoros, identificação de espécies, entre outras (WIKIAVES, 2019). A plataforma conta com um conjunto de regras com critérios para publicação e com a participação de moderadores que avaliam previamente todo material enviado (PINHEIRO, 2019), uma vez que as correções dos bancos de dados são fundamentais para a fidelidade das informações. Essas bases de dados são coleções científicas análogas às coleções de museus, e embora a plataforma não tenha sido criada com este objetivo, acabou ganhando esses status (NOGUEIRA, 2020).

Ao cadastrar o registro de uma espécie na plataforma, o usuário também informa o local do avistamento, e a partir destes dados fornecidos pelos usuários cadastrados, é gerada uma estatística (atualizada diariamente) do número de espécies registradas por Estado. A tabela 1 apresenta o ranking com os dez primeiros Estados de acordo com o número de registros de aves, e o Estado do Rio de Janeiro aparece em 10^a posição com 695 espécies. Esse número ultrapassa o registro total para alguns países como Canadá (668), Espanha (604), Reino Unido (602) e França (500).

¹² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J5gNNIQR90U>>.

Tabela 1 – Número de espécies registradas por Estado brasileiro (2020)

POSIÇÃO	ESTADO	Nº DE ESPÉCIES REGISTRADAS
1	Pará	933
2	Amazonas	932
3	Mato Grosso	886
4	São Paulo	796
5	Minas Gerais	795
6	Bahia	768
7	Rondônia	743
8	Roraima	725
9	Paraná	722
10	Rio de Janeiro	697

Fonte: Elaboração própria com base em WikiAves (2020)

Assim como a possibilidade de acompanhar a estatística do registro de espécies, também é possível acessar o número de usuários da plataforma cadastrados por Estado, permitindo assim inferir alguns padrões. Dentre os atuais 35.698 mil usuários, a região Sudeste reúne a maior parte dos praticantes, com destaque para o Estado de São Paulo com 28%, montante que quase alcança a soma dos outros três Estados com maior número de usuários no site (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul). A tabela 2 apresenta o ranking com os dez primeiros Estados de acordo com o número de usuários cadastrados no site.

Tabela 2 – Número de usuários cadastrados por Estado (2020)

POSIÇÃO	ESTADO	Nº DE USUÁRIOS CADASTRADOS
1	São Paulo	10.199
2	Minas Gerais	4.237
3	Rio de Janeiro	3.532
4	Rio Grande do Sul	3.402
5	Santa Catarina	2.379
6	Paraná	2.235
7	Bahia	1.218
8	Ceará	974
9	Distrito Federal	8861
10	Goiás	867

Fonte: Elaboração própria com base em WikiAves (2020)

Vem Passarilhar

O projeto #vempassarilhar foi uma iniciativa criada pelo Observatório de Aves do Instituto Butantan em 2014 no município de São Paulo, visando estimular a observação de aves e despertar o interesse em novos praticantes, a partir de um passeio mensal para a realização da atividade aberta ao público e gratuita, guiada por um ornitólogo ou observador de aves com experiência. A divulgação ocorre principalmente por meio das mídias sociais e conta com um público diverso, reunindo crianças e observadores experientes (LIMA et al., 2018b).

Hingst-Zaher et al. (2018) ao relatarem sobre os resultados desse projeto destacam o potencial de engajamento da atividade pela participação de muitas pessoas que nunca haviam observado aves anteriormente, e a reincidência dos participantes que contribuem diretamente com a coleta de dados – dados estes capazes de fornecer uma série de informações detalhadas sobre a avifauna do parque, além de demonstrar a importância de áreas verdes urbanas como área refúgio de espécies migratórias (HINGST-ZAHER et al., 2018). A partir do Vem Passarilhar em São Paulo, outras iniciativas com o mesmo objetivo foram surgindo no país, como estão elencadas no quadro 5.

Quadro 5 - Iniciativas do Programa Vem Passarilhar consolidados pelo país

Iniciativa por Estado	Ano de criação	Responsabilidade	Como acontece
Vem Passarilhar SP	2014	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município de SP por meio da Divisão de Fauna Silvestre, Instituto Butantã e SAVE Brasil	Mensalmente em algum Parque Municipal ou Estadual
Vem Passarilhar RJ	2015	Criado em 2014 pelo Inea e institucionalizado pela Resolução INEA nº 185 de 22 de agosto de 2019	Uma vez por mês em uma UC estabelecida em calendário anual
Vem Passarilhar Bragança Paulista	2015	Movimento Observação de Aves Urbanas promovido pelo Coletivo Socioambiental, Associação Bragança Mais e Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Sem calendário definido
Vem Passarilhar MG	2017	Secretaria de Estado de Turismo (SETUR-MG), Instituto Estadual de Florestas (IEF), ICMBio, ONG Ecoavis e empresas	Fomento à visitação nos Parques Naturais de Minas Gerais Não possui calendário estabelecido
Vem Passarilhar Noronha (PE)	2018	Projeto Aves de Noronha	Não tem calendário definido

Vem Passarilhar Carioca	2018	Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro	Primeiro sábado de cada mês em algum Parque Natural Municipal do Rio de Janeiro
Vem Passarilhar CE	2019	Pessoas de diversos projetos e empresas com o apoio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente	Ocorre no 3º domingo de cada mês no PE do Cocó e algumas edições extras
Vem Passarilhar SC	2019	Secretaria Municipal de Turismo de Imbituba	Sem calendário definido
Vem Passarilhar TO	2019	Observadores de aves	Sem calendário definido
Vem Passarilhar Velho Chico (Vale do São Francisco)	2019	Organizadores independentes	Sem calendário definido
Vem Passarilhar Paraty	-	Fazenda Bananal	Atividades mensais

Fonte: Elaboração própria, 2020¹³

Vem Passarilhar RJ

No Estado do Rio de Janeiro, o Programa Vem Passarilhar RJ foi criado pelo INEA a partir da iniciativa de servidores do órgão que eram observadores de aves. Sua estruturação teve início em 2011 baseada em levantamento das espécies que ocorriam nas UCs, definição de uma ave símbolo para cada UC, mapeamento das trilhas para realização da atividade, levantamento da existência de infraestrutura de apoio no entorno e das possibilidades de ganhos locais com a atividade. O objetivo do programa é estimular a atividade de observação de aves nas UCs sob gestão do órgão.

A primeira edição ocorreu no Parque Estadual do Desengano em 2015 e até dezembro de 2019, das 37 UCs geridas pelo INEA, 22 foram contempladas pelo Programa com a participação de mais de mil pessoas que puderam observar 507 espécies de aves (84% das espécies registradas no levantamento da avifauna encontrada nas UCs sob gestão do INEA). No levantamento dos registros ao longo desses 4 anos, todas as UCs que receberam edição do PVP/RJ tiveram novas espécies incluídas nas listagens oficiais, além de 12 novos registros para o Estado do Rio de Janeiro, evidenciando que a ciência cidadã pode contribuir com a produção de conhecimento e, nesse caso, com a conservação da natureza (MARINS et al., 2018).

¹³ As informações foram encontradas nos sites e mídias sociais de cada projeto.

O REVISTUR já recebeu duas edições do programa, em 2018 e 2019. Em setembro de 2018 contribuiu com um registro inédito para o Estado do RJ com o avistamento do “Papa-moscas-canela” (*Polystictus pectoralis*), uma espécie migratória na região (WIKIAVES, 2018). Na edição de fevereiro de 2019 foram avistadas 55 espécies de aves, por 21 participantes que estiveram presentes. Ainda em 2019, o Vem Passarilhar RJ foi institucionalizado através da Resolução INEA nº 185 de 22 de agosto que criou oficialmente o programa nas UCs administradas pelo INEA.

No dia nove de agosto de 2019 a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR) e o INEA promoveram em conjunto o “Seminário de Observação de Aves e Turismo”¹⁴, com o objetivo de discutir o segmento da observação de aves e sua contribuição para o fomento do ecoturismo no Estado do Rio de Janeiro. O evento aconteceu no auditório da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) e contou com a presença da subsecretária de Conservação da Biodiversidade e Mudanças do Clima, Eliane Martins; o diretor da DIBAPE do INEA, Marcio Beranger; o assessor especial do gabinete da SETUR, André Torricelli; e o presidente da Associação Carioca de Turismo de Aventura, Fabio Nascimento. Ambos enaltecem a relevância do Programa Vem Passarilhar RJ como estratégico para a conservação e para o desenvolvimento do Estado como um produto turístico responsável, capaz de promover a ciência cidadã e possibilitar a integração entre os setores de turismo, meio ambiente, conservação e educação.

Seguindo o exemplo Estadual, em 2018 a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro lançou o Programa Passarilhar Carioca (Figura 4), que também conta com um calendário anual. As passarinhadas ocorrem geralmente no primeiro sábado de cada mês em um Parque Natural Municipal, contribuindo também com a divulgação desses espaços.

¹⁴ Outros eventos com o mesmo objetivo também têm ocorrido a nível municipal como o “Seminário sobre turismo de observação de aves em Garças/SP” organizado pelo Conselho Municipal de Turismo em 2018 (disponível em <https://www.garca.sp.gov.br/noticia/2312/reuniao-do-comtur-discute-seminario-sobre-turismo-de-observacao-de-aves-em-garca/>), e o “4º Seminário de Observação de Aves e Turismo Sustentável *Avistando Guararema*” organizado pela Prefeitura Municipal e a SAVE Brasil em 2019 (disponível em <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/11/17/4o-seminario-de-observacao-de-aves-e-turismo-sustentavel-avistando-guararema-tem-inscricoes-abertas.ghtml>).



Figura 4 – Divulgação do Programa Passarinhar Carioca no site da SMAC/RJ
Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smac>

2.1.1 Iniciativas na política pública

Vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é o órgão responsável por executar as ações do SNUC no âmbito federal. Embora o ICMBio fomente Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN), sendo vinte e um planos voltados para o grupo taxinômico das aves¹⁵, não há políticas voltadas para a observação de aves (MMA, 2020a).

Ao realizar uma busca simples por “observação de aves” no portal virtual do ICMBio, são localizadas várias notícias de divulgação de eventos de passarinhada que são apoiadas e até mesmo organizadas pelo órgão. De modo geral o órgão apoia as atividades de observação de aves nas UCs e tem marcado presença em edições do #vempassarinhar e eventos como o Avistar, mas ainda não promoveu ações concretas que visam a institucionalização da atividade como uma política pública - embora tenha sancionado a Instrução Normativa nº 14 de 10 de outubro de 2018 que dispõe sobre procedimentos para a realização da atividade de observação de aves nas UCs federais.

¹⁵ Alguns desses PAN’s estão voltados para o “Soldadinho-do-araripe”, “Papagaios da Mata Atlântica”, “Mutum-do-sudeste”, “Albatrozes e Petréis”, “Pato-mergulhão”, “Arara-azul-de-lear”, “Aves de Rapina”, “Galiformes”, “Mutum-de-alagoas”, “Ararinha-azul”, “Papagaios”, “Aves dos Campos Sulinos”, “Aves da Caatinga”, “Aves Limícolas Migratórias”, “Aves da Amazônia”, “Aves do Cerrado e Pantanal”, “Aves Marinhas e Costeiras” e “Aves da Mata Atlântica”.

Quanto ao Ministério do Turismo, no *site* institucional, as únicas notícias publicadas a respeito do tema, uma intitulada “Turismo de observação de aves ganha adeptos no Brasil”, é do ano de 2015 e a outra, “Turistas seguem a rota das aves”, é de 2017. No entanto, a Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), a EMBRATUR e o MTUR lançaram em 2009 um material promocional em inglês intitulado “*A journey through the land of bird*”. O objetivo era divulgar internacionalmente a atividade e atrair turistas estrangeiros praticantes da observação de aves para o Brasil, em localidades em que o turismo já estava consolidado.

Um exemplo Estadual

Como discutido até aqui, as iniciativas de fomento à atividade de observação de aves ainda são incipientes e isoladas, mas o Estado do Mato Grosso do Sul tem se destacado na promoção da prática como política pública desde 2017, quando realizou o primeiro workshop em Campo Grande sobre o tema (G1 MS, 2017). Atualmente, através do Programa de Inovação e desenvolvimento de Ofertas Turísticas da Fundação do Turismo (FUNDTUR/MS), um dos novos segmentos que vem sendo trabalho é o turismo de observação de aves. O Diretor de Desenvolvimento do Turismo e Mercado da FUNDTUR/MS explica que as ações de fomento se baseiam na estruturação do turismo para a atividade em municípios que tenham interesse em sua promoção, a partir de capacitações e direcionamento estratégico centrado em um plano simplificado de ações.

Algumas dessas ações podem ser encontradas no site oficial de promoção do turismo do Estado, como por exemplo a área de treinamento on-line voltada para os profissionais do turismo. Nesta plataforma¹⁶ estão disponíveis para *download* vídeos e cartilhas sobre cada segmento no qual o *trade* pode atuar – inclusive sobre a observação de aves. Além disso, através do Observatório de Turismo¹⁷ a FUNDTUR/MS tem monitorado¹⁸ o comportamento dos observadores de aves pelo Estado, gerando boletins e anuários estatísticos quem auxiliam no próprio desenvolvimento do segmento.

¹⁶ Disponível em: www.visitms.com.br/br/profissionais/

¹⁷ Disponível em: www.observatorioturismo.ms.gov.br/

¹⁸ Esse monitoramento ocorre através do WikiAves a partir da análise das principais cidades visitadas por turistas externos e internos, ranking de observação por região turísticas, etc.

2.1.2 Observação de aves em planos de manejo

Considerando que as áreas protegidas são as áreas mais buscadas para a realização da atividade, as informações a seguir foram realizadas a partir de pesquisa documental sobre os planos de manejo das UCs no Estado do Rio de Janeiro, tanto sob gestão do ICMBio quanto do INEA, para analisá-los à luz da previsão da atividade de observação de aves nesses instrumentos de gestão. O quadro 6 apresenta um recorte das UCs sob gestão do ICMBio e o quadro 7 aquelas sob gestão do INEA.

Quadro 6 - Observação de aves nos planos de manejo das UCs federais localizadas no Estado do Rio de Janeiro

Unidade de Conservação	Análise
Proteção Integral (PI)	
ESEC Guanabara	Potencial da observação de aves é citado no plano de manejo no capítulo sobre avifauna.
ESEC Tamoios	Não cita a observação de aves em seu PM
REBIO Tinguá	Não cita a observação de aves em seu PM
REBIO Poço das Antas	Não cita a observação de aves em seu PM
REBIO União	Não cita a observação de aves em seu PM
PARNA Serra da Bocaina	Plano de manejo aponta a implantação de infraestrutura para a atividade de observação de aves.
PARNA Itatiaia	Aponta o incentivo à prática da observação de aves enquanto potencial de turismo
PARNA Tijuca	Aponta o desenvolvimento de projeto para implantação de atividade de visitação voltada para observação de aves
PARNA Serra dos Órgãos	É citado como um local onde a observação de aves é realizada e ressalta a importância de considerar roteiros específicos para os praticantes da atividade
PARNA Restinga de Jurubatiba	Não cita a observação de aves em seu PM
ARIE Floresta da Cicuta	Não cita a observação de aves em seu PM
MONA Ilha das Cagarras	Não cita a observação de aves em seu PM
Uso Sustentável (US)	
APA de Cairuçu	Não cita a observação de aves em seu PM
APA Serra da Mantiqueira	Não cita a observação de aves em seu PM
APA de Guapimirim	A atividade é amplamente citada
APA de Petrópolis	Não cita a observação de aves em seu PM
APA da Bacia do Rio São João	Não cita a observação de aves em seu PM
FLONA Mário Xavier	Não possui PM
RESEX Marinha de Arraial do Cabo	PM em elaboração
Siglas: PARNA – Parque Nacional; ESEC – Estação Ecológica; REBIO – Reserva Biológica; REVIS – Refúgio de Vida Silvestre; MONA – Monumento Natural; APA – Área de Proteção Ambiental; FLONA – Floresta Nacional; RESEX – Reserva Extrativista; ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico	

Fonte: Elaboração própria com base em MMA (2020b) e ICMBio¹⁹ (2020)

¹⁹ Relação das UCs disponível no portal do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) e planos de manejo disponíveis no site do ICMBio.

De acordo com o quadro apresentado, das dezenove (19) UCs federais do Estado do Rio de Janeiro, apenas cinco (5) planos de manejo citam o potencial da observação de aves e/ou apontam a necessidade de construção de infraestrutura específica para a atividade de forma genérica. Apenas para APA de Guapimirim a atividade é amplamente discutida, o que corrobora com o fato do município de Guapimirim já ser reconhecido pelos observadores como um dos melhores lugares para realizar a atividade no Rio de Janeiro (MELLO & MELLO, 2019).

Quadro 7 - Observação de aves nos planos de manejo das UCs estaduais do Rio de Janeiro

Unidade de Conservação	Ano de aprovação do PM	Análise
Proteção Integral (PI)		
EEE de Guaxindiba	2010	Embora a categoria não permita visitação, o PM aponta uma área prioritária para conservação de aves
MONA Serra da Beleza	Licitação para elaboração do PM	-
MONA Serra dos Mascates	Não possui	-
PE do Cunhambebe	2015	Não menciona a observação de aves
PE da Costa do Sol	2019	Menciona o Programa Vem Passarilhar. Cabe ressaltar que engloba a restinga de Massambaba que é considerada uma IBA ²⁰ e que uma espécie de ave encontrada nesta UC está no PAN
PE da Ilha Grande	2011	A observação de aves é citada como atrativo turístico no Programa de Recreação do Plano Setorial de Uso Público
PE da Pedra Branca	2013	O Plano Setorial de Conhecimento indica o desenvolvimento de um projeto específico para a implantação da atividade de observação de aves
PE da Pedra Selada	2018	Observação de aves aparece como estratégia de visitação que deve ser potencializada nos Programas de Visitação e Recreação, de Interpretação e Educação Ambiental, e de Integração com o Entorno. Além disso, no cenário futuro, a UC tem como meta ser reconhecida internacionalmente pela observação de aves.
PE da Serra da Concórdia	Licitação para elaboração do PM	-
PE do Desengano	2008	Observação de aves é citada no Plano Setorial de Manejo para Educação
PE do Mendanha	Não possui	-
PE dos Três Picos	2006	Cita o turismo voltado para o avistamento de aves e menciona as trilhas ideais para a atividade. Destaca algumas espécies de aves encontradas na UC e tem avifauna como uma das prioridades para a conservação.
PE Lagoa do Açu	Não possui	-

²⁰ As Áreas Importantes para a Conservação das Aves (*Important Bird Area* – IBA) visam identificar, monitorar e proteger uma rede de áreas críticas para as aves. Faz parte da estratégia mundial da BirdLife International que já identificou cerca de 12.000 IBAs até o momento, em 200 países. Disponível em <http://savebrasil.org.br/programa-ibas>.

PE da Serra da Tiririca	2015	Observação de aves é citada no Programa de Recreação do Plano Setorial de Visitação
REVIS da Lagoa da Turfeira	2018	Apresenta como um dos objetivos estratégicos do Programa de Visitação, a implantação do turismo de observação de aves para ser reconhecido como importante ponto de observação na região
REVIS do Médio Paraíba	Não possui	-
REVIS da Serra da Estrela	Não possui	-
REBIO de Araras	2010	Não menciona
REBIO de Guaratiba	2013	Não menciona
REBIO da Praia do Sul	Não possui	-
REE da Juatinga	Não possui	-
Uso Sustentável (US)		
APA da Bacia do Rio Macacu	Não possui	-
APA da Bacia dos Frades	Licitação para elaboração do PM	-
APA da Serra de Sepiatiba	2009	(Apenas o decreto de aprovação do PM está disponível)
APA de Tamoios	2013	(Apenas o decreto de aprovação do PM está disponível)
APA de Macaé de Cima	2014	Não menciona
APA de Gericinó-Mendanha	Não possui	-
APA Pau-Brasil	2012	(Apenas o decreto de aprovação do PM está disponível)
APA do Rio Guandu	Licitação para elaboração do PM	-
APA de Sepetiba II	Não possui	-
APA de Mangaratiba	2015	Não menciona
APA de Massambaba	2009	(Apenas o decreto de aprovação do PM está disponível)
APA de Maricá	2007	(Apenas o decreto de aprovação do PM está disponível)
APA do Alto Iguaçu	PM em finalização	-
FLOE José Zago	2017	Não menciona
RDS do Aventureiro	Licitação para elaboração do PM	-
RESEX Marinha de Itaipú	Não possui	-

Siglas: PE – Parque Estadual; EEE – Estação Ecológica Estadual; REBIO – Reserva Biológica; REVIS – Refúgio de Vida Silvestre; REE – Reserva Ecológica Estadual; MONA – Monumento Natural; APA – Área de Proteção

Fonte: Elaboração própria com base em INEA²¹ (2020)

De acordo com o quadro apresentado, o Estado do Rio de Janeiro possui trinta e sete (37) UCs sob gestão do INEA²², sendo vinte e um (21) de proteção integral e dezesseis (16) de uso sustentável. Das vinte e uma (21) UCs de proteção integral, sete (7) não possuem plano de manejo, duas (2) estão em processo de licitação para a elaboração e doze (12) possuem seus planos aprovados. Dessas doze (12), apenas quatro (4) não mencionam a observação de aves sendo que três (3) correspondem às tipologias mais restritivas (EEE e REBIO)²³. Dos oito (8) planos que mencionam de alguma forma a observação de aves, cabe ressaltar o Parque Estadual da Pedra Selada e o Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira que destacam a observação de aves em seus programas de visitação e, ainda, têm como meta serem reconhecidos pela atividade. Já quanto às de uso sustentável, das dezesseis (16), sete (7) possuem plano de manejo, mas para cinco (5) apenas o decreto de aprovação do PM está disponibilizado no site oficial e, para as outras três (3), os planos não fazem menção à observação de aves. Outras quatro (4) não possuem plano de manejo e três (3) estão em processo de licitação para sua elaboração.

Ao comparar o panorama dos planos de manejo das UCs estaduais com a análise anterior feita para as UCs federais do Rio de Janeiro, é possível observar que as UCs geridas pelo INEA, majoritariamente os Parques Estaduais, expressam maior atenção para o desenvolvimento da atividade de observação de aves àquelas que estão sob gestão do ICMBio. Das oito (8) unidades que mencionam a observação de aves em seus planos, nove (7) correspondem à categoria Parque e apenas uma (1) à categoria de REVIS, que é o Refúgio Estadual de Vida Silvestre da Lagoa da Turfeira.

²¹ Disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/>

²² O Parque Estadual da Cacrinha e o Parque Estadual do Grajaú desde 2007 são administrados pela Prefeitura do Rio de Janeiro e por isso não foram considerados nesta análise. No entanto, cabe ressaltar que as atividades de observação de aves são elencadas como resultados esperados no Programa de Educação Ambiental e Sensibilização do Plano Setorial de Informação, Capacitação e Educação de seus planos de manejo.

²³ Embora essas categorias não permitam visitação pública, de acordo com os artigos 9º, § 2º, e 10, § 2º do SNUC que versam, respectivamente sobre Estação Ecológica e Reserva Biológica, são permitidas atividades com o objetivo educacional, objetivo este no qual a observação de aves pode se enquadrar ao ser estruturada e promovida de acordo com as especificidades e os objetivos dessas categorias de UCs.

2.2 EXEMPLOS INTERNACIONAIS

Nos Estados Unidos a observação de aves é uma atividade consagrada há mais de cem anos e promovida desde o começo por associações e organizações não-governamentais voltadas para tratar do tema. Em 1983 teve início a *Nuttall Ornithological Club*, primeira organização norte americana dedicada à observação e estudo das aves. A *National Audubon Society*, fundada em 1905 em Nova York, é uma das mais antigas organizações dedicadas à conservação das aves e seus ecossistemas através da ciência e do ativismo. Em 1922 foi criada o *International Committee for Bird Preservation – ICBP*, que passou à *BirdLife International* em 1993, uma aliança global de organizações de conservação de aves e seus habitats, abrangendo atualmente 121 países. No Brasil ela está presente através da Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil – SAVE Brasil desde 2004. Outra organização de grande referência é a *American Birding Association – ABA*, que desde 1969 reúne observadores da América do Norte.

Espalhadas por todos os Estados dos EUA e diversos outros países com considerável número de observadores de aves (LIMA et al., 2018b), as *birding trails*²⁴ (como são conhecidas as rotas para observação de aves), correspondem a grandes rotas que se estendem por quilômetros de estradas interligando principais locais para o avistamento de espécies (ABA, 2020), e algumas incluem até rotas aquáticas (AUDUBON, 2020). Paradas específicas ao longo das rotas são identificadas com placas e mapas detalhados fornecendo orientação não apenas sobre as aves, mas também sobre outros animais e plantas que podem ser encontrados ao longo do trajeto, além de informações do próprio lugar (Figura 5).

Cada rota conta com seu *site* institucional que reúne mapas, pontos de parada e informações sobre as aves, facilmente encontradas na internet. A estruturação, planejamento e implementação destas trilhas são gerenciadas de forma cooperada entre esferas de governo, agências, organizações, fundações comunitárias, negócios locais e contribuições individuais (VAS, 2012). A ABA aponta que as *birding trails* fazem parte da *birding economics*, a “economia da observação de aves”, afirmando a relevância da atividade para o país a partir do envolvimento com a comunidade no compromisso com a conservação a partir do ecoturismo (ABA, 2020).

²⁴ *The Great Washington State Birding Trail, Great Florida Birding and Wildlife Trail, Colorado Birding Trail,*



Figura 5 – Placa indicativa sobre a *The Great Washington State Birding Trail*
Fonte: Audubon Washington, 2020²⁵

Já no âmbito das políticas públicas, a observação de aves também faz parte das pautas a nível ministerial no *Department of the Agriculture* (através da *U.S. Forest Service*) e no *Department of the Interior* (através do *U.S. Fish and Wildlife Service* e do *U.S. National Park Service*). O Serviço Florestal Americano existe desde 1905 e é a única agência de gestão de terras que está fora do Departamento do Interior, administrando atualmente 154 florestas nacionais e 20 áreas de proteção ambiental, que são atravessadas pela *Big Track Interpretative* e a *Big Track Springs*, trilhas destinadas a observadores de aves. No site do Serviço Nacional de Parques está disponível uma relação de parques que estão estruturados para a atividade de observação de aves, os quais também disponibilizam sua lista com a relação das espécies que podem ser neles encontradas. Ademais, o Serviço possui programas contínuos de monitoramento de algumas espécies.

²⁵ Disponível em: <<https://wa.audubon.org/birds/what-birding-trail>>. Acesso em 14/09/2020.

No Serviço de Pesca e Vida Selvagem a observação de aves também tem destaque através do *Birding on Refuges* que faz parte do *Migratory Bird Program* e do *Bird Festival Planner*. O *National Wildlife Refuges* é um sistema com mais de 200 refúgios criados especificamente para proteger, gerir e restaurar os habitats de aves migratórias, que incentiva o *Birding on Refuges*. No site de cada refúgio também está disponível um *checklist* com as espécies de aves do lugar. O *Bird Festival Planner* é um calendário anual com os festivais populares de aves que ocorrem nos refúgios ou próximos a eles. A inserção da observação de aves na estrutura governamental americana está representada na figura a seguir.

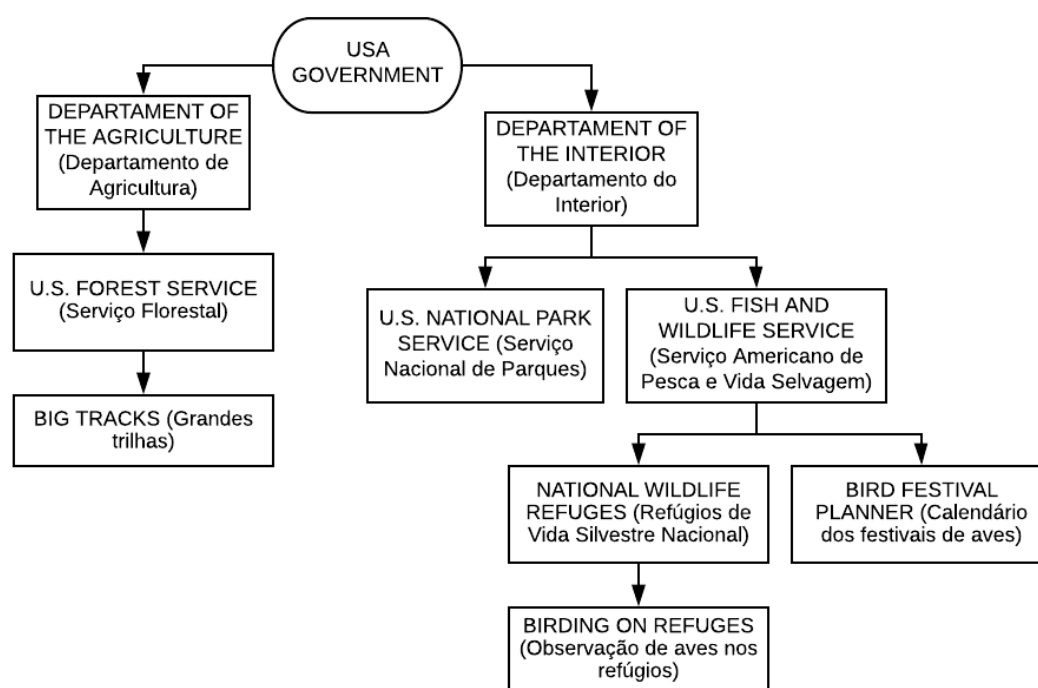


Figura 6 – Observação de aves dentro da estrutura governamental americana
Fonte: Elaboração própria²⁶, 2020

O último relatório do Serviço Americano de Pesca e Vida Selvagem apontou que cerca de 45,1 milhões de pessoas observam aves nos Estados Unidos (cerca de 20% da população), dos quais 86% (38,7 milhões) praticam a atividade próximo de onde moram e outros 36% (16,3 milhões) realizam viagens para observarem aves. O levantamento apontou ainda que a maioria dos observadores realizaram a atividade em terras públicas, ou seja, parques. Assim, gastos com viagens, transporte, hospedagem, alimentação, compra de equipamentos (câmeras, binóculos, roupas especiais), guias e livros especializados são responsáveis por movimentar a economia na casa dos bilhões (FWS, 2016).

²⁶ Dados obtidos a partir dos sites “www.fs.usda.gov”, “www.nps.gov” e “www.fws.gov”.

Um recente estudo publicado na revista *Science* apontou que três bilhões de aves (ou 29% da abundância) desapareceram na América do Norte desde 1970 em decorrência da perda de habitat, uso de pesticidas e queda na população de insetos. Essa perda de abundância pode impactar ainda a composição e funcionamento de ecossistemas e seus serviços visto que, além de controlar pragas, as aves também desempenham o papel de dispersoras de sementes e polinizadoras de plantas (ROSENBERG et al., 2019).

Esse levantamento só foi possível porque nesses países as pesquisas ornitológicas são realizadas com base em monitoramentos a longo prazo, principalmente por meio dos observatórios de aves e de programas de ciência cidadã (como o centenário *Christmas Bird Count* e o *British Trust for Ornithology*) - e isso traz um alerta ao Brasil, considerando nosso histórico de desmatamento e a ausência de um monitoramento da abundância de espécies, levando a acreditar num cenário nacional ainda mais assustador.

A Colômbia, país que lidera o ranking mundial como maior número de espécies de aves registradas (1.932), também é destaque na promoção da observação de aves como política pública de turismo no país. A agenda de desenvolvimento do setor que está centrada no Ministério do Comércio, Indústria e Turismo (MCIT), está voltada para ações que visam a atração de turistas interessados na observação de aves nos parques naturais (PRESIDENCIA DE COLOMBIA, 2019).

Em 2019 a Colômbia ganhou pelo terceiro ano consecutivo o primeiro lugar no *Global Big Day*, um campeonato internacional de observação de aves promovido pelo Laboratório de Ornitologia da Universidade de Cornell (EUA), no qual os países que participam (173 em 2019) buscam registrar a maior diversidade de aves com o objetivo de proporcionar visibilidade à importância da conservação das aves e seus habitats. A Colômbia registrou um total de 1.590 aves, seguida pelo Peru com 1.516 e Equador com 1.114 espécies. O Brasil ocupou a quarta posição com 1.018 e a Bolívia a quinta, com 902 espécies de aves registradas (PROCOLOMBIA, 2019).

Flávia Santoro, presidenta da ProColombia, agência de promoção turística do país, afirma que a Colômbia demonstra um grande potencial de aviturismo como consequência de sua biodiversidade, garantindo ao país extraordinária vantagem competitiva. Em 2017 a agência lançou na *American Bird Expo* a campanha internacional “Colombia #1 em espécies aves em el mundo”, além do documentário “*The Birders*”. Em 2019 foi a vez do lançamento de rotas²⁷ para avistamento de aves pelo próprio MCIT junto com a *National Audubon Society* (PROCOLOMBIA, 2019). Além da promoção da atividade pelo setor público, existem grandes empresas²⁸ especializadas na oferta de experiências em observação de aves – como elas mesmas se promovem -, com roteiros e expedições estruturadas para receber turistas do mundo todo.

Atrás da Colômbia, o Brasil ocupa o segundo lugar no mundo em relação ao número de espécies de aves, totalizando 1.919 registros catalogados (CBRO, 2006), cenário que, de acordo com Farias et al. (2006), faz do país um destino com grande potencial ecoturístico para a observação de aves. No entanto, ainda é pouco representativo no Brasil quando comparado a outros países europeus, Estados Unidos, Japão e Austrália (ALMEIDA et al., 2016), necessitando de pesquisas e investimentos para orientar sua implantação de modo sustentável (PIVATTO et al., 2007).

Há um crescimento contínuo do número de observadores de aves nos Estados Unidos que pode ser constatado pelo crescimento de vendas dos guias de identificação de aves, no número de festivais realizados em todo território norte-americano, além dos dados numéricos fornecidos periodicamente pelo Serviço de Pesca e Vida Selvagem. É reconhecido que os visitantes em busca da observação gastam dinheiro em transportes, hotéis, restaurantes, guias locais e souvenirs (DIAS et al., p. 88, 2010).

²⁷ Todo o país foi dividido por regiões de observação de aves e cada região é composta por rotas estruturadas para a realização da atividade que são exploradas pelas agências de turismo.

²⁸ Informações extraídas a partir das informações disponibilizadas no site das seguintes empresas: *Colombia Birdwatch, Birdwatching Colombia, Native Birding Colombia, Birding Colombia e Birdwatching Explorers*.

2.3 ESTUDOS NORTEADORES

Para Pivatto et al. (2007) poucas eram as publicações nacionais sobre observação de aves, bem como destinos, roteiros e guias especializados para tal - cenário que ainda não mudou substancialmente e pôde ser evidenciado por meio da revisão sistemática de literatura sobre a atividade, delimitada a partir de sua relação com o ecoturismo e conservação. que será apresentada a seguir. Esses estudos reúnem exemplos de locais identificados pelo seu potencial para a implementação da observação de aves, os fatores limitantes para a expansão da atividade e formas de contribuição da ciência cidadã.

Potencial

O trabalho de Almeida et al. (2016) objetivou propor a implementação da observação de aves no Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, na região metropolitana de Belém (PA), como um segmento do ecoturismo, ferramenta de educação ambiental e instrumento de conservação ambiental. Semelhante ao cenário no qual se insere o REVISTUR no município de Resende (RJ), a UC paraense foi implantada, como o próprio nome revela, em uma região urbanizada. No entanto, a existência de considerável diversidade de avifauna no local além de ter justificado sua criação, permanece como um importante instrumento de divulgação da área protegida. Em síntese, os autores advogam que a observação de aves está diretamente relacionada não só ao ecoturismo, mas também à conservação e educação ambiental sobretudo por suas características de preocupação com a conservação do ambiente visitado. A isso, se soma o fato de os observadores de aves fornecerem dados que podem auxiliar em pesquisas e na própria gestão das áreas protegidas (ALMEIDA et al., 2016).

Mamede et al. (2020) identificaram e mapearam áreas importantes para a observação de aves em Campo Grande²⁹ (MS), a partir de indicadores socioambientais que subsidiaram uma roteirização turística da atividade no município. Em suma, a análise das possíveis combinações dos indicadores (áreas que abrigam alguma riqueza de espécies incluindo aves migratórias, endêmicas e ameaçadas), contêm naturalmente o potencial atrativo de observadores de aves. Este potencial pode ainda aumentar se agregado a outros componentes como heterogeneidade da paisagem, infraestrutura e segurança. Para as autoras, esse tipo de trabalho deve ser considerado uma etapa importante “para políticas públicas de turismo e meio ambiente, à estruturação do segmento turístico do *birdwatching*, ao planejamento e gestão urbana, às práticas de educação ambiental e à cidadania” (MAMEDE et al., p. 409, 2020).

Dias et al. (2010) analisaram a observação de aves no município de Ubatuba (SP) e apontaram que a atividade foi fomentada pela prefeitura municipal enquanto um segmento alternativo no contexto do desenvolvimento econômico, social e complementar ao turismo de sol e mar. Este fomento ocorre por meio de parcerias com empresas, comunidades tradicionais e escolas municipais, visando incentivar a prática da atividade entre os locais e atrair turistas. Embora Ubatuba seja reconhecida pelo seu grande potencial para a atividade em decorrência de suas características naturais conservadas, os observadores de aves são capazes de converter lugares aparentemente desinteressantes, mal utilizados ou sem interesse econômico em destinos relevantes e passíveis de valorização (DIAS et al., 2010). Aliás, a atividade vai na contramão do turismo de massa e dos itinerários turísticos tradicionais, uma vez que os observadores, geralmente sozinhos ou em pequenos grupos, buscam por ambientes naturais mais conservados, e deslocam-se de forma discreta e silenciosa, gerando o menor impacto possível (FARIAS, 2007).

²⁹ A cidade vem sendo reconhecida como a capital do turismo de observação de aves a partir da valorização da biodiversidade urbana e da incorporação desta atividade às práticas culturais locais (MAMEDE et al., 2018).

Lugarini et al. (2018) analisaram as vantagens, dificuldades e maneiras de incentivar a observação de aves em UCs, a partir de um questionário respondido pelos gestores de 72 UCs brasileiras. Deste universo amostral, mais de 50% das UCs desenvolvem atividades de observação de aves que contribuem diretamente com a gestão, pesquisa e monitoramento a partir do fornecimento de dados sobre a biodiversidade local. Além disso, promove aproximação com a sociedade a partir do incremento do turismo de base comunitária e com um tipo de visitante que apoia a UC. Para os autores, o plano de manejo é o instrumento adequado para ordenar a atividade dentro das especificidades locais e, uma das formas de se incentivar a prática, é a criação de um programa institucional para a promoção da observação de aves que deve propor:

Incluir a atividade nos planos de manejo, estabelecendo orientações para acesso em horários diferenciados; avaliar riscos, demais normas e zoneamento; verificar a infraestrutura e realizar ajustes; estabelecer parcerias; minimizar impactos com restrições ao tempo de permanência e tamanho de grupos; limitar uso de técnicas como playback; fixar cronograma de atividades de incentivo da prática; divulgar listas de espécies; mapear trilhas com riqueza de aves, número de espécies raras, endêmicas e ameaçadas; incentivar as UCs a desenvolver a atividade do uso público associada à educação ambiental; incentivar o turismo de base comunitária, com capacitação e credenciamento de condutores locais para entrada em horários diferenciados; desburocratizar o processo e emitir autorizações *on line* ou por meio de condutores ou agências credenciadas para a atividade; incentivar a diferenciação nos serviços da hotelaria local; capacitar gestores como promotores da prática (LUGARINI et al., p.1, 2018).

Castilho et al. (2017) realizaram um estudo junto às agências de turismo de Belo Horizonte (MG) e apontaram que as agências especializadas na observação de aves que operam no Brasil trabalham principalmente com o público estrangeiro. Para eles, ainda que a prática da observação de aves não seja uma atividade de lazer muito conhecida pelos moradores locais, tem se tornado cada vez mais popular no país.

Fatores limitantes

Para Alexandrino et al. (2012) ainda são poucos os municípios e empreendedores que reconhecem e investem na observação de aves como forma de lazer. De acordo com os autores, para tal, é necessário um estudo prévio a fim de se planejar a prática da atividade baseado em levantamento de avifauna; identificação dos locais aptos para recebimento de trilhas e pontos de observação; reconhecimento dos acessos aos locais e da infraestrutura existente necessária; e capacitação de guias. Além disso, no planejamento inicial é sugerido que o setor hoteleiro e agências turísticas também trabalhem em cooperação com os ornitólogos, a população e o poder público.

Embora exista uma resistência em se lançar polos atrativos da atividade, provavelmente relacionada à ideia de que a observação de aves só terá sucesso em extensas áreas de biomas conservados, mesmo em zonas antropizadas “há a ocorrência de espécies muitas vezes tolerantes a impactos e também valorizadas pelos observadores de aves” (ALEXANDRINO et al., p. 31, 2012).

[...] quando diferentes ambientes fazem parte do roteiro turístico do observador de aves, a conscientização ambiental pode ser trabalhada neste público. O observador passa a compreender a necessidade de preservação dos diferentes biomas e fisionomias conforme vai conhecendo condições ambientais diversas e, conseqüentemente, comunidades de aves distintas (ALEXANDRINO et al., p. 31, 2012).

Outros fatores limitantes com relação à realização da atividade, especificamente nas UCs, correspondem a “problemas de gestão, como regularização fundiária e de estrutura como sede e centro de visitantes, manutenção das trilhas, sinalização, comunicação, transporte e atendimento a emergências” (LUGARINI et al., p. 2, 2018). Ademais, há também uma grande carência de informações básicas sobre a maior parte das espécies de aves nacionais como distribuição, movimentos migratórios e flutuações populacionais, e é nesse momento que os observadores de aves contribuem através da ciência cidadã (LIMA et al., 2018a).

Essa carência de informações tem implicações diretas no nosso conhecimento sobre a biodiversidade brasileira e, na prática, traz limitações para a tomada de decisões, a proposição de ações e a definição de políticas públicas voltadas à conservação. Nesse cenário, as informações espontaneamente obtidas por observadores de aves durante a prática da atividade – que geralmente correspondem ao registro de determinada espécie em dado local e data – podem auxiliar na produção de conhecimento e na tomada de decisões conservacionistas (LIMA et al., p. 11, 2018a).

Ciência cidadã

Melhorar as estratégias de monitoramento da biodiversidade é crucial para a avaliação e eficiência das áreas protegidas, contribuindo conseqüentemente com a gestão dessas áreas (MARINS et al., 2018). Nesse sentido, a ciência cidadã, a partir do envolvimento da população em atividades científicas, tem contribuído ativamente com atividades científicas por meio da coleta de dados e até com a colaboração de análises quando o assunto é a observação de aves. A prática tem ganhado cada vez mais adeptos no Brasil, sobretudo pelo estímulo de plataformas digitais (como o *WikiAves*, *eBird*, *Merlin e Taxeus*) que reúnem listas, fotos e sons obtidos pelos observadores de aves, e programas de incentivo à ciência cidadã como o *Projeto Cidadão Cientista* criado pela Sociedade para a Conservação de Aves do Brasil - SAVE Brasil³⁰ em 2014 (MARINS et al., 2018).

O Projeto Cidadão Cientista, seguindo os conceitos da ciência cidadã, atuou na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, convocando observadores de aves experientes e treinando novos interessados, reunindo mais de 1.600 participantes nas atividades. Os grupos registraram 447 espécies de aves (50% de todas as aves conhecidas na Mata Atlântica), das quais 43 estão nas listas de aves ameaçadas (SAVE Brasil, 2019).

A observação de aves permite que os cidadãos comuns se engajem e contribuam para valorizar, cuidar e monitorar as aves em UCs, parques urbanos ou qualquer local ao ar livre. A geração de conhecimento e contato com a natureza durante uma atividade de lazer traz benefícios concretos ao participante, ao desenvolvimento do conhecimento científico e à conservação ambiental (SAVE Brasil, 2019).

Pinheiro (2019) fez um levantamento da listagem das aves das UCs de uma região de Cantão (TO), com base nos registros existentes no WikiAves fornecidos por observadores de aves, pra analisar o papel da ciência cidadã na divulgação do conhecimento e na conservação da avifauna regional. Através do estudo, o autor concluiu que a visitaçãõ de localidades desconhecidas ou pouco conhecidas por pesquisadores, e a afluência de observadores numa mesma região em diferentes épocas do ano, contribui com novos registros e conseqüentemente com o auxílio no reconhecimento do declínio de algumas populações de aves (PINHEIRO, 2019).

³⁰ Organização da sociedade civil sem fins lucrativos, representante da *BirdLife International* no país, voltada para a conservação das aves brasileiras.

O trabalho de Silva (2020) é outro exemplo da contribuição da ciência cidadã, uma vez que sua finalidade foi utilizar a observação de aves como proposta de valorização do espaço ecoturístico da lagoa Rodrigo de Freitas na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a partir da implantação de atividades programadas de observação de aves com o objetivo de levantamento, monitoramento e conservação das espécies de aves da lagoa, a partir da contribuição dos observadores de aves.

2.4 OBSERVAÇÃO DE AVES E A PANDEMIA

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente a pandemia do novo Covid-19. No Brasil, ao ser confirmada a transmissão comunitária para todo o território nacional, adotou-se inicialmente a conduta do isolamento social de acordo com as orientações da OMS, como medida necessária à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da doença. Com a permissão de funcionamento apenas para os serviços mais essenciais para a população, diversos setores começaram a ser impactados economicamente de forma direta - e o turismo foi um dos primeiros a ser afetado drasticamente com a inviabilização da circulação das pessoas e os bloqueios sanitários ao redor do mundo. Diante do cenário de incertezas, vislumbrar as possíveis perspectivas para o setor no pós-pandemia passou a ser o assunto recorrente nas discussões do *trade*.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estimou um declínio médio do turismo de 70% ao redor do mundo (OCDE, 2020). Aproximadamente sete meses após o início da pandemia, um estudo apontou para a tendência do retorno gradual do setor de acordo com o tipo de atividade e de local, com maior expectativa para destinos turísticos que envolvam a contemplação da natureza e turismo de aventura, a partir de deslocamentos domésticos e rodoviários. Ainda, estima-se que o turismo doméstico deve levar cerca de 12 meses para retornar de forma plena, enquanto o turismo internacional com transporte aéreo levará pelo menos 24 meses para se recuperar (FGV, 2020). A figura 7 aponta as tendências de variação das atividades do setor projetadas no estudo citado.

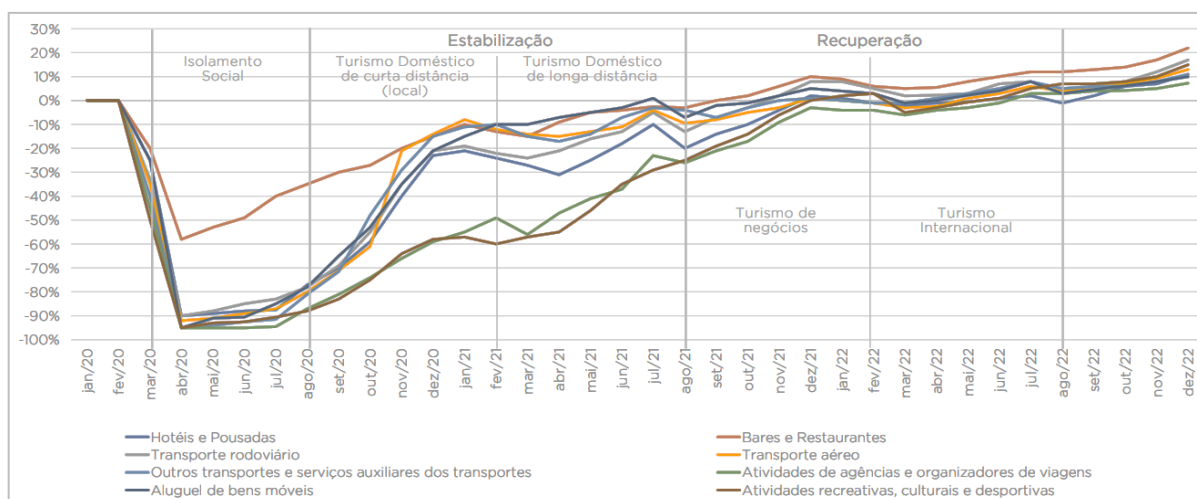


Figura 7 – Tendências de variação das atividades do setor de turismo.
Fonte: FGV, 2020.

Em um webinar³¹ promovido pelo Instituto Semeia³² reunindo representantes do setor público, privado e academia, foram discutidas as perspectivas para a retomada do setor de turismo de natureza no país. Em suma, todos os participantes convergiram que o ecoturismo terá um papel de maior destaque no retorno da atividade e, para fidelizar novas pessoas (e não apenas atender à uma demanda reprimida daquelas que permaneceram confinadas durante a pandemia), é necessário criar novos produtos, promover e proporcionar um conjunto de experiências melhores que agreguem atividades diversificadas, e fortalecer a cadeia produtiva no entorno das UCs, inserindo as comunidades locais (SEMEIA, 2020b).

³¹ Seminário online em vídeo, gravado ou ao vivo, que geralmente permite a interação da audiência via chat

³² Organização da sociedade civil sem fins lucrativos que desenvolve projetos de apoio à gestão de áreas protegidas brasileiras

Para o Secretário-Executivo do Ministério do Turismo presente no webinar, a promoção é importante, mas também depende de como se constrói a imagem do destino como um todo, e isso perpassa por exemplo, questões como desmatamentos e queimadas. A infraestrutura foi indicada como outro aspecto imprescindível uma vez que, quanto maior a dificuldade de acesso e pior a estrutura dos modais de transporte, mais cara fica a viagem e pior o custo benefício de ir para determinados lugares. Essa é uma questão fundamental quando o assunto são as UCs afastadas dos grandes centros, e daí também a importância do planejamento transversal e intersetorial que contemple a estrutura do entorno dessas áreas. Isso, agregado à diversificação de ofertas, é importante sobretudo para que pessoas com poderes aquisitivos distintos possam lograr de experiências de igual qualidade. De acordo com o representante, todos os setores do MTUR estão prezando pela qualificação de produtos ligados ao turismo de natureza, principalmente no que tange à infraestrutura e concessões de parques estaduais e nacionais que, segundo ele, “será a política número 1 de 2020 na pós retomada”.

A regionalização do turismo é um dos princípios da Política Nacional de Turismo estabelecida pela lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008) e em 2013 o Programa de Regionalização do Turismo foi instituído através da Portaria nº 105 de 16 de maio (BRASIL, 2013). Em consonância, o PNT 2007-2010 enfatizou a descentralização da gestão turística e ampliação de seu entendimento como um fator de desenvolvimento econômico do país; o PNT 2013-2016 voltou-se também para a expansão do mercado interno do turismo considerando o aumento do poder aquisitivo da população brasileira naquele período; e o PNT 2018-2022 trouxe em uma de suas quatro diretrizes, o fortalecimento do processo de regionalização. O Programa Investe Turismo lançado em 2019 voltado para 158 municípios brasileiros é mais uma iniciativa que reforça a tendência discutida aqui (MTUR, 2019). O Estado do Rio de Janeiro por meio da Secretaria Estadual de Turismo junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/RJ), começou a debater em 2019 estratégias para impulsionar o setor e tem realizado capacitações junto aos municípios fluminenses para a elaboração de seus planos municipais de turismo (MAZUQUIERI, 2019).

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) lançou no dia 16 de abril a campanha “Municípios juntos pelo Turismo”, com o objetivo de construir um plano conjunto e estratégico com a volta das atividades turísticas nos municípios direcionadas ao lazer e aos eventos, a partir da orientação para que os gestores se preparem para a retomada do turismo e estruturarem seu plano estratégico para o pós-pandemia (OLIVEIRA, 2020). O Ministério do Turismo também tem divulgado desde março a campanha “Não cancele, remarque”, com vista à minimizar os impactos do setor (MTUR, 2020).

Se então a tendência é a da expansão do ecoturismo voltado às potencialidades locais e valorização dos ambientes naturais, a observação de aves ganha ainda mais notoriedade no cenário de pós-isolamento social, enquanto uma atividade realizada em pequenos grupos e ao ar livre junto à natureza. Passarilhar é uma forma de se religar com a natureza e pode ser realizada de qualquer lugar – inclusive da janela de casa (PIVATTO, 2020). E foi sob esse aspecto que o INEA lançou no dia 01 de abril a campanha “Vem Passarilhar em casa” (Figura 8), uma vez que as UCs encontram-se fechadas e o calendário das atividades do Programa Vem Passarilhar RJ também foi suspenso. Ainda como forma de promover a discussão sobre observação de aves, a coordenação do programa transmitiu durante o mês de junho, 6 transmissões *on line* em sua página oficial no *Instagram*³³, sobre temas que permeiam a observação de aves.



Figura 8 – Divulgação da campanha “Vem Passarilhar em casa” pelo INEA através das redes sociais
Fonte: Página do Instagram do INEA³⁴, 2020

³³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/vempassarinharrj/>>. Acesso em 05/05/2020.

³⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B-b64tMp0lu/>>. Acesso em 18/05/2020.

Seguindo a mesma iniciativa do INEA, o *Global Big Day* de 2020 também ganhou uma nova versão. Promovido pelo Laboratório de Ornitologia da Universidade de Cornell (EUA) desde 1985, o *Big Day* é o dia em que pessoas ao redor do mundo todo registram o maior número de aves em 24 horas. Diante o isolamento social, a edição que ocorreu no dia 09 de maio de 2020 (Figura 9) foi um convite para que os observadores participassem de suas casas e com maior atenção às aves urbanas (que geralmente não despertam muita atenção por serem mais comuns).



Figura 9 – Divulgação do Global Big Day pelo Laboratório de Ornitologia de Cornell através das redes sociais
Fonte: Página do Instagram do Laboratório de Ornitologia de Cornell³⁵, 2020

Os dados obtidos através das listas dos observadores poderão auxiliar, por exemplo, futuras pesquisas sobre o impacto do período de pandemia a respeito da ocorrência das aves nos centros urbanos. No Brasil o evento é apoiado e promovido por meio da Save Brasil desde 2015 e esse ano o país ficou em quarta colocação no ranking geral, com 941 espécies registradas atrás da Colômbia, Peru e Equador. Os 10 primeiros colocados dos 172 países que participaram do *Global Big Day* submetendo suas listas aparecem no quadro 8 (EBIRD, 2020).

³⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B_-AWOcgHHA/>. Acesso em 20/05/2020.

Quadro 8 - Ranking dos 10 países com o maior registro de espécies no Global Big Day 2020

Ranking	País	Número de espécies	Número de listas
1	Colômbia	1.445	7.173
2	Peru	1.132	1.588
3	Equador	1.033	1.119
4	Brasil	941	1.383
5	Estados Unidos	712	68.365
6	México	701	1.456
7	Costa Rica	683	1.765
8	Argentina	667	1.790
9	Bolívia	648	433
10	Panamá	642	3.380

Fonte: Elaboração própria com base em eBird (2020)

As duas iniciativas citadas anteriormente reafirmam novamente a importância da internet – sobretudo das redes sociais – não só para o estreitamento de distâncias, mas também para a possibilidade de difusão do conhecimento acadêmico através de debates mais acessíveis para qualquer pessoa, de forma livre e completamente gratuita. Popularizada no período de quarentena da população, as *lives* do *Instagram* (transmissões ao vivo através da rede social) têm sido uma ferramenta amplamente utilizada por muitas pessoas do meio acadêmico e de diversos profissionais com objetivo de promover debates sobre suas áreas específicas dentro do contexto atual – inclusive sobre a observação de aves.

Um desses exemplos foi a “Semana de Observação de Aves”³⁶ promovida por um biólogo e observador de aves em seu perfil do *Instagram*³⁷. Do dia 27 de abril a 01 de maio, 7 convidados nacionais e internacionais envolvidos de alguma forma com a observação de aves abordaram diversos temas no que tangem à atividade e a pandemia. A relação dos profissionais que participaram, o tema e os principais pontos discutidos estão elencados no quadro 9.

³⁶ As *lives* foram gravadas e também estão disponíveis em:

<www.youtube.com/playlist?list=PL_3ziPdl2PujULubQyqLzFHjT3p5i1m5O>. Acesso em 05/05/2020.

³⁷ Edson Moroni é biólogo e observador de aves. A divulgação do evento em sua página na rede social está disponível em: <https://www.instagram.com/p/B_dQDwXAPoH/>. Acesso em 05/05/2020.

Quadro 9 - Temas debatidos durante a Semana de Observação de Aves

Data	Tema	Participante convidado	Principais pontos discutidos
27/04 – 17:00h	Passarinhado na janela	Cecília Licarião (@licario)	Conexão com o ambiente ao redor e maior atenção às aves urbanas durante o período da quarentena. Comedouros e bebedouros para fornecimento de alimentos em apartamento.
27/04 – 19:00h	Observação de aves na Colômbia	Luis Urueña Manakin (@manakinnaturetours)	Reconhecimento da biodiversidade do país e promoção do aviturismo pelo governo colombiano com inserção das comunidades locais como alternativa às atividades ilícitas. Observação de aves também é utilizada como estratégia de educação ambiental e conservação. Utilização do Global Big Day para promover o turismo internacionalmente, com adesão também dos governos locais. Turismo de observação de aves também vem sendo oferecido de forma contextualizada como ambiente, cultura e experiências com comunidades locais.
28/04 – 17:00h	Observando aves pelo Brasil	Silvia Linhares (@silvialinhares)	Diferenças entre a prática da observação de aves no Brasil e em outros países quanto às infraestruturas receptivas para o turista.
28/04 – 19:00 h	Feria de Aves de Sudamérica	Horacio Matarasso (@horaciomatarasso)	A Feira de Aves da América do Sul é a segunda maior do mundo (atrás da Europeia; cada continente realiza uma), reunindo em média 5 mil pessoas por edição. Caráter da feira que antes era voltado para negociação, transformou-se em um encontro de troca e capacitação. Além do objetivo promocional da atividade, também é uma oportunidade de união e fortalecimento do segmento. A perspectiva no mundo pós-pandemia é de uma rápida recuperação da atividade visto que há uma tendência por um turismo mais local e de pequena escala na natureza. Comunicação do poder público com os observadores é essencial para a promoção internacional.
29/04 – 17:00h	Observação de aves durante a pandemia	Tietta Pivatto (@tietta_pivatto)	A pandemia tem feito com que mais pessoas reflitam sobre a importância da natureza, e observar aves é uma oportunidade de reflexão e introspecção. Passarilhar de casa é uma nova oportunidade para os observadores de olhar com maior atenção para o que está ao seu redor (aves urbanas). Passarinhoterapia ou slow birdwatching é meditar enquanto observa, se sentindo no momento presente. A postura de um observador de aves é referência e por isso a atividade tem uma grande responsabilidade diante à conservação ambiental. Tendência no pós-pandemia é de uma maior visitação em locais mais próximos aos centros urbanos.
30/04 – 17:00h	Roteiros internacionais de birding	Adrian Rupp (@adrianruppbirding)	Destinos internacionais de observação de aves para brasileiros. Comparação entre as infraestruturas receptivas para o turista observador de aves no Brasil e em outros

			países. Possibilidade de roteiro integrado à cultura local. Expectativas no pós-quarentena.
01/05 – 17:00h	Global Big Day 2020	Karlla Barbosa (@karllavcb)	Explicação sobre o que é o Global Big Day, como participar e importância da ciência cidadã. Edição de 2020 voltada para a observação de aves de casa. Países que utilizam os resultados do GBD para promover o turismo.

Fonte: Elaboração própria, 2020

O Avistar Brasil, maior evento de observação de aves do país que completou 15 anos no mês de maio, também foi realizado de forma remota durante o período da quarentena – o Avistar Conecta. O encontro que ocorreria em São Paulo entre os dias 15 e 17 de maio de 2020 reunindo pesquisadores, fotógrafos, observadores nacionais e internacionais, precisou passar por adaptações desde a estrutura até a grade da programação (G1 SP, 2020a). A programação, convidados e temas discutidos no evento encontram-se no Apêndice E.

Palestras, rodas de conversa, mostra de documentários e exibição em tempo real de comedouros³⁸ ocorreram no formato *on line* por meio de transmissões realizadas na plataforma Zoom, no canal do YouTube e no grupo oficial do evento no Facebook (AVISTAR BRASIL, 2020). Todas as plataformas possuem *chats* através dos quais os participantes puderam interagir ao vivo com os palestrantes, enviando perguntas e contribuições. Além das temáticas envolvendo a observação de aves, reflexões sobre o turismo e a conservação no contexto da pandemia também foram abordadas (G1 SP, 2020a).

O evento é orgânico. Ele pertence a um coletivo de pessoas que participam e movimentam há muito tempo esses assuntos de observação e conservação. O que fizemos foi oferecer um canal para esse fluxo. O resultado foi surpreendente. A adesão e a colaboração foram tão grandes que já avaliamos a possibilidade de multiplicar o modelo em novas edições (Guto Carvalho, organizador do Avistar, em entrevista concedida ao G1 SP, 2020a).

³⁸ Estruturas como objetivo de ofertar alimentos e aproximar as aves em residências e pousadas.

A exibição dos comedouros ocorreu através de vídeos em diversas regiões do Brasil, por meio dos quais as pessoas puderam observar diversas espécies de aves em diferentes lugares ao mesmo tempo. A ideia foi tão bem aceita que duas semanas depois ocorreu o *Janelives*, um evento virtual para a transmissão coletiva e simultânea de imagens de 30 comedouros distribuídos pelo país, exibindo a vida selvagem existente em diversos quintais e pousadas. O evento ocorreu integrado ao #vempassarinhar³⁹, contando com a mediação de dois ornitólogos apresentando as espécies que apareciam nos comedouros, e finalizou com o “Papo de Passarinho”, uma roda de conversas sobre as aves avistadas durante a manhã de observações no *Janelives* (G1 SP, 2020b).

Desde então, as *lives* dos comedouros dos observadores de aves começaram a ganhar adeptos, como o exemplo da bióloga Cristine Prates que através de suas redes sociais, mostra as aves que visitam seu quintal, além de divulgar informações sobre as espécies (PORTO, 2020). Mas o objetivo dessas transmissões não é apenas entreter observadores que agora não podem sair de casa, mas levar a beleza e o conhecimento sobre as aves a novas pessoas que ainda desconhecem esse universo. A observação de aves também é “uma ferramenta com grande potencial de sensibilizar as pessoas para a causa conservacionista e uma desculpa para se conectar com a natureza”, nas palavras do ornitólogo Luciano Lima que falou⁴⁰ um pouco sobre o tema:

A sociedade está cada vez mais urbana e as pessoas cada vez mais distantes da natureza, o que, conseqüentemente, faz com que se preocupem menos com o mundo natural ao seu redor. Esse fenômeno tem sido analisado por vários estudos e um bom exemplo é o que Robert Pyle chama de “extinção da experiência”. É um processo que se retroalimenta: distantes da natureza, as pessoas perdem os benefícios do contato com ela, se relacionando menos e, portanto, também se preocupando menos com sua conservação. Quanto menor a compreensão sobre sua importância, mais se destrói a natureza e, com menos natureza, menor ainda a possibilidade de contato com ela (LIMA, 2020).

³⁹ O evento promovido pelo Laboratório do Museu Biológico do Instituto Butantã que ocorre uma vez por mês na cidade de São Paulo para observar aves também foi adaptado em decorrência da pandemia.

⁴⁰ Entrevista concedida por telefone no dia 03 de julho de 2020. As perguntas encontram-se no APÊNDICE F.

O “ciclo do desafeto” é alimentado pela “extinção da experiência”. Para reverter isso as pessoas precisam de doses constantes de natureza. É preciso resgatar o ciclo de conexão entre homem e natureza, e que este ciclo seja visto como uma forma eficaz de promoção de saúde e bem-estar. Cuidar da saúde e da natureza são sinônimos e compreender isso nos permite ressignificar as relações com as áreas verdes como as UCs, já que o desmatamento vai implicar diretamente na perda de saúde da sociedade (LIMA, 2020).

Como já apresentado através do estudo de Young et al. (2018) no Capítulo I deste trabalho, é vasta a lista de serviços ecossistêmicos prestados à sociedade pelas áreas de natureza conservadas. Dentre os que influenciam mais diretamente a qualidade de vida da sociedade está a capacidade da biodiversidade de diluir processos de transmissão de agentes infecciosos (MENEGASSI, 2020), e o papel restaurador do contato com ambientes naturais que promove bem estar físico e mental, relação cada vez mais estudada nos últimos anos (LEÃO et al., 2020). Prevenção ou redução do stress, melhores resultados na recuperação de doenças, fortalecimento da imunidade e tratamento de doenças respiratórias são alguns dos benefícios proporcionados pelo tempo na natureza (MARETTI et al., 2020).

Aqui, as aves ganham destaque mais uma vez, visto que são os animais mais fáceis de se observar, tanto em seu habitat natural quanto nas cidades. São carismáticas e com toda a exuberância de suas cores e cantos, só não se encanta por elas quem nunca parou para realmente enxergá-las. E quem entra para o universo das passarinhadas, dificilmente fica só nas aves. É natural começar querer entender sobre o padrão de distribuição das espécies, os ecossistemas em que elas ocorrem, as plantas que as atraem, variação comportamental, sazonalidade. Assim esses animais possibilitam ampliar o entendimento sobre inúmeros fatores ambientais e assim a observação de aves carrega consigo um grande potencial na sensibilização das pessoas para a causa conservacionista (LIMA, 2020).

Diante às limitações impostas pela pandemia, as pessoas nunca sentiram tanta falta do contato com a natureza. Nesse cenário os eventos virtuais sobre observação de aves têm um ponto muito positivo que é a capacidade de alcançar um grande número de pessoas em qualquer lugar do mundo que não poderia participar presencialmente de determinadas atividades num lugar específico.

Muitas (pessoas) tiveram a oportunidade de fazer a primeira passarinhada através do *Janelives* e hoje me perguntam como instalar um comedouro em sua casa como uma forma de estar mais perto da natureza durante a quarentena. Ao poder voltar a visitar uma área natural, agora essas pessoas poderão utilizar uma nova lente ao olhar para a natureza e essa lente é a mesma utilizada para observar as aves (LIMA, 2020).

Dados fornecidos pela administração da plataforma WikiAves, que alcançou 35 mil pessoas cadastradas em julho deste ano, também apontam para o aumento de registros no *site* a partir do mês de março de 2020, mesmo período de ocorrência da pandemia no país. A figura 10 ilustra o gráfico com a relação do número de cadastros por mês na plataforma, entre janeiro de 2019 e setembro de 2020.

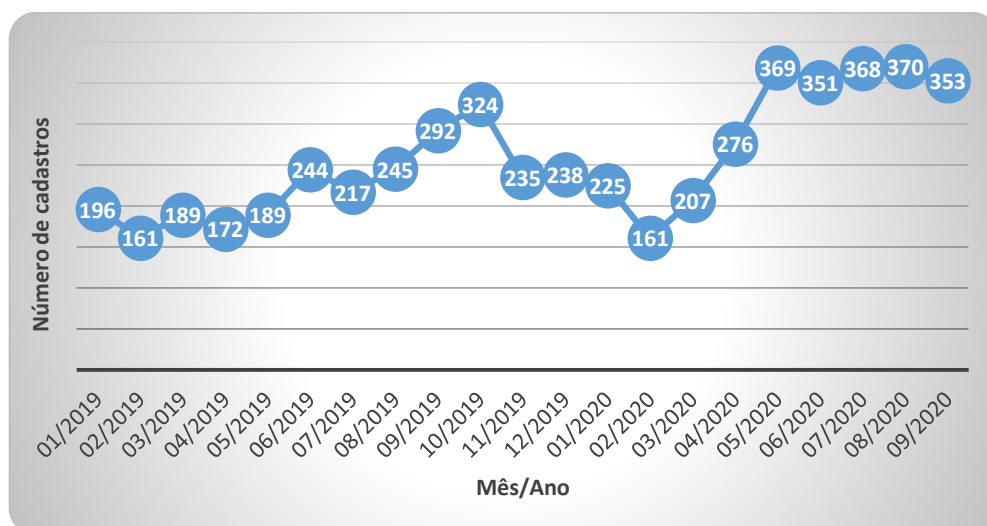


Figura 10 – Gráfico com a relação do número de cadastros na plataforma WikiAves
Fonte: WikiAves, 2020

Pelo que foi exposto aqui, toda a cadeia do turismo, desde pequenos receptivos até grandes operadores aéreos, foi forte e diretamente impactada pela pandemia da Covid-19. Embora os especialistas concordem que o reestabelecimento pleno do setor tenha projeção para médio e longo prazos, também é consenso que a busca pelo ecoturismo tende a ser maior, pela possibilidade de ser realizado em áreas naturais, ao ar livre e com baixa aglomeração de pessoas, atendendo aos protocolos⁴¹ sanitários e às medidas de prevenção de contágio da doença. Esta tendência tem sido evidenciada desde a maior valorização do tempo na natureza para a saúde e bem estar (frente ao cenário de confinamento e isolamento social e do fechamento dos parques e áreas naturais durante os últimos meses), quanto da tendência de regionalização turística crescente através de algumas políticas públicas fomentadas pelo Ministério do Turismo. Todo este panorama converge para a oportunidade de expansão da atividade de observação de aves no país, que congrega todos os aspectos abordados.

⁴¹ Alguns exemplos desses protocolos são o *Manual de Boas Práticas – Recomendações de procedimentos sanitários para a operação de atividades de turismo na natureza* elaborado pela Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), e o *Guia para visitação em áreas protegidas no contexto do Covid-19* redigido pelo Instituto Semeia, ambos publicados em agosto de 2020.

CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO

3.1 REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE ESTADUAL DA LAGOA DA TURFEIRA

Situado no município de Resende (RJ) e criado pelo Decreto Estadual nº 45.574 de 03 de fevereiro de 2016, o Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira é uma UC de proteção integral. A categoria de manejo estabelecida pelo SNUC tem como objetivo “proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades de flora local e da fauna residente ou migratória”, estando a visitação pública “sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade” (BRASIL, 2000). Na classificação da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) o REVISTUR está enquadrado na categoria I – Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre, definida como área protegida manejada principalmente com fins científicos e de proteção da natureza (ALMEIDA et al., 2016). A UC totaliza 269 hectares dos quais aproximadamente 70 hectares constituem o espelho d’água da Lagoa da Turfeira e brejos adjacentes. Apesar de suas dimensões reduzidas se comparado a outras UCs próximas, possui importância histórica e ecológica relevantes.

O município de Resende está inserido na macrorregião turística das Agulhas Negras e faz parte da rota de turistas que buscam as cachoeiras de Penedo, o frio de Visconde de Mauá ou as montanhas de Itatiaia. No entanto, a história da região é marcada pela forte presença industrial que teve início na década de 1960, favorecida pela inauguração da Rodovia Presidente Dutra em 1951 (interligando o eixo RJ x SP) e a criação da Usina Hidrelétrica de Funil em 1961. Não por acaso, a área na qual está inserido o REVISTUR é considerada de aptidão industrial, status reconhecido pelo plano diretor de Resende (Figura 11) aprovado em 2013 que consolidou a área como parte da zona de expansão industrial do município. Apesar da ocupação historicamente industrial e urbana, a Lagoa da Turfeira e seu banhando mantiveram-se parcialmente conservados como um dos últimos e mais expressivos remanescentes naturais das áreas úmidas que outrora se estendiam ao longo da várzea de todo o Rio Paraíba do Sul, que também sofreu com drenagens para o plantio de cana-de-açúcar (RIO DE JANEIRO, 2018).

Um grande volume de indústrias chegou à região na década de 80 e 90, estimuladas por incentivos públicos. Dentre elas estavam uma fábrica de chapas de raio-x (não foi encontrado o nome da empresa), nas mesmas instalações onde anos depois se instalou a fábrica da Kodak - fato que acabou batizando a Lagoa da Turfeira como “Banhado da Kodak”. Entre outras indústrias, também a MAN-VW (Maschinenfabrik Augsburg-Nürnberg – Volkswagen) inaugurou sua planta em 1996 nos arredores da lagoa (RIO DE JANEIRO, p. 17, 2018).

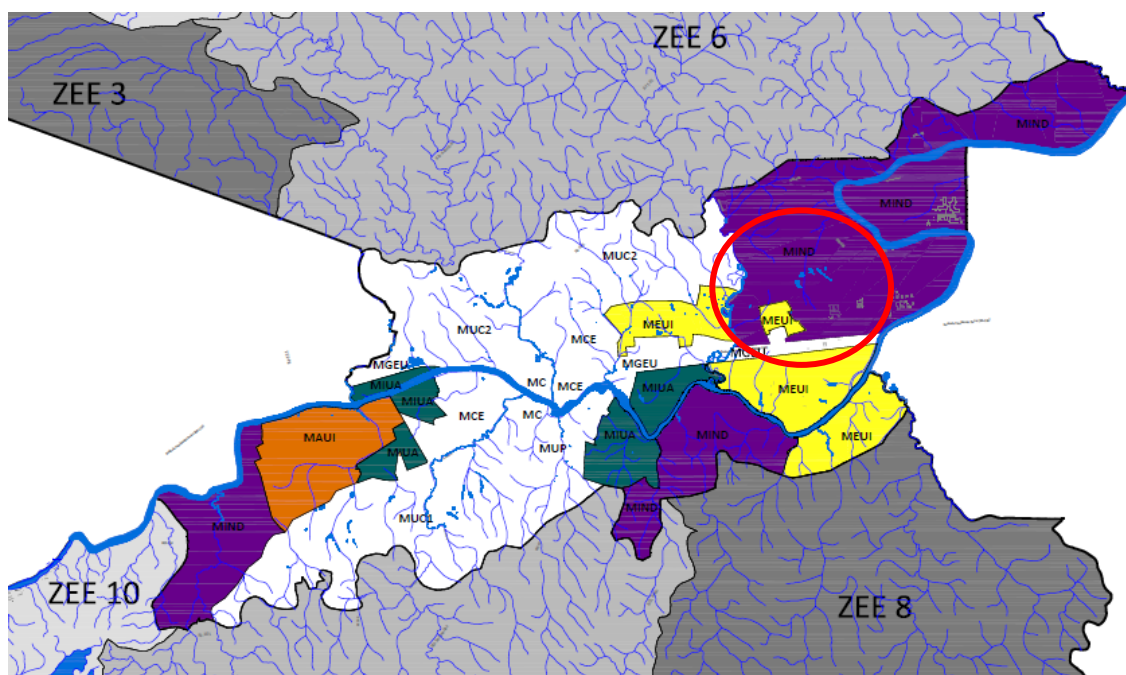


Figura 11 – Área do REVISTUR e o macrozoneamento municipal de Resende
Fonte: Plano diretor de Resende (RESENDE, 2013)

De acordo com o macrozoneamento municipal de Resende que consta em seu plano diretor, é possível observar que o REVISTUR está em uma área considerada “Macrozona Industrial (MIND)”, próxima também a uma “Macrozona de Expansão Urbana Incentivada (MEUI)”. Segundo os artigos 119 e 120 do plano diretor, a MIND compreende principalmente terrenos não ocupados, localizados nos limites da cidade em áreas que gozam de boa acessibilidade e próximos a usos industriais existentes visando facilitar o trânsito de mercadorias (RESENDE, 2013). Considerando a incompatibilidade de usos entre a UC e os interesses municipais expressos no plano diretor, o plano de manejo do REVISTUR sinalizou para a necessidade de revisão do zoneamento municipal (RIO DE JANEIRO, 2018). Cabe ressaltar que de acordo com o artigo 49 do SNUC, a área de uma UC de proteção integral é

considerada zona rural e, sua zona de amortecimento⁴² uma vez definida, não pode ser transformada em zona urbana (BRASIL, 2000).

O Diagnóstico Técnico que compõe o Volume I do plano de manejo da UC traz ainda o relato de moradores locais de que a lagoa na década de 70, início da ocupação em suas proximidades, representava um importante local de lazer e pesca para a comunidade - cenário que começou a mudar pela poluição causada pelas indústrias que se instalaram no entorno. Ademais, o banhando sempre teve importância para observadores de aves da região que ao longo de anos de observação no local, registraram 157 espécies de aves. O dado oficial mais atual indica o registro de 172 espécies de avifauna (cerca de 22% do total encontrado no Estado do Rio de Janeiro), das quais 8 encontram-se ameaçadas de extinção e outras 3 estão incluídas na categoria vulnerável da lista oficial do Rio de Janeiro. Espécies endêmicas da mata atlântica também foram encontradas em fragmentos próximos à lagoa, que também está na rota de alguns migrantes sazonais, além de espécies de peixes, répteis, anfíbios e mamíferos (RIO DE JANEIRO, 2018).

A mobilização de biólogos e observadores de aves locais, empenhados em demonstrar a importância da conservação da Lagoa da Turfeira por meio das evidências de registros de aves, foi o ponto de partida do processo de criação de uma área protegida no local que culminou na criação do Refúgio de Vida Silvestre em 2016. Em 2010 foi elaborado o documento “Estudo Técnico preliminar para Constituição de Área Protegida no Banhado da Kodak”, pela Agência do Meio Ambiente do Município de Resende com o apoio da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), recomendando a criação de uma RPPN, mas a proposta não foi levada adiante (RIO DE JANEIRO, 2018).

No ano seguinte, em 2011, teve início o conflito mais emblemático que marcou a história da lagoa com o processo de instalação de uma fábrica da NISSAN do Brasil Automóveis Ltda. Incentivada pelo município e autorizada pelo INEA, as obras de terraplanagem iniciaram em abril de 2012 “com o aterramento de grande parte das pequenas lagoas ao redor do espelho d’água principal”, como conta Luciano Lima, ornitólogo e morador de Resende que iniciou a luta pela conservação da Lagoa da Turfeira:

⁴² Entorno de uma unidade de conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a UC (BRASIL, 2000).

Era um massacre. Animais como jacarés, cobras e sapos foram enterrados vivos. Criou-se um movimento popular, “SOS Lagoa da Turfeira – Nissan sim! Turfeira também!”, e o Ministério Público Federal convocou uma audiência pública, onde mostramos argumentos técnicos e legais para a necessidade da preservação. A montadora e as autoridades concordaram em assinar um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC. A Nissan se compromete a recriar as áreas úmidas aterradas e o governo do Estado se obriga a constituir uma UC que garantirá a proteção da Turfeira. Embora o entorno da lagoa tenha sido bastante impactado, há tempo de salvar o que restou (LIMA, 2014).

Diante o reconhecimento da relevância ambiental da área da lagoa e a necessidade de sua conservação, em março de 2014 foi firmado o TAC INEA 01/2014 entre o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPE/RJ), o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o INEA, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) e a empresa Nissan do Brasil Automóveis Ltda. para implementação de uma UC na região da Lagoa da Turfeira e no seu entorno (MPF, 2014). Assim foi criado o Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira em 2016 no qual a Nissan, além de se comprometer a reconstituir as áreas úmidas afetadas, também assumiu a responsabilidade de “custear a implantação da unidade, no que diz respeito à elaboração do plano de manejo, à recuperação ambiental e executar a demarcação física das áreas da UC sob maior pressão antrópica”. Destaca-se ainda que o mesmo decreto que instituiu a UC também estabeleceu sua zona de amortecimento provisória (RIO DE JANEIRO, 2018). Dois anos depois da criação do REVISTUR, em abril de 2018 a UC teve seu plano de manejo financiado pela Nissan concluído, o qual está compreendido no “Volume I – Diagnóstico Técnico”, “Volume II – Planejamento” e “Resumo Executivo”.

De acordo com o parágrafo VII do Art. 2º do decreto de criação do REVISTUR, um de seus objetivos específicos é “oferecer oportunidades de pesquisa científicas, interpretação e educação ambiental, e visitação” (RIO DE JANEIRO, 2016). Em consonância, o plano de manejo da UC apontou como uma de suas atuais fraquezas justamente a ausência de pesquisas científicas que, por sua vez, também foi elencada como uma das estratégias de ação. Outra estratégia de ação indicada foi o incentivo ao turismo e da atratividade da UC para o município, e daí a importância de analisar como se desenvolve a atividade turística na área e como ela pode contribuir com a conservação.

Além do que foi exposto, seu plano de manejo elenca como visão da UC, ser um centro de referência na observação de aves, polo de educação e vivência ambiental. Em seu Volume II que traz o planejamento, o capítulo 6 apresenta os Planos Setoriais dos quais um deles é o Plano Setorial de Visitação e tem como foco dos atrativos turísticos a observação de aves. Este plano traz os seguintes programas: (i) Programa de visitação; (ii) Programa de Educação Ambiental; e (iii) Programa de comunicação.

Cada programa conta com um ou mais objetivos estratégicos e seus resultados esperados. Para o alcance de cada resultado esperado são propostas atividades a serem implementadas, indicadores de impacto e metas anuais de alcance estabelecidas para um horizonte de 3 anos, contados a partir da aprovação do plano de manejo em abril de 2018. A seguir, estão apresentados os três programas que compõem o Plano Setorial de Visitação.

3.1.1 Plano Setorial de Visitação

Programa de Visitação

O Plano Setorial de Visitação integra o volume II do plano de manejo referente ao planejamento, e é composto por três programas como citado anteriormente. O Programa de Visitação busca

o ordenamento e o direcionamento dessas atividades no interior da unidade, garantindo o mínimo impacto nas áreas visitadas, a qualidade na experiência dos visitantes, a sensibilização e conscientização ambiental. A visitação deve procurar satisfazer as expectativas dos visitantes no que diz respeito à qualidade das experiências e segurança. No caso do REVISTUR, o foco dos atrativos turísticos é a observação de aves (RIO DE JANEIRO, 2018, p.60).

Este programa está dividido em dois objetivos estratégicos. O primeiro consiste em implantar o turismo de observação de aves e almeja como resultado, ser reconhecido como importante ponto para realização da atividade na região. Para o alcance deste resultado, três atividades são elencadas: a primeira é a articulação com grupos de observação de aves para eventos como o Vem Passarilhar; a segunda é a articulação com a Secretaria Municipal de Turismo e com agências de turismo da região para a inclusão do REVISTUR nos roteiros de observação de aves da região; e a terceira é promover a realização de atividades de observação de aves com escolas da região, visando difundir o conhecimento sobre a avifauna local e despertar o interesse para novos observadores.

O segundo objetivo estratégico versa sobre definir a infraestrutura a ser implantada e estabelecer rotina de monitoramento de visitação a partir da consolidação de um manual de procedimentos para a atividade. Para a consolidação deste objetivo é preciso: identificar a localização exata mais adequada para a instalação de uma estrutura para observação de aves (torre ou trilha suspensa), elaborar projeto executivo e implantar as trilhas; monitorar os dados do sensor de movimento na trilha principal para contabilização de pessoas; elaborar estudo de capacidade de carga; e por fim realizar curso de capacitação de condutores ambientais.

Programa de Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental busca favorecer a promoção da educação ambiental em contato com a natureza e é voltado para as escolas do entorno da UC, tendo também em vista a busca pela integração com as ações e programas da Secretaria Municipal de Educação de Resende. Este programa está dividido em três objetivos estratégicos. O primeiro consiste em organizar e realizar atividades de educação ambiental formal junto às escolas do entorno do REVISTUR, e almeja como resultado levar à comunidade escolar do entorno o conhecimento a respeito da UC e de suas dinâmicas ambientais. Para o alcance deste resultado, quatro atividades são elencadas: estabelecer parceria com as escolas do entorno para a realização das atividades; elaborar projeto definindo estratégias e atividades de aproximação e sensibilização das escolas para efetivo envolvimento; elaborar material para atividades com diferentes faixas etárias; e realizar visitas às escolas.

O segundo objetivo estratégico é voltado para a divulgação da UC junto às comunidades do entorno e sensibilização da população, visando levar à comunidade o conhecimento sobre a existência do REVISTUR e da importância da proteção de seus ecossistemas. As atividades elencadas são a divulgação de conteúdos relevantes a serem divulgados junto às comunidades; elaboração de calendário para realização de eventos; realização de eventos nos bairros do entorno; e distribuição de notificações nos bairros prioritários.

O terceiro objetivo estratégico visa a realização de atividades de interpretação ambiental nas trilhas da UC, a partir de diferentes roteiros de atividades para serem realizados junto a público diversos. Para o alcance desse objetivo, o programa indica a necessidade de elaboração de roteiros de interpretação ambiental para as trilhas e para diferentes públicos; a realização das atividades de interpretação ambiental; e a implementação de um método de avaliação da eficácia das atividades.

Programa de Comunicação

O Programa de Comunicação tem como finalidade informar sobre a importância do REVISTUR, seus atrativos e normas de uso, proporcionando o acesso à informação e a construção de conhecimentos para promover e qualificar a participação da sociedade na gestão da UC. Seu objetivo estratégico consiste em divulgar a imagem da UC e estabelecer um canal de comunicação principalmente com os moradores do entorno. Como resultados esperados estão a consolidação da imagem do REVISTUR perante a sociedade; informar a comunidade do entorno sobre a UC, reconhecendo e valorizando sua presença na região; divulgar o REVISTUR em eventos e atividades na região; e reduzir conflitos de interesse entre a UC e a comunidade do entorno.

As atividades elencadas para o alcance dos resultados esperados consistem em elaborar um banco de dados com contatos de moradores, lideranças e visitantes; divulgar o REVISTUR e suas ações desenvolvidas em diversos meios de comunicação e redes sociais; elaborar e distribuir folders de divulgação com informações gerais da UC e um guia de aves com as principais espécies que podem ser avistadas.

3.2 DESENLACES E ARGUMENTAÇÕES

O expressivo crescimento da visitação nas áreas naturais e o seu potencial para fortalecer o turismo no Brasil já era apontado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2006, onde a “riqueza dos biomas brasileiros e a diversidade cultural do país” foram consideradas “atrativos singulares para a oferta de produtos turísticos diversificados e de qualidade” (MMA, p. 7, 2006). No entanto, no que tange à visitação no âmbito do SNUC, ela deve ser planejada e alinhada ao cumprimento dos objetivos das UCs, sendo também uma ferramenta de sensibilização ambiental para a sociedade, sobre a importância da conservação (MMA, 2006). De acordo com o estudo de demanda turística internacional realizado pelo Ministério do Turismo em 2018, a categoria “natureza, ecoturismo ou aventura” corresponde à segunda maior motivação de viagens e lazer (16,3%), atrás da categoria “sol e praia” (71,7%) (MTUR, 2018), que também ocorre em muitos destinos que são UCs (ICMBIO, 2019).

O último relatório divulgado pelo ICMBio (com dados dos anos de 2012, 2013, 2015 e 2019) apresentando os resultados do monitoramento da visitação em UCs federais apontou para o crescimento do número de visitas que ultrapassou 15 milhões de pessoas em 2019, sendo a mata atlântica o bioma mais visitado, congregando 65% da visitação. No entanto, cabe ressaltar que nesse estudo apenas 137 das 334 UCs foram contempladas por este monitoramento, que só mais recentemente passou a abranger outras categorias além dos parques. A maioria das UCs brasileiras não possuem o registro das visitas e muitas ainda não recebem visitantes (ICMBio, 2019).

Dialogando com a discussão apresentada no Capítulo I deste estudo, o desenvolvimento do turismo em UCs demanda a análise de diversos aspectos sobre os objetivos envolvidos nesse processo, conciliados àqueles direcionados à conservação da biodiversidade, sendo o planejamento e monitoramento pontos-chaves na implementação e administração do uso público nessas áreas. Assim, para analisar a implementação da observação de aves no REVISTUR, foi necessário compreender o cenário atual da UC quanto ao uso público da área (considerando as características de seus recursos naturais, usos do território, recursos humanos, infraestrutura, questões gerenciais e setoriais); analisar a situação do seu Plano Setorial de Visitação (no tocante à implementação das atividades propostas); e analisar os fatores críticos de sucesso que interferem no alcance deste objetivo.

3.2.1 Cenário atual

Recursos naturais

Devido ao histórico de uso e ocupação da área inserida nos limites da UC, existe a predominância de espécies exóticas como gramíneas forrageiras. No entanto, o espelho d'água principal e todo seu alagado mantiveram-se parcialmente conservados como um dos últimos remanescentes naturais das áreas úmidas que antes se estendiam ao longo de toda a várzea do Rio Paraíba do Sul, junto com uma pequena porção de floresta (Matão) que ainda resguarda características naturais. Esse fragmento de ecossistema singular abriga espécies específicas de áreas úmidas, endêmicas e ameaçadas, além de aves migratórias.

Ainda que a questão fundiária atualmente não seja um grande problema para a UC, a presença de animais domésticos dos moradores do entorno dentro dos limites da UC é incompatível com seus objetivos e causa danos ao solo, à vegetação nativa e à vegetação em estado de regeneração pelo pisoteio. Além disso, as queimadas também são um grande fator de degradação do ecossistema do REVISTUR, principalmente em períodos de estiagem quando são registradas com maior recorrência.

Quanto à ocorrência das espécies nativas da área, o inventário oficial permanece baseado nos estudos que subsidiaram a elaboração do plano de manejo. No entanto, houve campanhas de monitoramento de avifauna a partir de uma rotina mensal pré-estabelecida com registros visuais e auditivos que possibilitou a geração de uma planilha atualizada sobre as espécies de aves que estão ocorrendo na UC.

Visitação

Atualmente o REVISTUR não tem o registro de visitantes, embora já tenha recebido edições do Programa Vem Passarilhar RJ e é sabido que a área é procurada por alguns observadores de aves. A inexistência de uma sede administrativa no local e a falta de infraestrutura específica para desenvolver atividades de observação de aves por exemplo, são fatores que no momento impedem o fomento da visitação. No entanto, há um eco-contador na trilha principal de acesso a UC com o objetivo de contabilizar o número de pessoas que utilizam a trilha para algum outro fim. De acordo com o gestor, embora essas pessoas não sejam consideradas visitantes (aqueles que visitam a UC de acordo com os propósitos e objetivos dela⁴³), são potenciais visitantes que já conhecem a área.

Infraestrutura

Atualmente o REVISTUR não conta com nenhuma infraestrutura no local e a sede provisória é compartilhada pelo Refúgio de Vida Silvestre Estadual do Médio Paraíba (REVISMEP), localizada no município de Valença (RJ) que dista cerca de 110km da área onde se localiza a UC. Está em elaboração um projeto executivo de engenharia para uma trilha suspensa e para a sinalização que ainda faz parte das obrigações previstas no TAC, no entanto, também é necessário avançar na implantação de uma sede administrativa no local para que seja possível receber, acompanhar e controlar a visitação.

⁴³ Definição de visitante estabelecida no documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” (MMA, 2006).

Existe a possibilidade de uma parceria com a UERJ para a instalação de uma sede dentro do campus da Faculdade de Tecnologia da universidade que está localizado próximo à área da UC, principalmente pelo fato de haver uma sobreposição de territórios (UERJ e REVISTUR). No entanto, recentemente houve mudança na reitoria e na coordenação do campus e, portanto, é necessário retomar as discussões sobre essa questão.

Recursos humanos

Atualmente o REVISTUR conta com 1 gestor e 1 agente ambiental, enquanto o cenário apontado como ideal seria 9 agentes ambientais, 1 agente administrativo, 1 agente de serviços gerais e 1 gestor. Como o atual gestor da UC também gere o REVISMEP, que tem proximidade com o REVISTUR, quando necessário há o empréstimo de funcionários de uma UC para a realização de atividades na outra. Embora se envolvam com as demandas referente à avifauna (monitoramento ou participação em edições do Programa Vem Passarilhar RJ), os funcionários não são capacitados para acompanhar a visita de observação de aves e essa é uma demanda apontada pelo gestor.

No momento não existe um programa de voluntariado implantado, mas existe a previsão de uma solicitação da abertura de um edital para contratação de voluntários para 2021. No REVISTUR, um programa de voluntariado poderia atuar em 3 frentes: recepção e acompanhamentos de visitantes na área da UC, monitoramento de avifauna e gestão de mídias sociais. No entanto, cabe ressaltar que para a atuação de voluntários *in loco*, se faz necessário ter uma sede no local.

Questões setoriais

Já existem guias de observação de aves que atuam na área e essa presença é importante uma vez que confirma o potencial da UC para a atividade, contribui com a divulgação da área e ainda pode auxiliar no âmbito da própria gestão ao contribuir, por exemplo, com o monitoramento da avifauna e da avaliação da visita. A articulação com a comunidade do entorno também é importante tanto para gerar conhecimento sobre a existência da UC quanto sobre a importância de sua proteção e, ainda, há a possibilidade de inserção dessa população na própria gestão do REVISTUR a partir da formação de condutores de visita e de brigadistas de incêndio – demandas indicadas para a UC.

O estreitamento das relações com as secretarias municipais é importante para buscar parcerias que proporcionem ganhos mútuos entre município e UC, possibilitando ainda a diminuição de conflitos que possam existir. Atualmente o REVISTUR já é parceiro da Agência de Meio Ambiente de Resende, mas também é de interesse que haja diálogo entre a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo e a Secretaria Municipal de Educação. O setor privado empresarial ou de organizações da sociedade civil podem ser uma importante alternativa para possibilitar o custeio de projetos, colaboração em ações e auxílio em divulgação das atividades de visitação. Parcerias com instituições de ensino como a UERJ e o IFRJ também podem ser positivas tendo em vistas as demandas de pesquisas (como sobre qualidade de água e levantamentos de fauna e flora) e capacitações do REVISTUR.

Questões gerenciais

No momento não existem documentos legais ou instrumentos com o objetivo de regulamentar as atividades de visitação na UC, apenas as normatizações quanto ao uso de acordo com o zoneamento que consta no plano de manejo. No zoneamento estão estabelecidas as áreas que deverão ser voltadas para a visitação comum e para a observação de aves.

Atualmente os principais eixos de atuação da gestão do REVISTUR são monitoramento e fiscalização, e as próximas ações voltadas para a visitação consistem na elaboração de projetos de infraestrutura.

Outras questões

O processo de criação do REVISTUR teve início com um movimento promovido por observadores de aves da região e esse histórico pode ser favorável para a UC na promoção da principal atividade de visitação que é a observação de aves. Ademais, a área protegida também está inserida na história do município de Resende, pela importância que o local sempre teve para a região. O cultivo de cana-de-açúcar no território e a extração de turfa para ser utilizada nas fábricas como combustível, interferiram inclusive na formação atual que o relevo tem hoje. Todo esse histórico contribui para reafirmar a importância de se conservar a área.

Percepção dos guias de observação de aves

Para os guias entrevistados, o cenário da observação de aves no Brasil é promissor e está em crescimento, mas ainda está na retaguarda de outros países inclusive da América do Sul, e necessita de muitos aprimoramentos como: infraestrutura adequada nos locais, falta de guias especializados e que dominam outros idiomas, falta de guias especializados credenciados nas UCs, despreparo da rede hoteleira para receber o público específico, desconhecimento da avifauna local, entendimento dos governos da atividade como um atrativo turístico e por isso falta de promoção da atividade como um todo.

Quanto ao diferencial da observação de aves enquanto uma atividade no segmento turístico, os guias também concordam que há uma grande diferença entre o turista comum e o observador de aves que para eles são considerados pessoas com maior consciência ambiental e que estão preparados para estar na natureza. Assim, além de contribuírem enquanto cidadãos-cientistas a partir da divulgação de seus registros, também entendem a importância da conservação ambiental.

Quanto ao REVISTUR, ambos conhecem e atuam na área que já é referência para alguns observadores principalmente no período migratório, quando é possível avistar aves sazonais. Embora a área tenha sofrido com muitas degradações ao longo do tempo, ainda se encontra em um estado de conservação que favorece a ocorrência de espécies específicas de ecossistemas alagados. Além disso, também destacam que a área possui paisagem favorável à fotografia e acesso facilitado pela rodovia Presidente Dutra. No entanto, queixam-se de falta de infraestrutura adequada para a realização da atividade e falta de manutenção que dificulta o avistamento de aves em determinadas situações, além da sensação de insegurança pela ausência de funcionários da UC no local.

3.2.2 Análise do Plano Setorial de Visitação

O plano de manejo do REVISTUR foi elaborado num formato mais conciso e com caráter executivo tendo em vista o cumprimento de ações dentro de um horizonte temporal de curto e médio prazo, para ser mais factível à realidade da gestão. O quadro 10 apresenta a análise do Plano Setorial de Visitação quanto à implementação das atividades propostas, considerando o horizonte de três anos estabelecidos no plano de manejo para as atividades previstas no documento e sendo o primeiro semestre de 2021 o momento de revisão do cumprimento dos objetivos estabelecidos. As questões levantadas aqui, contribuirão com a análise dos fatores críticos de sucesso da área protegida, que será apresentada no item 2 deste capítulo.

Quadro 10 – Análise do Plano Setorial de Visitação do REVISTUR

PROGRAMA DE VISITAÇÃO	
ATIVIDADE	STATUS
Objetivo Estratégico 1: Implantar o turismo de observação de aves	
4.1 Articular com grupos de observação de aves para realização de eventos como o “Vem Passarinhar RJ” no REVISTUR	Não há grupos formais para a observação de aves na região, mas este trabalho evidenciou que existem guias do segmento que conhecem e já atuam no REVISTUR. O próximo passo da gestão nesse sentido é buscar aproximação com esses guias para realização de parcerias e ações conjuntas.
4.2 Articular com a Secretaria Municipal de Turismo e com as agências de turismo da região para inclusão do REVISTUR nos roteiros de observação de aves da região	Já existe parceria entre o REVISTUR e a Agência de Meio Ambiente de Resende, mas também é de interesse da UC buscar articulação com a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo no que tange às ações de promoção do turismo de observação de aves. Este trabalho também auxiliou na articulação do diálogo entre esses setores, a partir da apresentação ao gestor do REVISTUR de projetos que já existem no município e que podem ser do interesse da UC; como também sinalizou para a Secretaria, o interesse do REVISTUR em buscar ações conjuntas.
4.3 Promover a realização de atividades de observação de aves com escolas da região, visando difundir o conhecimento sobre a avifauna local e despertar o interesse para novos observadores	Já há parceria e realização de atividades com as escolas do entorno, mas ainda é preciso avançar com outras escolas e daí a importância do diálogo com a Secretaria Municipal de Educação. Este trabalho também identificou a possibilidade de o REVISTUR ser inserido no Projeto Turismo nas Escolas (vinculado à Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo).
Objetivo Estratégico 2: Estabelecer infraestrutura e rotina de monitoramento de visitação	
2.1. Identificar a localização exata (coordenadas) mais adequadas para a instalação de uma estrutura para observação de aves (torre ou trilha suspensa)	Atividade realizada no âmbito da elaboração do projeto executivo para a implementação de trilha suspensa e de sinalização na UC
2.2 Elaborar um projeto executivo para implantação de trilhas	Projeto executivo em fase final de elaboração

2.3. Implantar as trilhas	Sem previsão, uma vez que depende de fontes de financiamento para a execução do projeto
2.4. Monitorar os dados do sensor de movimento na trilha principal de acesso para contabilização de pessoas	Existe um eco-contador na trilha principal de acesso que contabiliza a quantidade de usuários que passam pelo local
2.5. Elaborar estudo de capacidade de carga da unidade	O estudo de capacidade de carga faz parte do projeto executivo já mencionado anteriormente
2.6. Realizar curso de capacitação de condutores ambientais	Ainda não foi realizado
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
ATIVIDADE	STATUS
Objetivo Estratégico 1: Organizar e realizar atividades de educação ambiental formal junto às escolas do entorno do REVIS	
1.1. Estabelecimento de parceria com as escolas do entorno para realização de atividades	Realizado
1.2. Elaborar projeto definindo estratégias e atividades de aproximação e sensibilização das escolas para efetivo envolvimento	Ainda não realizado, mas este trabalho apontou o Projeto Turismo nas Escolas como uma possibilidade de se avançar nesse sentido
1.3. Elaboração de material para atividades com as diferentes faixas etárias	Ainda não foi elaborado
1.4. Realizar visitas às escolas	Foram promovidas visitas às escolas do entorno entre 2018 e 2019 para realização de palestras sobre a UC, e o segundo momento das atividades consiste em levar os estudantes para a área protegida, o que foi impossibilitado pelo cenário da pandemia, mas continua fazendo parte do planejamento das atividades de educação ambiental do REVISTUR
Objetivo Estratégico 2: Divulgação da UC junto às comunidades do entorno e sensibilização da população	
2.1. Preparação de conteúdos relevantes a serem divulgados junto às comunidades	Atividades ainda não realizadas
2.2. Definição de melhores datas para realização de eventos (elaborar calendário)	
2.3. Realização de eventos nos bairros do entorno	
2.4. Distribuir notificações nos bairros prioritários	
Objetivo Estratégico 3: Realizar atividades de interpretação ambiental a serem realizadas nas trilhas da UC	
3.1. Elaboração de roteiros de interpretação ambiental para as trilhas do REVIS para diferentes públicos	Integra projeto executivo em elaboração
3.2. Realização de atividades de interpretação ambiental do REVIS	Sem previsão
3.3. Implementar método de avaliação da eficácia das atividades	
PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO	
ATIVIDADE⁴⁴	STATUS
Objetivo Estratégico 1: Divulgar a imagem da UC e a estabelecer um canal de comunicação com os moradores do entorno	
1.1. Elaborar um banco de dados com contatos de moradores, lideranças e visitantes	Realizado

⁴⁴ As atividades a seguir foram elencadas resumidamente, mas podem ser consultadas na íntegra no Programa de Comunicação que faz parte do Anexo A

1.2. Divulgar o REVISTUR e suas ações desenvolvidas em diversos meios de comunicação e redes sociais e mantê-las atualizadas	Há muita geração de conteúdo sobre as atividades desenvolvidas na UC, mas no momento não há rotina de alimentar as mídias sociais pelo entendimento de que no momento há outras ações prioritárias no REVISTUR e o recurso humano é limitado
1.3. Divulgar o REVISTUR em eventos da região	Não realizado
1.4. Elaborar e distribuir folders de divulgação com informações gerais da UC e um guia de aves com as principais espécies que podem ser avistadas	Alguns desses materiais foram elaborados, mas não foram impressos por falta de financiamento e, portanto, não há previsão deste tipo de divulgação

Fonte: Elaboração própria, 2020

As ações propostas no programa de visitação voltadas ao objetivo de implantar o turismo de observação de aves baseiam-se em articulações tanto com o setor turístico quanto com o setor educacional do município, e estão sendo realizadas ao longo dos últimos anos. Quanto ao segundo objetivo estratégico que tange à infraestrutura de visitação, as atividades também estão em curso no âmbito da elaboração do projeto de engenharia. Sobre o programa de educação ambiental, as atividades junto às escolas do entorno que fazem parte do primeiro objetivo foram realizadas. Já o segundo e o terceiro objetivo, sobre divulgação da UC e a realização de atividades de interpretação ambiental nas trilhas, respectivamente, ainda não foram alcançados. Quanto ao programa de comunicação, que visa divulgar a imagem do REVISTUR e estabelecer um canal de comunicação, algumas iniciativas foram iniciadas, mas ainda há muito para avançar.

Esta análise possibilitou elucidar que de forma geral, as ações elencadas no Plano Setorial de Visitação correspondem à fase de planejamento e estruturação da atividade de visitação. Aquelas que ainda não foram realizadas, parte dependem de outras que ainda não foram concluídas, e outra parte diz respeito às ações que não foram consideradas prioritárias diante outras demandas do REVISTUR, tendo em vista a estrutura disponível no momento para a atuação da gestão na UC, com recursos humanos e financeiros limitados.

A partir da análise do plano setorial de visitação foram definidos dois produtos: i. workshop para servidores do INEA sobre métodos para o desenvolvimento da observação de aves em UCs do Estado do Rio de Janeiro (contribuindo como item 2.6 do Programa de Visitação do Plano Setorial de Visitação sobre capacitação de condutores); ii. cartilha de orientações sobre a observação de aves para educação ambiental no REVISTUR (contemplando o item 1.3 do Programa de Educação Ambiental do Plano Setorial de Visitação sobre elaboração de materiais).

3.2.3 Fatores Críticos de Sucesso

Com base nas informações coletadas a partir do diagnóstico do cenário atual do REVISTUR, da análise do Plano Setorial de Visitação, da percepção dos guias de observação de aves que atuam na área protegida, e ainda levando em consideração o estágio atual de desenvolvimento da atividade no Brasil, aspectos das políticas federais, estaduais e municipais de turismo e conservação, foi possível elencar os fatores críticos de sucesso que norteiam a implementação da visitação voltada para a observação de aves na UC, consolidados por meio de uma análise SWOT. A análise SWOT é o resultado de uma matriz que identifica forças e fraquezas do ambiente interno do REVISTUR (questões inerentes à gestão que permeiam a implementação da observação de aves), e indica oportunidades e ameaças do ambiente externo (aquelas que estão além da responsabilidade da gestão, mas também interferem no alcance dos objetivos).

O cruzamento da classificação com o grau de importância de cada item, automaticamente gera uma pontuação baseada em uma escala *Likert* (escala auto descritiva com 5 pontos), que estabelece quais as ações devem ser prioritárias no âmbito da implementação da visitação voltada para a observação de aves. Cabe ressaltar que o diagnóstico, a análise do Plano Setorial de Visitação e a análise SWOT que será apresentada no quadro 11 a seguir, foram realizadas juntamente com o gestor do REVISTUR, que contribuiu e participou ativamente desde o levantamento das questões até a análise final da matriz – e, portanto, da definição dos itens e de suas justificativas.

Quadro 11 – Análise SWOT dos fatores críticos de sucesso para a implementação da observação de aves no REVISTUR

ITEM	CLASSIFICAÇÃO	IMPORTÂNCIA	JUSTIFICATIVA	PONTUAÇÃO
FATORES INTERNOS				
Não possui sede na área da UC	Fraqueza	Totalmente importante	O REVISTUR ainda não conta com sede própria e a infraestrutura disponível utilizada atualmente é compartilhada pelo Refúgio de Vida Silvestre Estadual do Médio Paraíba (REVISMEP), localizada no município de Valença (RJ) que dista cerca de 110km da área onde está localizado o REVISTUR. Ter uma sede na área da UC é fundamental para a realização plena de suas atividades como o estabelecimento de rotina de monitoramento, manutenção, fiscalização, recepção de visitantes, maior presença na comunidade do entorno, e presença constante da equipe de funcionários no local.	10
Possui plano de manejo composto por plano setorial de visitação com ações voltadas para a observação de aves	Força	Totalmente importante	O plano de manejo é o documento que fundamenta os objetivos de uma UC e orienta as ações de planejamento e gestão. O PM do REVISTUR foi elaborado em formato conciso visando o cumprimento de ações dentro de um horizonte temporal mais factível à realidade da gestão, e aprovado em 2018. Em seu volume II que versa sobre o planejamento, apresenta planos setoriais dos quais um deles é o plano setorial de visitação que tem como foco dos atrativos turísticos a observação de aves. Cabe destacar também que das 23 UCs de proteção integral atualmente geridas pelo INEA, apenas 14 possuem seus planos aprovados. Destes, apenas 2 destacam a observação de aves em seus programas de visitação, o Parque Estadual da Pedra Selada e o REVISTUR.	10
Existência de eco-contador	Força	Importante	O eco-contador é um equipamento eletrônico utilizado para avaliar tendências de uso de uma determinada trilha, ao longo do tempo. É um contador de pedestres de alta precisão, sensível as micro variações de pressão e, portanto, pode detectar passos com grande precisão. Atualmente instalado na trilha principal de acesso da unidade, a “Trilha da UERJ”, com objetivo de monitorar a quantidade de usuários (não apenas visitantes) que passam pela trilha e assegurar a importância de seu uso no local, este equipamento se torna uma importante ferramenta de gestão, fornecendo dados e informações precisas que permitem a proposição de ações e atividades mais assertivas. Por ser um equipamento móvel, pode ser “ancorado” em diferentes pontos, de modo que possibilite coleta de dados de todos os pontos de interesse, contribuindo assim para o cumprimento de atividades propostas no programa setorial de visitação do plano de visitação.	5

Materiais de divulgação e de estratégias de comunicação	Fraqueza	Muito importante	Materiais de divulgação e estratégias de comunicação são questões complementares e fundamentais para difundir o conhecimento sobre a existência da UC e sua importância, o que consequentemente auxilia na redução de conflitos de uso, na educação ambiental e na divulgação da própria UC. O REVISTUR já possui uma logo que contribui com sua identidade visual e está presente nas principais redes sociais, mas ainda não conta com materiais específicos para a divulgação da UC nem uma rotina de atualização das mídias, que atualmente são consideradas importantes meios de comunicação.	7,5
Existência de lista de monitoramento atualizada sobre avifauna	Força	Muito importante	Embora o REVISTUR não tenha um Plano de Monitoramento de Avifauna estruturado (conforme uma das atividades propostas no programa de pesquisa e monitoramento do plano setorial de conhecimento), houve campanhas de monitoramento a partir de uma rotina mensal pré-estabelecida com registros visuais e auditivos que possibilitou a geração de uma planilha atualizada sobre as espécies de aves da UC. O conhecimento sobre ocorrência das espécies na área é um dos fatores que contribui para assegurar a relevância ambiental do REVISTUR e, no que tange à observação de aves, são as aves os atrativos principais.	7,5
Projeto executivo de engenharia para trilha suspensa e sinalização em fase de conclusão	Força	Muito importante	O projeto executivo de engenharia para uma trilha suspensa e para a sinalização ainda faz parte das obrigações previstas no TAC, e está sendo elaborado pelo Instituto Ekos (contrato pela Nissan) em conjunto com o INEA. Esse conjunto de infraestruturas são muito importantes para a implementação da atividade de observação de aves no REVISTUR, e será um diferencial para a UC visto que ainda são poucas as áreas protegidas no Brasil que contam com estrutura específica para a observação de aves. No entanto, ainda não há previsão de instalação.	7,5
Fontes de custeio para despesas diárias e financiamento para implementação de projetos	Fraqueza	Muito importante	Crises políticas e econômicas, contingenciamento orçamentário em meio ambiente, e prioridades governamentais na contratação da conservação congregam a realidade brasileira que rege a sustentabilidade econômica das UCs, fazendo com que os recursos disponíveis e os custos de implementação e manejo estejam aquém do necessário. Assim, além do custeio de despesas diárias, a implementação de qualquer novo projeto vai de encontro à necessidade de fontes diversas de financiamento para tal, trazendo imprevisibilidade na materialização de ações e incertezas no alcance dos objetivos da UC. Já houve a iniciativa de um cartão fiduciário para gastos ordinários – um pequeno recurso liberado mensalmente a ser utilizado e prestado contato todo mês –, mas atualmente encontra-se parado por estar em fase de renovação.	7,5

Área de relevância ambiental	Força	Totalmente importante	Devido ao histórico de uso e ocupação da área inserida nos limites da UC, existe a predominância de espécies exóticas como gramíneas forrageiras. No entanto, o espelho d'água principal e seu banhando mantiveram-se parcialmente conservados como um dos últimos remanescentes naturais das áreas úmidas que antes se estendiam ao longo de toda a várzea do Rio Paraíba do Sul, junto com uma pequena porção de floresta (Matão) que ainda resguarda características naturais. Esse fragmento de ecossistema singular abriga espécies específicas de áreas úmidas, endêmicas e ameaçadas, além de aves migratórias que naturalmente são atrativos para os observadores de aves. Os guias locais entrevistados que atuam na área também confirmaram que a UC é um ponto de referência para observadores que buscam por espécies associadas a áreas alagadas.	10
Regularização fundiária	Força	Muito importante	Para a implantação das estruturas de visitação, a situação fundiária deverá ser solucionada, seja pela desapropriação ou pela celebração de instrumentos de acordo mútuo. Os processos para regularização fundiária foram instituídos e estão sob análise da Procuradoria Geral do Estado.	7,5
Aquisição de equipamentos	Força	Importante	Todos os equipamentos necessários para a operacionalização das atividades na UC foram adquiridos entre 2019 e 2020, a partir do recurso proveniente do TAC.	5
Possibilidade de implantação de programa de voluntariado	Força	Importante	Embora ainda não exista um plano de voluntariado implementado (conforme proposto em uma das atividades do programa de administração e manutenção do plano setorial de operacionalização), existe a previsão de uma solicitação da abertura de um edital para contratação de voluntários para 2021. No REVISTUR, um programa de voluntariado poderia atuar em 3 frentes: recepção e acompanhamentos de visitantes na área da UC, monitoramento de avifauna e gestão de mídias sociais. No entanto, cabe ressaltar que para a atuação de voluntários <i>in loco</i> , faz-se necessário ter uma sede no local.	5
Conselho Consultivo	Fraqueza	Importante	O Conselho Consultivo do REVISTUR ainda não foi constituído, mas cabe ressaltar que ele é uma forma oficial de participação da sociedade que contribui com a gestão e deve ser valorizada.	5
Equipe insuficiente	Fraqueza	Muito importante	Atualmente o REVISTUR conta com 1 gestor e 1 agente ambiental, enquanto o cenário apontado como ideal seria 9 agentes ambientais, 1 agente administrativo, 1 agente de serviços gerais e 1 gestor.	7,5
Capacitação da equipe para a atividade de observação de aves	Fraqueza	Muito importante	Tanto a observação de aves quanto os praticantes da atividade possuem singularidades que os divergem no universo do turismo tradicional, e ter uma equipe capacitada e preparada para receber este público contribui com seu sucesso. Entender as especificidades da prática, sua importância para a conservação e sensibilização ambiental e sua contribuição para a gestão,	7,5

			favorecem positivamente a implementação da atividade na UC. Atualmente os funcionários não são capacitados para esse tipo de visitação e essa é uma demanda apontada pelo gestor.	
UC inserida no calendário do Programa Vem Passarilhar RJ	Força	Importante	A inserção da UC no calendário de atividades do Programa Vem Passarilhar RJ contribui para a divulgação da existência do REVISTUR, assegura sua importância a partir do conhecimento das espécies encontradas na área e sua relevância no cenário da observação de aves.	5
Lacunas de conhecimento e pesquisas	Fraqueza	Importante	Entende-se aqui o conhecimento enquanto científico (pesquisas) ou social (ciência cidadã). Ambos são importantes para o planejamento de ações e atualmente existem algumas lacunas de conhecimento ainda necessárias que podem contribuir com a visitação no REVISTUR, como qualidade e quantidade de água e levantamentos de fauna e flora.	5
Pontuação geral das suas Forças				62,5
Pontuação geral das suas Fraquezas				50
FATORES EXTERNOS				
Cenário de expansão da atividade de observação de aves no país	Oportunidade	Importante	A observação de aves é uma das atividades ecoturísticas que mais cresce no mundo não só pelo entendimento de seu potencial em gerar divisas, mas também pela tendência de maior valorização do tempo na natureza para a saúde e bem estar. No Brasil o crescimento ainda está em fase inicial, mas também aponta para uma expansão tendo em vista a quantidade de novos espaços para o debate do tema e de iniciativas de incentivo à prática – como o Programa Vem Passarilhar, por exemplo. A pandemia também é um fator de incentivo à prática da atividade visto que pode desencadear uma interiorização do turismo, aumento da busca pelo contato com a natureza, e já tem estimulado a observação de aves urbanas. Assim, o cenário é favorável para a implementação da atividade no REVISTUR.	5
Existência de guias de observação de aves que atuam na área da UC	Oportunidade	Muito Importante	A existência de guias de observação de aves que atuam na área confirma o potencial da UC para a atividade. De acordo com os guias entrevistados que conhecem a área, a diversidade de espécies de aves associadas à área alagada é o grande diferencial do REVISTUR que, mesmo com dimensões reduzidas de território foi impactado durante anos pelas pressões de localizar-se em uma macrozona industrial do município, resguarda um ecossistema único. Paisagem favorável à fotografia e acesso à área facilitado pela rodovia Presidente Dutra também são pontos apontados como relevantes. Ambos concordam que os pontos negativos são a falta de infraestrutura específica, manutenção das trilhas	7,5

			<p>e ausência da equipe de funcionários na área que diminui a sensação de segurança.</p> <p>A articulação com grupos de observação de aves da região é uma das ações propostas no programa de visitação do plano setorial de visitação, e a articulação com os guias além de contribuir com a divulgação do REVISTUR, também pode favorecer o monitoramento da avifauna local, a partir do compartilhamento de listas de espécies avistadas, e possibilitar uma avaliação da UC e da demanda turística a partir dos observadores de aves conduzidos pelos guias.</p>	
Articulação com comunidade do entorno	Oportunidade	Muito importante	<p>A articulação com a comunidade do entorno está prevista tanto no programa de educação ambiental quanto no programa de comunicação que integram o plano setorial de visitação. Esta articulação é importante tanto para gerar conhecimento sobre a existência da UC quanto sobre a importância de sua proteção mas, ainda, há a possibilidade de inserção dessa população na própria gestão do REVISTUR a partir da formação de condutores de visitação e de brigadistas de incêndio.</p> <p>A Associação de Moradores da Fazenda da Barra II (bairro limítrofe com a área da UC) esteve presente durante o processo de elaboração do plano de manejo do REVISTUR, e a equipe já realizou atividades das escolas do entorno. No entanto, as atividades de comunicação com a comunidade devem ser contínuas tanto para difundir o conhecimento sobre as ações realizadas na área como também para possibilitar uma sensibilização a partir da aproximação entre sociedade e área protegida. Embora a comunidade do entorno não tenha com a Lagoa da Turfeira uma relação de visitação, há relações de usos com o local, seja através da pesca, pastoreio ou por ser rota de comunicação com as fábricas no entorno. Levar os usuários atuais informações sobre outras possibilidades de relação com a área, faz deles visitantes em potencial.</p>	7,5
Articulação com secretarias municipais	Oportunidade	Muito importante	<p>A articulação com as secretarias municipais é importante para o estreitamento das relações setoriais visando parecerias que proporcionem ganhos mútuos entre município e UC e possibilitem a diminuição de conflitos que possam existir.</p>	7,5
Articulação com setor privado	Oportunidade	Muito importante	<p>Parcerias com o setor privado empresarial ou com organizações da sociedade civil podem ser uma importante alternativa para possibilitar o custeio de projetos, colaboração em ações e auxílio em divulgação.</p>	7,5
Plano Municipal de Turismo de Resende cita a atividade de observação de aves	Oportunidade	Importante	<p>A última versão do Plano Municipal de Turismo de Resende é referente ao biênio 2017-2018 e em diversos momentos cita a observação de aves como uma atividade em potencial para o município, sugerindo ações de apoio e apontando para a convergência de objetivos entre a Secretaria Municipal de</p>	5

			Indústria, Comércio e Turismo e o REVISTUR. A Secretaria tem realizado ações voltadas para o turismo no município e inclusive participou da edição do Programa Vem Passarinho RJ no Parque Estadual da Pedra Selada realizado em setembro 2019 organizado pelo Parque Estadual da Pedra Selada. A existência da observação de aves no plano de turismo demonstra o entendimento da importância atividade para Resende.	
Projeto Turismo nas Escolas	Oportunidade	Importante	O Projeto Turismo nas Escolas tem o objetivo de apresentar a riqueza turística, cultural e ambiental de Resende aos estudantes da rede pública, unindo experiências praticadas ao ar livre a conteúdos curriculares da escola. De acordo com o responsável pelo projeto que já existe há alguns anos, ele está vinculado à Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo e é realizado em parceria com a Secretaria de Educação e com o apoio da Fundação Casa da Cultura Macedo Miranda, a Câmara Municipal e a empresa de ônibus São Miguel. Em seu entendimento, a observação de aves contribui com o crescimento do ecoturismo em Resende e há o interesse no diálogo com o REVISTUR no sentido de estreitar relações que possam favorecer ambos os setores que têm objetivos em comum quanto à atividade.	5
Realização de atividades de educação ambiental nas escolas do entorno	Oportunidade	Muito importante	O estabelecimento de parceria com as escolas do entorno para realização de atividades de educação ambiental é uma das ações previstas do programa de educação ambiental do plano setorial de visitação. Num primeiro momento o objetivo foi realizar visitas às escolas para realização de palestras sobre a UC, e o segundo consiste em levar os estudantes para a UC, o que foi impossibilitado pelo cenário da pandemia.	7,5
Queimadas	Ameaça	Totalmente importante	O fogo é um grande fator de degradação do ecossistema do REVISTUR, principalmente em períodos de maior recorrência. O monitoramento das ocorrências de queimadas, a existência de um plano de controle e de uma brigada de incêndio são fundamentais para evitar e mitigar uma ocorrência de forma mais efetiva. Atualmente a inexistência de uma sede no local impossibilitando a presença constante dos funcionários também não permite uma rápida tomada de decisão nesse tipo de situação, mas a capacitação de moradores do entorno a partir de um curso de combate a incêndios é uma possibilidade apontada que pode auxiliar esta deficiência.	10
Pressão dos usos múltiplos provenientes do entorno da UC	Ameaça	Pouca Importância	A presença de animais domésticos dos moradores do entorno dentro dos limites da UC e o fato de o REVISTUR estar sobreposto a uma área que corresponde a macrozona industrial do município, exercem de certa forma pressão sobre a área. A presença de pastoreio é incompatível com seus objetivos causando danos ao solo e à vegetação, mas a situação pode ser atenuada com o fortalecimento da comunicação e da aproximação com os moradores. Quanto	2,5

			ao segundo conflito, a sugestão da necessidade de revisão do zoneamento municipal apontada no plano de manejo deve ser mantida.	
Facilidade de acesso ao local	Oportunidade	Importante	Embora dificuldade de acesso aos locais não seja uma queixa recorrente dos observadores que costumam buscar locais mais conservados e consequentemente mais afastados de áreas urbanizadas, geralmente possuem carro próprio ou contratam guias especializados que também oferecem transporte, o REVISTUR está localizado próximo às margens da Rodovia Presidente Dutra, favorecendo ainda mais o acesso a área.	5
Proximidade da UC com outros locais da região já reconhecidos como destino de observadores de aves	Oportunidade	Muito importante	O Parque Nacional do Itatiaia, a região de Visconde de Mauá e da Serrinha do Alambari são lugares já reconhecidos e procurados por observadores de aves que visitam a região, e também estão próximos ao REVISTUR. Ainda, a infraestrutura hoteleira existente, o fácil acesso ao local que está às margens da Rodovia Presidente Dutra e o fato de a Lagoa da Turfeira já estar nos roteiros dos guias locais, são fatores que contribuem com a implementação da atividade.	7,5
Pontuação geral das suas Oportunidades				65
Pontuação geral das suas Ameaças				12,5

Fonte: Elaboração própria, 2020

Legenda:

IMPORTÂNCIA	PONTUAÇÃO
Totalmente importante	10
Muito importante	7,5
Importante	5
Pouca importância	2,5
Totalmente sem importância	0

O quadro 11 apresentado anteriormente trouxe a análise SWOT que elencou todos os fatores críticos de sucesso que permeiam a implementação da atividade de observação de aves no REVISTUR, indicando as forças e fraquezas do ambiente interno, e oportunidades e ameaças do ambiente externo. O cruzamento da classificação com o grau de importância de cada item gerou uma pontuação que hierarquizou os fatores de acordo com as ações consideradas prioritárias para atingir os objetivos. Este resultado pode ser observado no quadro 12.

Quadro 12 – Hierarquização dos fatores críticos de sucesso que permeiam a implementação da observação de aves no REVISTUR

FATORES INTERNOS			
FORÇAS	62,5	FRAQUEZAS	50
Possui plano de manejo composto por plano setorial de visitação com ações voltadas para observação de aves	10	Não possui sede na área da UC	10
Área de relevância ambiental	10	Fontes de custeio para despesas diárias e financiamento para implementação de projetos	7,5
Existência de lista de monitoramento atualizada sobre avifauna	7,5	Materiais de divulgação e de estratégias de comunicação	7,5
Projeto executivo de engenharia para trilha suspensa e sinalização em fase de conclusão	7,5	Equipe insuficiente	7,5
Regularização fundiária	7,5	Capacitação para a atividade de observação de aves	7,5
Existência de eco-contador	5	Inexistência de conselho consultivo	5
Aquisição de equipamentos	5	Lacunas de conhecimento e pesquisas	5
Possibilidade de implantação de programa de voluntariado	5		
UC inserida no calendário do Programa Vem Passarilhar RJ	5		
FATORES EXTERNOS			
OPORTUNIDADES	65	AMEAÇAS	12,5
Articulação com comunidade do entorno	7,5	Queimadas	10
Articulação com secretarias municipais	7,5	Pressão dos usos múltiplos provenientes do entorno da UC	5
Articulação com setor privado	7,5		
Existência de guias de observação de aves que atuam na área da UC	7,5		
Realização de atividades de educação ambiental nas escolas	7,5		
Proximidade da UC com outros locais da região já reconhecidos como destino de observadores de aves	7,5		

Cenário de expansão da atividade de observação de aves no país	5		
Projeto Turismo nas Escolas	5		
Plano Municipal de Turismo de Resende cita a atividade de observação de aves	5		
Facilidade de acesso ao local	5		

Fonte: Elaboração própria, 2020

De modo geral a pontuação para as forças (62,5 pontos) foi maior que total para as fraquezas (50 pontos), assim como as oportunidades também totalizaram um resultado superior ao das ameaças (65 pontos contra 12,5 pontos). Este cenário é positivo e significa que as oportunidades estão favorecendo as forças para a implementação da observação de aves no REVISTUR. Entre as principais forças estão possuir um plano de manejo composto um plano setorial de visitação com ações voltadas para a observação de aves, e ter um projeto executivo em elaboração que subsidiará uma trilha suspensa e as sinalizações na área da UC.

A existência do plano de manejo por si só já poderia ser considerada um ponto positivo, mas este trabalho apontou que das 23 UCs de proteção integral atualmente geridas pelo INEA, apenas 14 possuem seus planos de manejo aprovados e, destes, apenas 2 destacam a observação de aves em seus programas de visitação, o Parque Estadual da Pedra Selada (PEPS) e o REVISTUR. Cabe aqui registrar que o PEPS é o Parque Estadual mais próximo ao REVISTUR e, considerando a relevância que seu PM também concede à atividade em questão, isso pode indicar mais um caminho para uma parceria futura. Outra importante força da área é ser reconhecida por sua importância ambiental, visto que a UC resguarda um ecossistema singular, abrigando espécies específicas de áreas úmidas, endêmicas e ameaçadas, além de aves migratórias que naturalmente são atrativos para os observadores de aves

O projeto em elaboração para a implantação de infraestrutura específica para a atividade também é um diferencial para o REVISTUR, visto que essa é uma questão comumente levantada pelos observadores de aves como uma deficiência das UCs brasileiras, juntamente com a existência de lista de monitoramento atualizada da avifauna, e o processo de regularização fundiária em curso. Se as forças elencam questões que indicam o potencial do REVISTUR para a implementação da observação de aves, as oportunidades favorecem essas forças, como a existência de guias que já atuam na área, a possibilidade de articulação com comunidade do entorno, secretarias municipais e setor privado, proximidade com outros locais da região que já são destinos dos observadores, e a realização de atividades de educação ambiental nas escolas do entorno.

No entanto, embora a análise aponte que o índice de favorabilidade do cenário é de 41% (Figura 12) e, portanto, com uma tendência mais positiva, com forças e oportunidades que devem continuar sendo ressaltadas e aprimoradas, os pontos fracos, inerentes ao ambiente interno devem ser controlados ou ao menos ter seus efeitos minimizados. Em consonância, as ameaças que estão fora do controle do órgão gestor, também devem ser conhecidas e monitoradas para serem evitadas. A principal fraqueza da UC é não possuir sede administrativa na área, seguida da necessidade de fontes de custeio para despesas diárias e financiamento para implementação de projetos, aprimorar divulgação e comunicação, equipe de trabalho insuficiente e necessidade de capacitação da equipe voltada para a atividade de observação de aves. Quanto à principal ameaça externa estão as queimadas.

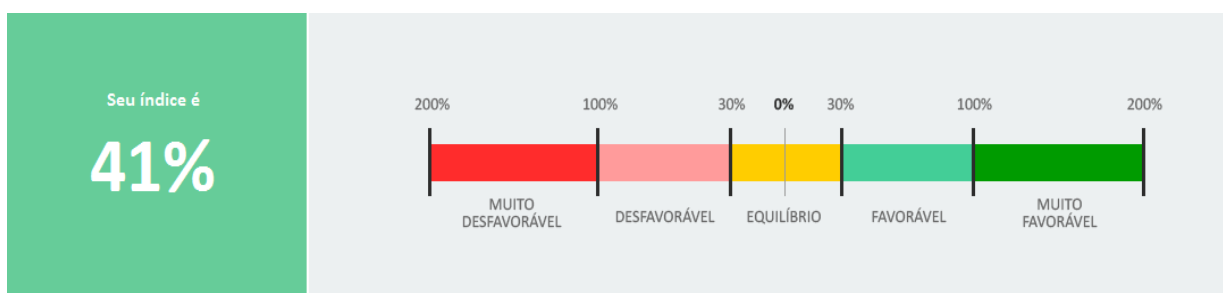


Figura 12 – Índice de favorabilidade dos fatores críticos de sucesso para a implementação da observação de aves no REVISTUR

Fonte: Análise SWOT, 2020

A ausência da sede é uma das questões mais fundamentais apontadas ao longo de toda a análise da situação atual do REVISTUR, uma vez que é considerada vital para a realização plena de suas atividades (como o estabelecimento de rotina de monitoramento, manutenção, fiscalização, recepção de visitantes, maior presença na comunidade do entorno, e presença constante da equipe de funcionários no local) – o que por sua vez possibilitaria uma tomada de decisão mais rápida quanto à maior ameaça externa identificada para a UC, a ocorrências de queimadas.

Divulgação e comunicação também são pontos-chaves visto que são o meio de difundir o conhecimento tanto sobre a UC e sua importância, quanto sobre as atividades realizadas em seu interior – auxiliando inclusive a minimizar ameaças advindas da pressão dos usos múltiplos provenientes do entorno da área. Ainda, a existência de guias que atuam na área e as articulações com comunidade do entorno e secretarias municipais, também podem auxiliar na divulgação do REVISTUR. Igualmente importante, a incerteza a respeito das fontes de custeio e financiamento traz imprevisibilidade na materialização de ações, como por exemplo a implementação da trilha suspensa e das sinalizações, mas parcerias com o setor privado podem ser uma alternativa para possibilitar o custeio de projetos e colaboração em ações.

Pelo que foi exposto, a análise SWOT permitiu uma análise crítica do cenário atual que norteia a implementação da visitação voltada para a observação de aves no REVISTUR, a partir da identificação de seus pontos fortes e fracos, e as possíveis oportunidades e ameaças para o alcance dos objetivos. Agrupando os pontos fortes com as oportunidades, colocou-se em evidência os fatores que contribuem para a implementação da atividade, permitindo assim identificar os elementos que precisam ser reforçados. Já ao agrupar os pontos fracos com as ameaças, surgiram os fatores que enfraquecem a implementação da atividade, indicando aqueles que devem ser vistos como prioritários na tomada de decisões estratégicas.

Além do cruzamento das forças com as oportunidades e das fraquezas com as ameaças, a análise também indicou a possibilidade de algumas oportunidades minimizarem fraquezas, e a minimização ou mitigação de fraquezas também controlam melhor as ameaças e potencializam as forças. Por exemplo, as oportunidades de articulação com comunidade do entorno, secretarias municipais e setor privado, podem contribuir com a divulgação e comunicação, ou ainda articular novas possibilidades de financiamento para a implementação de projetos. Assim, esses dois fatores internos considerados críticos se transformariam em força.

A partir da análise SWOT foram definidos outros dois produtos técnicos da pesquisa que serão entregues ao INEA após a aprovação final da pesquisa: i. manual de recomendações para a implementação da observação de aves no REVISTUR; ii. manual de orientações para o fortalecimento da observação de aves no Estado do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente o trabalho debruçou-se em resgatar o percurso da institucionalização da conservação da natureza no Brasil para compreender as bases regentes das políticas públicas que reúnem simultaneamente objetivos de turismo e conservação. As discussões evidenciaram o viés utilitarista e mercadológico presentes no bojo das promessas de progresso da sociedade brasileira que desde o século XVI pressupõem desenvolvimento e floresta em pé como antagonicos. Esse entendimento foi moldado ao longo do tempo pela promoção das discussões em torno da importância da conservação, sobretudo pelos impactos que passaram a afetar a própria cadeia econômica. Até o turismo massificado passou a ser questionado pelo seu caráter predatório, e assim o ecoturismo emergiu como um elo entre uso público e conservação, ressignificando a importância das UCs para além de ilhas de recursos naturais e de passivo econômico. Ao mesmo passo, resgatou a dimensão dos valores ecológicos no processo de visitação que tradicionalmente considera natureza e cultura como insumos para aumento de fluxo turístico a curto prazo.

No entanto, boas intenções não garantem políticas públicas, sujeitas ao contexto político institucional que podem nelas investir ou não e, ainda, desmontar outras entendidas como entraves aos objetivos de determinado governo. Embora ainda distante do ideal, as questões ambientais passaram a integrar a agenda governamental brasileira principalmente a partir da Constituição de 1988, mas é preciso registrar os recuos e retrocessos do atual modelo de Estado que tem desmantelado a política ambiental do país. A visão colonial utilitarista e imediatista travestiu-se de argumentações anticientíficas e ideológicas, pautadas numa política globalista, institucionalmente frágil e dependente economicamente dos grandes interesses internacionais. Compreender este cenário é importante para entender os fatores que limitam a gestão das UCs e a expansão da observação de aves no Brasil enquanto política pública visto que, implementar esta atividade requer, antes, compreender as deficiências, limitações, demandas e oportunidades do processo.

O primeiro objetivo específico deste trabalho foi analisar o percurso e as políticas de observação de aves no Brasil a partir de pesquisa bibliográfica, etnografia digital e pesquisa de levantamento. Os artigos levantados tinham três focos principais de abordagem sendo eles o potencial turístico de determinado lugar para a observação de aves, a avaliação de infraestruturas físicas para a implantação da atividade, e sua análise como ferramenta para a educação ambiental. No entanto, as pesquisas não apresentavam dados atualizados sobre o estágio de desenvolvimento atual da observação de aves no país a partir de uma perspectiva geral. Embora esses dados não estejam reunidos em publicações ou largamente publicados academicamente, essas questões têm sido amplamente discutidas em outros espaços como plataformas *on line*, redes sociais, eventos físicos e virtuais que reúnem os praticantes da atividade e são o termômetro do crescimento da observação de aves no país.

O resultado desta análise permitiu concluir que a atividade segue em expansão no país, visto que as iniciativas de práticas como os Programas Vem Passarilhar têm crescido juntamente com o aumento da participação das pessoas nos eventos. Embora o cenário da pandemia tenha interrompido a realização dos eventos presenciais, eles não deixaram de acontecer no ambiente virtual, que por sua vez têm favorecido ainda mais a divulgação da atividade e estimulado a observação de aves de casa. Passarinhas, festivais e séries de palestras foram adaptados às telas e reúnem um número cada vez maior de participantes no ambiente sem fronteiras. Mas este é um cenário promovido majoritariamente de forma independente do setor público.

Diferente dos países citados como Estados Unidos e Colômbia que são referência na promoção da observação de aves de forma *top-down* enquanto política pública de conservação e turismo, no Brasil a demanda por uma estruturação da atividade surgiu de forma *bottom-up* a partir dos praticantes da atividade. Embora alguns órgãos públicos estaduais e municipais estejam voltando sua atenção para atividade, ainda são pontuais e intimamente sujeitos ao cenário dos interesses políticos e institucionais do país. Nas UCs, locais preferidos pelos observadores, a atividade tem sido entendida como uma ferramenta de sensibilização ambiental que contribui para a conservação das espécies e seus habitats, através da promoção da conexão das pessoas com a natureza, ao mesmo tempo que pode contribuir com o monitoramento das aves dentro do conceito da ciência-cidadã. No entanto, as dificuldades que já fazem parte do universo da gestão das UCs no país, tornam-se ainda maiores no âmbito da implementação da observação de aves que idealmente demanda infraestruturas específicas, sobretudo se o objetivo for promover a atividade enquanto política pública.

Pelo que foi exposto até aqui, considerando os principais entraves para a expansão da observação de aves no país, os exemplos de boas práticas apontados por estudos norteadores e as demandas identificadas nos espaços de discussão da atividade, tem-se o seguinte cenário:

- Necessidade e importância da inserção da observação de aves nos planos de manejo e/ou de uso público das UCs;
- Importância de estruturação da atividade estar atrelada ao planejamento municipal;
- Necessidade de integração setorial para desenvolvimento da observação de aves;
- Necessidade de incentivo à diferenciação nos serviços hoteleiros para atendimento do público específico;
- Importância da inserção da população local no processo de planejamento e execução da atividade, bem como realização de capacitações;
- Importância de se levar em conta a perspectiva dos observadores de aves na estruturação e planejamento da atividade;
- Necessidade de infraestrutura específica para a realização da atividade nas UCs como trilhas e sinalizações, disponibilização de comedouros e bebedouros, bem como horário de funcionamento diferenciado para a realização da prática, e presença ou acompanhamento de funcionários da UC;
- Importância do envolvimento de todos os funcionários da UC na atividade e realização de capacitação específica;
- Importância da inserção da população local no processo de planejamento e execução da atividade e realização de capacitações;
- Necessidade de cadastramento de guias especializados em observação de aves junto às UCs;
- Importância de estruturação da atividade estar atrelada a práticas de educação ambiental;
- Necessidade de conhecimento e divulgação da avifauna local visto que riqueza de espécies, ocorrência de endemismos, espécies ameaçadas e migratórias são atrativos por si só, juntamente com condições da paisagem;
- Divulgação nos meios utilizados pelos observadores de aves;
- Divulgação das recomendações de conduta aos praticantes da atividade baseada nos códigos de ética para a observação de aves que consideram prioritariamente o respeito ao bem-estar das aves e de seu ambiente.

Traçado o percurso da observação de aves no Brasil e o cenário atual da atividade no Estado do Rio de Janeiro, foi apresentada a situação atual do Plano Setorial de Visitação do REVISTUR a partir de pesquisa de levantamento e documental. A análise a partir da comparação entre o que foi previsto e o que foi implementado apontou que, de forma geral, as ações elencadas no plano correspondem à fase de planejamento e estruturação da atividade de visitação. Aquelas que ainda não foram realizadas, parte dependem de outras que ainda não foram concluídas, e outra parte diz respeito a ações que não foram consideradas prioritárias diante outras demandas da UC, considerando a estrutura disponível para a atuação da gestão, com recursos humanos e financeiros limitados.

Com base nas informações reunidas até aqui, foi possível elencar os fatores críticos de sucesso que norteiam a implementação da visitação voltada para a observação de aves no REVISTUR. Os fatores, consolidados por meio de uma análise SWOT, apontaram que as forças superam as fraquezas, assim como as oportunidades também totalizaram um resultado superior ao das ameaças. Isso indica um cenário positivo no qual as oportunidades estão favorecendo as forças, e podem contribuir para a diminuição das fraquezas e ainda minimizar as ameaças. As principais forças são possuir plano de manejo composto por plano setorial de visitação com ações voltadas para observação de aves e ser uma área de relevância ambiental. Das oportunidades se destacam a possibilidade de articulação com comunidade do entorno, secretarias municipais e setor privado, a existência de guias de observação de aves que já atuam na área da UC e a proximidade da área com outros locais da região que já são reconhecidos como destino de observadores de aves. A principal fraqueza é não possuir sede administrativa na área da UC e a principal ameaça são as queimadas.

Mesmo diante de um cenário mais favorável, é importante que as forças e oportunidades continuem sendo aprimoradas, uma vez que também podem minimizar fraquezas, controlar ameaças e retroalimentar as forças. Assim, cabe destacar as oportunidades de articulação que podem contribuir com a divulgação e comunicação, ou ainda possibilitar novas formas de custeios de despesas diárias e financiamentos para a implementação de projetos – fatores indicados como fraquezas. Divulgação e comunicação são entendidas como fundamentais para difundir o conhecimento tanto sobre a UC e sua importância, quanto sobre as atividades realizadas em seu interior, o que por sua vez auxiliaria a minimizar ameaças advindas do entorno da área – fator indicado como ameaça.

Por fim, como possíveis desdobramentos desta pesquisa, ficam recomendações para novos estudos que discutam estratégias para o fomento da atividade, analisem e proponham articulações intersetoriais para o seu avanço não apenas nas UCs públicas, mas também nas RPPNs (poderia a observação de aves ser uma justificativa para a criação de novas UCs privadas nas zonas de amortecimento das UCs públicas?). Ademais, investigações que se dediquem a entender o perfil dos observadores e as demandas que apontam sobre a prática, considerando também como *locus* do estudo a dimensão virtual das redes sociais, fóruns, web conferências, eventos *on line*.

Mais adiante dos temas que envolvem as questões de ordem objetiva, também é necessário compreender as dimensões mais subjetivas da prática de observação de aves, prática esta que pressupõe a existência de um observador que, de alguma forma, estabelece uma conexão com o planeta a partir dos sentidos e das motivações pessoais que levam cada pessoa a observar aves. Ao desempenhar o papel extremamente relevante na sensibilização de pessoas para a importância da conservação, sobretudo considerando que a sociedade urbana está cada vez mais distante dos ambientes naturais, a observação de aves pode então ser entendida como uma possibilidade de religação do homem com a natureza a partir do resgate da perspectiva do olhar holístico, do estabelecimento de uma relação sensível e do encantamento? Como explicar a necessidade do contato com a natureza sem que esta explicação esteja assentada no pressuposto da dicotomia homem x natureza e ao mesmo tempo como encantar partindo deste paradigma?

Por fim, no tocante às políticas públicas, sugere-se a inserção da observação de aves como uma atividade oficial prevista nas UCs no momento da revisão de seus planos de manejo, podendo utilizar o exemplo do REVISTUR como um modelo.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, P. C. **Ecoturismo como Instrumento de Conservação Ambiental e Viabilidade Econômica para RPPNs**: um estudo de caso na VSV Vagafogo. Monografia (Especialização). Brasília: UnB/CET, 2003.
- ALEXANDRINO, E. R.; QUEIROZ, O. T. M. M.; MASSARUTTO, R. C. O potencial do município de Piracicaba (SP) para o turismo de observação de aves (Birdwatching). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 27-52, 2012.
- ALLENSPACH, N.; ZUIN, P. B. Aves como subsídio para Educação Ambiental: perfil das iniciativas brasileiras. **Atualidades Ornitológicas On-line**, n. 176, 2013.
- ALMEIDA, J. R.; MELO, C. S. & CAVALCANTI, Y. 2000. **Gestão Ambiental**: Planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex.
- ALMEIDA, M. P. S. R.; BAHIA, M. C.; NELSON, S. P. Observação de aves no Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia: uma contribuição para a conservação ambiental da unidade e ao desenvolvimento turístico do Estado do Pará. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 544-574, 2016.
- AMERICAN BIRDING ASSOCIATION – ABA. ABA Area Birding Trails. Disponível em: <<https://www.aba.org/aba-area-birding-trails/#MN>>. Acesso em 14/09/2020.
- AUDUBON WASHINGTON. What's Is a Birding Trail? Disponível em: <<https://wa.audubon.org/birds/what-birding-trail>>. Acesso em 14/09/2020.
- AVISTAR BRASIL. **Avistar Conecta 15 a 17 de maio**. Disponível em: <<http://www.avistarbrasil.com.br/av20/index.php>>. Acesso em 08 de junho de 2020.
- BANZATO, B. M.; FAVERO, J. M.; AROUCA, J. A. C.; CARBONARI, J. H. B. Análise ambiental de unidades de conservação através dos métodos swot e gut: O caso do parque estadual restinga de Bertiooga. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental** (ISSN 2317 – 3122). Pombal, PB, 2012. V.6, n.1, p. 38 – 49.
- BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG K., HAWKINS D. E. (orgs.). In: **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4 ed. Editora SENAC São Paulo, 2002.
- BRAGA, D. C. **Turismo e meio ambiente**. Reinaldo Miranda de Sá (Org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
- BRASIL. Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 que instituiu o Código Florestal.
- BRASIL. Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo**.
- BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília, 2000.
- BRASIL. Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006. **Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP**. Brasília, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, EMBRATUR, SEBRAE. **Programa Investe Turismo**: Parcerias para transformar destinos. Cartilha. 1ª Edição. Brasília, 2019.

BRUMATTI, P. N. M. O papel do turismo de observação da vida selvagem para a conservação da natureza. Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, pp.191-206.

CÂMARA, J. B. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 125-146, 2013.

CARVALHO, G. Potencial turístico econômico da observação de aves. In: **Seminário de Observação de Aves e Turismo**. Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, Secretaria Estadual de Turismo e Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro, ago. 2019.

CASTILHO, C. T.; GOMES, C. L. The Role of Professionals in Two Nature-Based Activities in Brazil for Visitors' Connection with nature: Rock Climbing and Birdwatching. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n. 1, fev-abr 2017, p. 93 – 112.

CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO – CEPERJ. **Perfil Municipal de Resende: ICMS Ecológico**. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/perfil-municipal/Resende.html>. Acesso em 06/11/2019.

COMITÊ BRASILEIRO DE REGISTROS ORNITOLÓGICOS - CBRO. Lista comentada das aves do Brasil pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. **Revista Brasileira de Ornitologia**, pgs. 91-298, jun. 2015.

CONTI, B. R. ICMS-Ecológico no Estado do Rio de Janeiro: Criação, Gestão e Uso Público em Unidades de Conservação. Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, UFRJ: Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/dissertacoes_e_teses/Bruna_Conti.pdf>. Acesso em 06/11/19.

CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA – CDB. **Turismo favorecendo a Biodiversidade** – Um manual para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo. Montreal, 2015.

COSTA, R. G. A. Observação de aves como ferramenta didática para educação ambiental. **Revista Didática Sistemática**, vol. 6, p. 33-44, 2007.

COSTA-SILVA, C. R. C.; SILVA, J. S. Panorama da visitação e da condução de visitantes em Parques brasileiros. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 11 (2), p. 347-364, agosto de 2017.

DAYCHOUM, M. 40 **Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento**. Matriz SOWT. Editora BRASPORT, 2007. ISBN: 8574523046. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=jQ_JOBtvgBAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 22/02/2019.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DEMO, P. **Desafios Modernos da Educação**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

DIAS, R.; FIGUEIRA, V. O turismo de observação de aves: um estudo de caso do município de Ubatuba/SP – Brasil. **Revista de Estudos Politécnicos**, vol. VIII, n. 12, p. 85-96, 2010.

E-BIRD. **Global Big Day May 2020**. Disponível em: <https://ebird.org/region/world/regions?yr=BIGDAY_2020a&m=>. Acesso em 20 de maio de 2020.

DRUMMOND, J. A. 1999. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1998: Comentários de um cientista político simpático ao conservacionismo. **Ambiente e Sociedade**, ano II, n. 3 e 4, p. 127-150.

EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.

FARIAS, G. B. A observação de aves como possibilidade ecoturística. **Revista Brasileira de Ornitologia**, 15 (3), p. 474 – 474, 2007.

FARIAS, G. B.; CASTILHO, C. J. M. Observação de aves e o ecoturismo em Itamaracá (PE): instrumentos para o desenvolvimento sustentável. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, dez. 2006. P. 35 a 53.

FIGUEIREDO, L. F. A observação de aves: esporte lazer, ciência e arte. Centro de Estudos Ornitológicos. Disponível em: <<http://www.ceo.org.br/>>. Acesso em 09/04/2019.

FILHAIS, L. R. **Birdwatching como instrumento de ecoturismo no Parque Estadual de Campinhos, Tunas do Paraná**. Artigo apresentado ao curso de especialização em Análise Ambiental da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Impacto econômico do COVID-19: propostas para o turismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2020. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/02.covid19_impactoeconomico_turismo2_v07_fichacatalografica.pdf>. Acesso em 23/08/2020.

G1 MATO GROSSO DO SUL. **Fundação de Turismo realiza workshop para observação de aves em Campo Grande**. Publicado em 10/12/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/fundacao-de-turismo-realiza-workshop-para-observacao-de-aves-em-campo-grande.ghtml>>. Acesso em 04/04/2020.

G1 SÃO PAULO. **Avistar 2020**: maior feira de observação de aves da América Latina será virtual e gratuita. Publicado em 13/05/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2020/05/13/avistar-2020-maior-feira-de-observacao-de-aves-da-america-latina-sera-virtual-e-gratuita.ghtml>>. Acesso em 08 de junho de 2020(a).

G1 SÃO PAULO. **Janelives**: evento virtual transmite ao vivo comedouros de aves pelo Brasil. Publicado em 28/05/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2020/05/28/janelives-evento-virtual-transmite-ao-vivo-comedouros-de-aves-pelo-brasil.ghtml>>. Acesso em 08 de junho de 2020(b).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

GODOY, A. O modelo de natureza e a natureza do modelo. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 14, n. 4, São Paulo, dez. 2000.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

GONÇALVES, C. M.; COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Identificação dos Fatores Críticos de Sucesso em Instituição de Ensino Superior. In: **IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis, 2004.

GOVERNO ABERTO RJ. **Ciclo anual do ICMS Ecológico começa hoje**. Notícia publicada em 21/03/2019. Disponível em: <<http://www.governoaberto.rj.gov.br/noticias/2019/03/ciclo-anual-do-icms-ecologico-comeca-hoje>>. Acesso em 06/11/2019.

GIATTI, L. L. **Ecoturismo e impactos ambientais da região de Iporanga: Vale do Ribeira** – São Paulo. Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2004.

HINGST-ZAHER, E.; LIMA, L. M. Projeto #vempassarinhar: observação de aves como ferramenta de conservação, monitoramento e proposta de uso público em áreas verdes. IX Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. **Anais do IX CBUC – Trabalhos Técnicos**, Florianópolis/SC, jul-ago 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Roteiro Metodológico de Planejamento de Parque nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica**. 2002.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **Monitoramento da Visitação em Unidades de Conservação Federais: Resultados de 2019 e Breve Panorama Histórico**. Brasília, 2020.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **Relação de UCs com Plano de Manejo**. Disponível em: <<http://icmbio.gov.br/portal/planosmanejo>>. Acesso em 14 de março de 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. **Base de dados geoespaciais das Unidades de Conservação Estaduais – INEA RJ (junho 2018)**. Atualizado em julho de 2020. Disponível em: <<https://inea.maps.arcgis.com/home/item.html?id=4f3eb31057594289ac2194f948866116>>. Acesso em 01 de março de 2021.

INSTITUTO SEMEIA – SEMEIA. **Observação de fauna no Brasil: oportunidades e desafios**. Webinar transmitido pelo canal do *Youtube* no dia 04/08/2020(a). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J5gNNIQR90U>>. Acesso em 28/08/2020.

INSTITUTO SEMEIA – SEMEIA. **Perspectivas para a retomada do setor do turismo de natureza**. Webinar transmitido pelo canal do *Youtube* no dia 28/07/2020(b). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J5gNNIQR90U>>. Acesso em 28/08/2020.

IRVING, M. A. Conservação da biodiversidade e turismo: delineando vias potenciais de conexão em políticas públicas globais. In: **Turismo: Ressignificando sustentabilidade**. Orgs. Folio Digital, 2018a.

IRVING, M. A. (Eco)turismo em áreas protegidas? Paradoxos, idiosincrasias e potencialidades no caso brasileiro. In: **Turismo: Ressignificando sustentabilidade**. Orgs. Folio Digital, 2018b.

ISAACS, J. C. The limited potential of ecotourism to contribute to wildlife conservation. **Wildlife Society Bulletin**, v. 28, n. 1, p. 61 – 69, 2000.

LEÃO, L.; LIMA, L.; DAL FABRRO, D.; HINGST-ZAHER, E.; PATRICIO, K. Conexão com a natureza: reflexões sobre saúde e conservação. **O Eco**. Publicado em 23/07/2020. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/conexao-com-a-natureza-reflexoes-sobre-saude-e-conservacao/>>. Acesso em 25/08/2020.

LIMA, L. M. **Aves da Mata Atlântica**: riqueza, composição, status, endemismos e conservação. Dissertação de mestrado, Volume I, USP, São Paulo, 2013.

LIMA, L. M. Entrevista concedida a Grazielle Noronha dos Santos por telefone em 03 de julho de 2020. As perguntas encontram-se no APÊNDICE F.

LIMA, L. M; NOGUEIRA, W.; BESSA, R. Observação de aves: muito além dos passarinhos. In: **Observação de aves na costa do descobrimento: educação, conservação e sustentabilidade**. Orgs. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018a.

LIMA, L. M; NOGUEIRA, W.; BESSA, R. Potencialidades e desafios da observação de aves na Costa do Descobrimento. In: **Observação de aves na costa do descobrimento: educação, conservação e sustentabilidade**. Orgs. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018b.

LIMA, M. A. G; IRVING, M. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: o “estado da arte” para se pensar a sustentabilidade. In: **Turismo: Ressignificando sustentabilidade**. Orgs. Folio Digital, 2018

LIMA, M. A. G; IRVING, M. A; ABREU, M. M. Políticas públicas de cultura e turismo: uma relação mal resolvida? **Revista de Cultura e Turismo**, ano 11, n. 01, p. 175-202, fev. 2017.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulos: SEMAC, 1995.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, UNB, 2002.

LUGARINI, C.; GOMES, B. N.; PALUDO, D.; SOUZA, M. A. Como potencializar a observação de aves nas unidades de conservação? IX Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. **Anais do IX CBUC – Trabalhos Técnicos**, Florianópolis/SC, jul-ago 2018.

MAMEDE, S.; BENITES, M. Identificação e mapeamento dos hotspots para a observação de aves com base em indicadores socioambientais: roteirização turística de Campo Grande (MS). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 2, maio-julho 2020, p. 409-434.

MAMEDE, S. B.; BENITES, M. Por que Campo Grande é a capital brasileira do turismo de observação de aves e propostas para o fortalecimento da cultura local em relação a esta prática. **Atualidades Ornitológicas**, n. 201, p.08-15, 2018.

MARETTI, C. C.; BARROS, M. I. A. Ao desejar saúde, deseje áreas protegidas. **O Eco**. Publicado em 27/01/2020. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/claudio-maretti/ao-desejar-saude-deseje-areas-prottegidas/>>. Acesso em 28/08/2020.

MARINS, J. R. G. A. Introdução à observação de aves e Programa Vem Passarilhar – RJ. In: **Seminário de Observação de Aves e Turismo**. Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, Secretaria Estadual de Turismo e Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro, ago. 2019.

MARINS, J. R. G. A.; BIANQUINI, L. A.; SANTOS, S. M.; LARDOSA, E. U.; FARIA, A. S.; RAHMAN, F. A. K. A.; QUEIROZ, F. S. L.; WAGNER, R. M. Programa Vem Passarinhar RJ/INEA: um incentivo à observação de aves nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro. IX Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. **Anais do IX CBUC – Trabalhos Técnicos**, 2018.

MAZUQUIERI, C. SETUR-RJ e TCE debatem estratégias para desenvolver Turismo no RJ. In: Mercados e Eventos. Publicado em 20/05/2019. Disponível em: <<https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/destinos/setur-rj-e-tce-realizam-evento-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em 08/06/2020.

MEDEIROS, R. **A Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG, p. 391, 2003.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade** – Vol. IX nº 1 jan./jun. 2006. Pgs 41 – 46.

MELLO, D.; MELLO, G. O Estado do Rio de Janeiro e suas aves. In: **Seminário de Observação de Aves e Turismo**. Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, Secretaria Estadual de Turismo e Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro, ago. 2019.

MELLO, L. **Do for love**. Editoração própria, 2019.

MENEGASSI, D. Isolamento reforça importância dos parques para a saúde. **O Eco**. Publicado em 19/04/2020. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/isolamento-reforca-importancia-dos-parques-para-a-saude/>>. Acesso em 25/08/2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Brasília: MMA, 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em 14 de março de 2020a.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: MMA, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PAN**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/planos-de-acao-nacional>>. Acesso em 15 de março de 2020b.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR. **Estudo da Demanda Turística Internacional – Brasil 2018: Estrutura de pesquisa e resultados do turismo receptivo**. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR. **Programa Investe Turismo**. Publicado em 28 de maio de 2019. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/investeturismo>>. Acesso em 08 de abril de 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR. **Não cancele, remarque**. Publicado em 31 de março de 2020. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/nao-cancele-remarque.html>>. Acesso em 08 de junho de 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. **Termo de Ajustamento de Conduta INEA 01/2014**.

NOGUEIRA, W. Plataformas digitais e ciência cidadã. **Avistar Conecta**. Palestra virtual realizada em 16/05/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bE7zrQzC5t0&t=18s>>. Acesso em 17/05/2020.

OLIVEIRA, A. **Municípios juntos pelo Turismo: CNM lança campanha para incentivar remarcações de viagens e eventos locais**. Confederação Nacional de Municípios. Publicado em 14/04/2020. Disponível em: < <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/municipios-juntos-pelo-turismo-cnm-lanca-campanha-para-incentivar-remarcacao-de-viagens-e-eventos-locais>>. Acesso em 08/06/2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Tourism Policy Responses to the coronavirus (COVID-19)**. Jun. 2020. Disponível em: < https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=124_124984-7uf8nm95se&title=Covid-19_Tourism_Policy_Responses>. Acesso em 23/08/2020.

PASSOLD, A. J.; KINKER, S. M. S. Visitação Sustentável em Unidades de Conservação. In: Philippi Jr., A. & Ruschmann, D. V. M. (Org.). **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010.

PINHEIRO, R. T. Turismo de observação de aves nas Unidades de Conservação da região da Ilha do Bananal, Cantão (TO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 12, n. 4, p.400-433, 2019.

PIRES, P. S. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo – Visão e Ação**, v. 1, n. 1, p. 75-91, jun. 1998.

PIVATTO, M. A. C.; SABINO, J. O turismo de observação de aves no Brasil: breve revisão bibliográfica e novas perspectivas. **Atualidades Ornitológicas**. N. 139, out. 2007.

PIVATTO, M. A. C. **Observação de aves durante a pandemia**. Entrevista virtual no Instagram. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YVCE_MMWpBg&list=PL_3ziPdI2PujULubQyqLzFHjT3p5i1m5O&index=6&t=0s>. Acesso em 01/07/2020.

PORTO, A. **Em quarentena, bióloga divulga natureza da Chapada Diamantina sem sair de casa**. Publicado em 06/07/2020. Terra da Gente. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2020/07/06/em-quarentena-biologa-divulga-natureza-da-chapada-diamantina-sem-sair-de-casa.ghtml>>. Acesso em 06/07/2020.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA. **Una prioridad del Gobierno es construir las bases para que el turismo se convierta en el nuevo petróleo de Colombia, en términos de ingreso, inversión y movilización de divisas**. Bogotá, 27/02/2019. Disponível em: <<https://id.presidencia.gov.co/Paginas/prensa/2019/190227-Una-prioridad-Gobierno-construir-bases-para-turismo-convierta-nuevo-petroleo-Colombia-terminos-ingreso-inversion-mov.aspx>>. Acesso em 15 de março de 2020.

PROCOLOMBIA. **Colombia vuelve a ganhar competência mundial em avistamento de aves**. Publicado em 23/05/2019. Disponível em: <<https://procolombia.co/noticias/colombia-vuelve-ganar-competencia-mundial-en-avistamiento-de-aves>>. Acesso em 15 de março de 2020.

RESENDE, K. M. **Legislação florestal brasileira: uma reconstituição histórica.** Lavras. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Lavras, 2006.

RESENDE. Lei nº 3.000 de 22 de janeiro de 2013. **Institui o Plano Diretor do Município de Resende.**

RIO DE JANEIRO, Decreto nº 42.483, de 27 de maio de 2010. **Diretrizes para o uso público nos parques estaduais administrados pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA.** Rio de Janeiro, 2010.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 45.574 de 03 de fevereiro de 2016. **Cria a unidade de conservação de proteção integral na categoria de Refúgio de Vida Silvestre da Lagoa da Turfeira, inserida no município de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.**

RIO DE JANEIRO. Instituto Estadual de Ambiente. DIBAPE. **Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira: Volume I – Diagnóstico Técnico; Volume II – Planejamento; Resumo Executivo.** Resende: Instituto Ekos Brasil, 2018.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 5.100 de 04 de outubro de 2007. **Trata da repartição aos municípios de parcela de 25% do produto da arrecadação do ICMS, incluindo o critério de conservação ambiental e dá outras providências.**

ROCHA, M. C. V.; MOLIN, T. A aceitação da observação de aves como ferramenta didática no ensino formal. **Atualidades Ornitológicas On-line**, n. 146, dez. 2008.

RODRIGUES, C. G. O.; FONTOURA, L. M.; ROSA, C. R.; MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F. Turismo e uso público. In: YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. **Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras.** Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018, p. 78 – 101.

ROSENBERG, K. V.; DOKTER, A. M.; BLANCHER, P. J.; SAUER, J. R.; SMITH, A. C.; SMITH, P. A.; STAMTON, J. C.; PANJABI, A.; HELFT, L.; PARR, M.; MARRA, P. P. Decline of the North American avifauna. **Science**, 19 Sep. 2019.

SANSOLO, D. G. Turismo, conservação da biodiversidade e sustentabilidade: Inspirações complementares para o debate no Brasil. In: **Turismo: Resignificando sustentabilidade.** Orgs. Folio Digital, 2018.

SANTOS, R. A.; CARVALHO, F. D. **A observação de aves como ferramenta para educação ambiental.** 2011. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/316437484_A_observacao_de_aves_como_ferramenta_para_educacao_ambiental>. Acesso em 21/10/2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO – SMAC/RJ. **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Rio de Janeiro.** 2015.

SILVA, A.; COELHO, R. L. Os desafios do pesquisador no ambiente digital. **13º Congresso Latino-Americano de Varejo e Consumo - "After COVID-19: Building Purpose through Stakeholders in Retailing".** Brasil, set. 2019. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/clav/clav2019/paper/view/7264/2039>>. Acesso em 25/08/2020.

SILVA, J. A. D. Birdwatching como uma proposta de valorização do espaço ecoturístico da Lagoa Rodrigo de Freitas, Rio de Janeiro (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 3, ago-out 2020, pp. 587 – 599.

SOARES, M.; PIRES, P. S. O interesse pela observação de aves como alternativa para o turismo em bases sustentáveis no litoral Centro-Norte de Santa Catarina. **Turismo – Visão e Ação**, vol. 6, n. 1, 2004.

SOCIEDADE PARA A CONSERVAÇÃO DE AVES DO BRASIL - SAVE Brasil. **Cidadão Cientista**. Disponível em: <<http://www.savebrasil.org.br/cidadao-cientista/>>. Acesso em 26/09/2019.

SOCIEDADE PARA A CONSERVAÇÃO DE AVES DO BRASIL - SAVE Brasil. **Por quê as aves?** Disponível em: <<http://www.savebrasil.org.br/porque-as-aves/>>. Acesso em 03/04/2019.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL DE RIO DE JANEIRO – TCE/RJ. ICMS Ecológico. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro** – Resende. 2016.

U. S. FISH AND WILDLIFE SERVICE - FWS. **2016 National Survey of Fishing, Hunting, and Wildlife-Associated Recreation**. U. S. Department of the Interior, D. C.

VAS KRISZTIAN. Birding Trail Development from a Tourism Planning Perspective. Dissertação de mestrado. Universidade de Waterloo, Ontario, Canadá, 2012.

LIMA, L. M. Dois cafés e a conta com Luciano Lima: o ‘menino-passarinho’ que viabilizou um acordo com uma montadora e garantiu a preservação de uma lagoa. Entrevista concedida a Mauro Ventura. **Revista O Globo**, jan-2014 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/dois-cafes-a-conta-com-luciano-lima-11201650>>. Acesso em 28 de outubro de 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookman. 2001.

YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R; (Orgs). **Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras**. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018.

WIKIAVES. **Estatísticas por Estado**. Disponível em: <https://www.wikiaves.com.br/estatisticas_estado.php>. Acesso em 23/09/2020.

WIKIAVES. **Registro de *Polystictus pectoralis***. Disponível em: <https://www.wikiaves.com.br/midia.php?m=3129617&p=1&wlogin=facebook&fbclid=IwAR1wW5PaQmI_19O2On3QOAYwkrvDCzpb3jpQ5hX7K-m6dFV8Hsq_3w2br4I#_=_>. Acesso em 18/10/2019.

APÊNDICE A - RELAÇÃO DE FONTES CONSULTADAS PARA OBTENÇÃO DE DADOS

INSTITUIÇÃO	TIPO DE INFORMAÇÃO	LINK DE ACESSO	ACESSO
Nuttall Ornithological Club	Primeira organização norte americana dedicada à observação e estudo das aves	www.nuttallclub.org	Março de 2020
National Audubon Society	Organização dedicada à conservação das aves	www.audubon.org	Março de 2020
BirdLife International	Aliança Global de organizações de conservação das aves	www.birdlife.org	Março de 2020
American Birding Association	Maior associação norte-americana de observadores de aves	www.aba.org	Março de 2020
Department of the Agriculture	Departamento ao qual está vinculado o Serviço Florestal Americano	www.usda.gov	Março de 2020
Department of the Interior	Departamento ao qual estão vinculados o Serviço de Pesca e Vida Selvagem e o Serviço Nacional de Parque	www.doi.gov	Março de 2020
U.S. Forest Service	Faz a gestão de trilhas destinadas a observação de aves	www.fs.usda.gov	Março de 2020
U.S. Fish and Wildlife Service	Faz a gestão de programas de conservação e observação de aves	www.fws.gov	Março de 2020
U.S. National Park Service	Promoção da observação de aves nos Parques Nacionais	www.nps.gov	Março de 2020
Bird Festival Planner	Calendário anual dos festivais de aves	www.fws.gov/refuges/Visit/birding/g/festival-planner.html	Março de 2020
Birding in the Refuge System	Promoção e divulgação da observação de aves	www.fws.gov/refuges/birding/	Março de 2020
Ministério do Meio Ambiente	Estrutura do governo	www.mma.gov.br/institucional.html	Abril de 2020
ICMBio	Estrutura do governo	www.icmbio.gov.br/portal/nossae-estrutura	Abril de 2020
Ministério do Turismo	Estrutura do governo	www.turismo.gov.br	Abril de 2020
Governo do Estado do RJ	Estrutura do governo	www.governoaberto.rj.gov.br/estrutura-do-governo	Abril de 2020
Secretaria de Estado do ambiente e Sustentabilidade do RJ	Estrutura do governo	www.rj.gov.br/secretaria/Default.aspx?sec=AMBIENTE	Abril de 2020
Secretaria de Estado de Turismo do RJ	Estrutura do governo	www.rj.gov.br/secretaria/PaginaDetalhe.aspx?id_pagina=3153	Abril de 2020
Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	Plataforma com a relação de todas as UCs do Brasil cadastradas	www.app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjUxMTU0NWtODkyNC00NzNiLWJiNTQtNGI3NTI2NjliZDkzIiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBjYjY3	Fevereiro de 2020
Plataforma de Planos de Manejo do ICMBio	Disponibiliza os planos de manejo das UCs sob gestão do ICMBio	www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/planos-de-manejo/lista-plano-de-	Fevereiro de 2020

		manejo?view=icmbioplanomanejo	
Vem Passarilhar SP	Divulgação do Programa	Facebook: @observatoriodeavesibu	Março de 2020
Vem Passarilhar RJ	Divulgação do Programa	www.inea.rj.gov.br/vem-passarilhar/ Instagram: @vempassarinharrj	Março de 2020
Vem Passarilhar Bragança Paulista	Divulgação do Programa	Facebook: @observacaodeaves	Março de 2020
Vem Passarilhar MG	Divulgação do Programa	Instagram: @vempassarinharmg	Março de 2020
Vem Passarilhar Noronha (PE)	Divulgação do Programa	Instagram: @avesdenoronha	Março de 2020
Vem Passarilhar Carioca	Divulgação do Programa	www.rio.rj.gov.br/web/smac/exibeconteudo?id=11024151	Março de 2020
Vem Passarilhar CE	Divulgação do Programa	Instagram: @vempassarinharce	Março de 2020
Vem Passarilhar SC	Divulgação do Programa	www.turismo.imbituba.sc.gov.br/eventos/detalhes/codItem/68374	Março de 2020
Vem Passarilhar TO	Divulgação do Programa	Instagram: @vempassarinharto	
Vem Passarilhar Velho Chico (Vale do São Francisco)	Divulgação do Programa	Instagram: @vempassarinharvelhochico	Março de 2020
Vem Passarilhar Paraty	Divulgação do Programa	www.fazendabananal.com.br/atividades-mensais/	Março de 2020
Plataforma de Planos de Manejo do INEA	Disponibiliza os planos de manejo das UCs sob gestão do INEA	www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/	Fevereiro de 2020
VisitMS	Portal de divulgação do turismo no Estado do MS e capacitação on-line para trade voltada à observação de aves	www.visitms.com.br	Abril de 2020
Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul	Monitoramento do comportamento do observador pelo Estado	www.observatorioturismo.ms.gov.br/	Abril de 2020

Fonte: Elaboração própria, 2020

APÊNDICE B – FORMULÁRIO UTILIZADO NO DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO
ATUAL

RECURSOS NATURAIS
Qual a situação dos recursos naturais do REVISTUR? Há ameaças (internas e externas)? Quais?
Há questões fundiárias que ainda não foram solucionadas?
Existe algum estudo ou inventário elaborado sobre a avifauna local? Se sim, há algum tipo de monitoramento periódico? Como é feito? É registrada a ocorrência de alguma espécie endêmica ou ameaçada de extinção?
Em caso afirmativo para a questão anterior, existe algum comparativo realizado entre os resultados mais atuais de monitoramento e a lista oficial que consta no plano de manejo?
VISITAÇÃO
Quais os objetivos da visitação em relação ao REVISTUR? Quais os tipos de atividades são compatíveis com a UC, e qual o perfil de visitante desejável?
Já existe algum tipo de visitação no REVISTUR? Em caso afirmativo, quais e como ocorrem?
Há visitação voltada especificamente para a observação de aves? Existe alguma informação sobre esse tipo de visitante?
Há na UC um sistema para registrar dados estatísticos sobre os usuários da área ou algum levantamento em relação à visitação? Em caso afirmativo, como funciona? Qual o quantitativo estimado?
Existe algum tipo de divulgação a respeito da UC e/ou sobre a oportunidade de observação de aves no REVISTUR? Em caso afirmativo, como é feita?
Existe algum projeto já estruturado voltado para a realização de atividades periódicas de observação de aves no REVISTUR?
Como outros atrativos turísticos existentes tanto no município de Resende quanto nos em municípios vizinhos se relacionam ou podem se relacionar com o REVISTUR?
Como o REVISTUR se insere na história do município de Resende ou pode servir para resgatar essa história?
INFRAESTRUTURA
Existe alguma infraestrutura no REVISTUR? Quais?
Quais tipos de infraestrutura ainda inexistentes são considerados necessários para a realização da visitação na área, principalmente voltada para a observação de aves? Existe algum projeto de instalação de novos equipamentos em andamento? Qual o tempo estimado para a conclusão da implantação?
Existe algum tipo de material educativo ou de orientação que é fornecido aos visitantes? Qual? Como é distribuído?
Quanto à infraestrutura regional, o REVISTUR é de fácil acesso?
RECURSOS HUMANOS
Quantos funcionários existem no REVISTUR? O número é adequado?
Os funcionários se envolvem com a visitação ou com a observação de aves? São capacitados para a atividade específica ou há o interesse de uma capacitação para a observação de aves?
Existe algum programa de voluntariado ou previsão de implantação?
Existe a possibilidade da criação de um programa de voluntariado voltado para o monitoramento da avifauna e/ou auxílio à atividade de observação de aves na UC?

QUESTÕES SETORIAIS
Tem-se conhecimento a respeito de guias de observação de aves locais (ou de fora) que realizam o trabalho no REVISTUR?
A população que reside das adjacências do REVISTUR, tem conhecimento a respeito da UC? Como ela é ou pode ser inserida de alguma forma no processo de implementação da observação de aves na área?
Existe algum tipo de parceria entre o REVISTUR e alguma Secretaria Municipal de Resende? Em caso negativo, que tipo de articulação seria interessante nesse sentido?
Há ainda alguma parceria com instituições de ensino? (Como UERJ ou IFRJ por exemplo)
E o setor privado, de que forma pode contribuir com esse processo de implementação das atividades de visitação?
QUESTÕES GERENCIAIS
Existem documentos legais ou propostos que regulamentam as atividades turísticas na UC?
Existe o interesse da elaboração de um plano de uso público?
Há no zoneamento, áreas estabelecidas para a visitação? E para a observação de aves? As áreas são as mesmas ou são distintas? Elas estão sinalizadas?
Qual/quais as fontes de financiamento da administração do REVISTUR? Essa fonte é suficiente para as atuais atividades? E para as futuras atividades?
Existe a atuação do setor privado no financiamento de alguma atividade? Como ocorre? Existe alguma política ou regulamento em relação a essa participação?
QUESTÕES FINAIS
O processo de criação do REVISTUR teve início com um movimento promovido por observadores de aves da região. Como esse histórico pode ser favorável para a UC?
Quais são as lacunas de conhecimento e pesquisas ainda necessárias que podem contribuir com a visitação no REVISTUR?
Quais as maiores dificuldades e desafios para que o REVITUR consolide a atividade de observação de aves?
De forma geral, quais tem sido os principais eixos de atuação da gestão da UC nesse momento e próximas ações voltadas para a visitação?
Diante todas as questões abordadas aqui, quais devem ser evidenciadas no diagnóstico como fundamentais para subsidiar a implementação da visitação, principalmente da atividade de observação de aves no REVISTUR?
E quais tipos de informações sobre os visitantes e a demanda turística são importantes para a UC estruturar, implementar, monitorar a atividade de observação de aves?
Quais as formas/canais de promoção e divulgação do REVISTUR já existem ou precisam ser criadas?

APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA AOS GUIAS DE TURISMO DE
OSERVAÇÃO DE AVES DA REGIÃO

Com qual gênero você se identifica?
Cidade/Estado de residência
Qual sua idade?
Há quanto tempo você passarinha e o que te motivou a começar a observar aves?
Há quanto tempo você trabalha com o guiamento de observação de aves e por quê começou nesta área?
O guiamento é sua profissão principal ou fonte de renda complementar?
Qual é o perfil de seus clientes? (Qual local de origem, o que buscam e como chegam até você)
O que seus clientes mais gostam e sobre o que costumam se queixar quanto à atividade de observação de aves de forma geral?
Qual sua opinião sobre o cenário da observação de aves no Brasil? O que mudou nos últimos ano e o quê ainda precisa ser melhorado?
O que você considera imprescindível na formulação de uma política pública voltada para a atividade nas unidades de conservação brasileiras?
Você acredita que a observação de aves contribui para a conservação ambiental? Como?
Qual o diferencial da observação de aves enquanto uma atividade no segmento turístico?
Você conhece algum exemplo de política pública de sucesso ou local que seja um exemplo modelo na estruturação, promoção e implementação da atividade?
Você conhece o Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira no município de Resende (RJ)?
Como e quando você conheceu o Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira?
Você já realizou algum guiamento no Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira?
Se a resposta para a pergunta anterior foi "sim", como funciona o guiamento para o Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira? A UC já está inserida em seu roteiro? Há a procura específica pelo local? Caso a resposta tenha sido "não", o que te impede de guiar na área?
Qual a opinião dos seus clientes que conheceram o Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira?
Agora qual a sua opinião sobre o Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira quanto à observação de aves (infraestrutura, acesso, divulgação, nível de conservação dos recursos naturais)? Quais os pontos positivos e negativos? Existe algum diferencial (ou potencial diferencial) na área?
Você acredita que é possível o Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira se torne um ponto de referência para a observação de aves na região? O que você sugeriria para isso?
Quais as espécies de aves mais interessantes que você já avistou ou podem ser encontradas no Refúgio de vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira?
Caso queira registrar alguma outra questão que não foi evidenciada nas perguntas anteriores, fique à vontade para deixar observações complementares aqui:

APÊNDICE D – PERGUNTAS A RESPEITO DO PROGRAMA VEM PASSARINHAR RJ

Qual a situação atual do Programa Vem Passarilhar? Há alguma perspectiva sobre a data de retorno das atividades presenciais que foram paralisadas com a pandemia?
É realizado sobre o Programa algum tipo de monitoramento quanto às metas a serem alcançadas ou avaliação dos objetivos?
Atualmente existe alguém especificamente designado para a função de coordenação do Programa?
Qual seria o cenário perfeito para a implementação efetiva do Programa Vem Passarilhar de acordo com o que está instituído na sua Resolução de criação?
O maior problema é a falta de pessoal ou um possível desinteresse institucional?

APÊNDICE E - PROGRAMAÇÃO, CONVIDADOS E TEMAS DISCUTIDOS NO AVISTAR CONECTA

Horário	Tema	Convidados	Pontos
15 de maio			
20h	Abertura e apresentação		
16 de maio			
09h	Ilustração de aves	Cristiane Gardim	-
10h	Passarilhar é fácil	Zé Edu Camargo, Priscilla Sales, Luciano Lima e Ananda Porto	Porquê, como, onde e quando passarilhar. Observação de aves durante o isolamento social. Como atrair aves com comedouros e bebedouros. Quais equipamentos utilizar.
11h	Plataformas digitais	Karlla Barbosa, Wagner Nogueira, Reinaldo Guedes, Estevão Santos, Alex Mesquita e Carlos Gussoni	Plataformas digitais e contribuição de dados através da ciência-cidadã com a conservação. As bases de dados geradas são coleções científicas análogas às coleções de museus e por isso a moderação e correção dessas bases é fundamental para a fidelidade das informações. Possibilidade de conhecimento a respeito de populações de espécies ao redor do mundo.
14h	Turismo de observação	Tietta Pivatto, Roséli Nascimento, Edu Franco, Suzi Camargo, Edson Moroni	Turismo de observação de aves no pós-pandemia. Incertezas no setor turístico diante cenário de queda. Momento de reflexão e maior valorização do ambiente natural regional como oportunidade. Novas medidas de segurança e criação de novos produtos adaptados a nova realidade.
15h	Observação e redes sociais	Irmãos Mello, Ester Ramirez, Gustavo Figueiroa, Thiago Toledo e João Souza	Importância das redes sociais no estímulo à observação da natureza, divulgação da atividade e sensibilização a respeito da conservação.
16h	Elas passarinham	Silvia Linhares, Vanilce Carvalho, Ana Júlia Cano e Tati Pongiluppi	Mulheres na observação de aves, dificuldades e desafios. Em 2009 o percentual de mulheres cadastradas no WikiAves era de 24% e em 2019 subiu para 45%.
17h	Como as aves vêem as cores	Richard Prum (Yale)	Apresentação de estudo que abordou como as aves enxergam as cores.

18h	A expedição Serra do Apiaú	Mario Cohn-Haft (INPA)	-
19h	A voz das arapongas	Jeff Podos (Massachussets, Amherst)	Estudo sonoro sobre a vocalização das arapongas.
20h	A expedição Purple Martin	Joe Siegrist (PMCA-Erie)	Andorinha-de-bando (<i>Hirundo rustica</i>)
21h	IODA o retorno	-	Jogo interativo
17 de maio			
08h	Janelives	-	Lives de comedouros pelo Brasil
10h	Coronavírus e as aves	Carla Meneguini	Explicação sobre a possibilidade de contágio e transmissão do coronavírus através das aves. Cuidados que devem ser tomados com a manipulação das espécies em campo.
11h	Jovens Observadores	Arthur Alves, Matheus Silva, Lorena Patrício, estevão Santos, Rafaela Weber e Matheus Souza	Grupo de jovens de várias idades de observadores de aves formado em 2018 que promovem a atividade pelo país.
14h	Vem Passarinhar	Cacilia Licarião, Karlla Barbosa, Edu Franco, Henrique Rajão, Luciano Lima e João Marins	O que é o Programa Vem Passarinhar, como começou e expansão das iniciativas em alguns Estados do país. Realização de atividades voltadas para as crianças.
15h	Conservação das aves	Karlla Barbosa, Alecsandra Tassoni, Neiva Guedes, Weber Girão e Paloma Bosso	Projetos de conservação de algumas espécies de aves brasileiras.
16h	Identificação de aves	Wagner Nogueira, Vitor Piacentini, Fabio Olmos, Fernando Pacheco e Mário Cohn-Haft	Critérios de catalogação e dificuldades de identificação de espécies muito parecidas.
17h	Comedouros no apartamento	-	Criação coletiva de comedouros para apartamentos (Hackathon)
18h	Novas espécies – A Serra da Mocidade	Mario Cohn-Haft (INPA)	Uma equipe formada por 42 cientistas explorou as matas pouco conhecidas do Parque Nacional Serra da Mocidade (RR) durante 25 dias em busca de novos registros para a biodiversidade brasileira. Foram registradas mais de 1.500 espécies da fauna e flora e a expedição foi contada no documentário “Novas espécies – a expedição do século”, lançado em novembro de 2019.
20h	Exibição do documentário “Novas espécies – a expedição do século”	-	Documentário sobre expedição científica nas matas do Parque Nacional da Serra da Mocidade (RR).

Fonte: Elaboração própria com base em Avistar Conecta (2020)

APÊNDICE F – ENTREVISTA COM O ORNITÓLOGO LUCIANO LIMA

Qual a ligação entre conexão com a natureza e a conservação?
Como reverter esse processo de “extinção da experiência”?
Como a observação de aves se insere nesse contexto?
O que mudou com a pandemia?

ANEXO A – PROGRAMA DE VISITAÇÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE ESTADUAL DA LAGOA DA TURFEIRA

EKOS BRASIL



inea
Secretaria do Ambiente
Instituto estadual do ambiente



6.3. Plano Setorial de Visitação

O Plano Setorial de Visitação visa atender ao planejamento e a gestão da visitação. Toda forma de acesso a UC deverá estar de acordo com os objetivos de manejo da Unidade de Conservação. A visitação é instrumento essencial para aproximar a sociedade da natureza e despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes e processos naturais, e pode contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais. Também tem o objetivo de promover a difusão de conhecimentos sobre o REVIS para a sociedade, contribuindo, assim, para a agregação de esforços focados na proteção da UC e angariamento de simpatizantes com a unidade. É composto por três programas: Visitação, Educação Ambiental e Comunicação.

6.3.1. Programa de Visitação

O Programa de Visitação busca o ordenamento e o direcionamento dessas atividades no interior da unidade, garantindo o mínimo impacto nas áreas visitadas, a qualidade na experiência dos visitantes, a sensibilização e conscientização ambiental. A visitação deve procurar satisfazer as expectativas dos visitantes no que diz respeito à qualidade das experiências e segurança. No caso do REVISTUR, o foco dos atrativos turísticos é a observação de aves.

Objetivo Estratégico 1	Implantar o turismo de observação de aves				
Resultados Esperados	Indicadores de Impacto	Fontes de Verificação	Metas anuais		
			ano 1	ano 2	ano 3
Ser reconhecido como importante ponto de observação de aves na região	nº de observadores de aves	nº de participantes no "Vem passarinhar" e/ou contabilizados pela gestão da UC, a cada ano	aumento de 30% ao longo de cada ano	aumento de 30% ao longo de cada ano	aumento de 30% ao longo de cada ano
Atividade			Cronograma		
1.1. Articular com grupos de observação de aves para realização de eventos como o "Vem Passarilhar RJ" no REVISTUR.			ano 1	ano 2	ano 3

Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Estadual
Da Lagoa da Turfeira
Volume II - Planejamento
Página - 60

1.2. Articular com a Secretaria de Turismo Municipal e com as agências de turismo da região, para inclusão do REVISTUR nos roteiros de observação de aves da região.					
1.3. Promover a realização de atividades de observação de aves com escolas da região, visando difundir o conhecimento sobre a avifauna local e despertar o interesse para novos observadores.					
Objetivo Estratégico 2	Estabelecer infraestrutura e rotina de monitoramento de visitação				
Resultados Esperados	Indicadores de Impacto	Fontes de Verificação	Metas anuais		
			ano 1	ano 2	ano 3
Definir a Infraestrutura a ser implantada Consolidar manual de procedimentos para a atividade	km de trilha manejada	diagnóstico no campo	uma trilha	uma trilha	uma trilha
Atividade			Cronograma		
			ano 1	ano 2	ano 3
2.1. Identificar a localização exata (coordenadas) mais adequadas para a instalação de uma estrutura para observação de pássaros. (torre ou trilha suspensa).					
2.2. Elaborar projeto executivo para implantação de trilhas.					
2.3. Implantar as trilhas					
2.4. Monitorar os dados do sensor de movimento na trilha principal de acesso para contabilização de pessoas.					
2.5. Elaborar estudo da capacidade de carga da unidade.					
2.6. Realizar curso de capacitação de condutores ambientais					

6.3.2. Programa de Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental visa favorecer condições e promover a educação ambiental em contato com a natureza. O foco do programa são as escolas do entorno da UC, partindo do entendimento que a formação de crianças e jovens é prioritário para o desenvolvimento de uma nova consciência ambiental.

As atividades do programa de Educação Ambiental do REVISTUR devem estar articuladas e integradas com os programas e ações do INEA, e idealmente, também alinhadas com as Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação do ICMBio (2015). Deve-se buscar ainda a integração com as ações e programas da secretaria municipal de educação de Resende.

Objetivo Estratégico 1	Organizar e realizar atividades de educação ambiental formal junto às escolas do entorno do REVIS.				
Resultados Esperados	Indicadores de Impacto	Fontes de Verificação	Metas anuais		
			ano 1	ano 2	ano 3
Comunidade escolar do entorno com conhecimento da UC e suas dinâmicas ambientais	No. de atividades realizadas nas escolas	Relatório (planilha) de atividades da UC	mínimo de 3	mínimo de 6	mínimo de 9
Atividade			Cronograma		
			ano 1	ano 2	ano 3
1.1. Estabelecimento de parceria com as escolas do entorno para realização de atividades					
1.2. Elaborar projeto definindo estratégias e atividades de aproximação e sensibilização das escolas para efetivo envolvimento					
1.3. Elaboração de material para atividades com as diferentes faixas etárias					
1.4. Realizar visitas às escolas					
Objetivo Estratégico 2	Divulgação da UC junto às comunidades do entorno e sensibilização da população.				

Resultados Esperados	Indicadores de Impacto	Fontes de Verificação	Metas anuais		
			ano 1	ano 2	ano 3
Comunidade ciente da existência da UC e da importância da proteção de seus ecossistemas.	Notificação Oficial sobre existência do REVIS para bairros vizinhos.	Notificações entregues	500	500	500
Atividade			Cronograma		
			ano 1	ano 2	ano 3
2.1. Preparação de conteúdos relevantes a serem divulgados junto às comunidades					
2.2. Definição de melhores datas para realização de eventos (elaborar calendário)					
2.3. Realização de eventos nos bairros do entorno					
2.4. Distribuir notificações nos bairros prioritários					
Objetivo Estratégico 3	Realizar atividades de interpretação ambiental a serem realizadas nas trilhas da UC				
Resultados Esperados	Indicadores de Impacto	Fontes de Verificação	Metas anuais		
			ano 1	ano 2	ano 3
UC equipada com diferentes roteiros de atividades de interpretação ambiental para serem realizadas junto a públicos diversos.	Número de roteiros de interpretação ambiental elaborados	Roteiros	1 roteiros	2 roteiros	3 roteiros
Realização de interpretação ambiental nas trilhas do REVIS.	No. de atividades de interpretação ambiental em trilhas realizadas	Relatório (planilha) de atividades da UC	projeto executivo das trilhas	mínimo 3	mínimo 6
Atividade			Cronograma		
			ano 1	ano 2	ano 3
3.1. Elaboração de roteiros de interpretação ambiental par as trilhas do REVIS para diferentes públicos.					

3.2. Realização de atividades de interpretação ambiental no REVIS			
3.3. Implementar método de avaliação da eficácia das atividades			

6.3.3. Programa de Comunicação

O Programa de Comunicação tem como finalidade informar e divulgar a comunidade do entorno, bem como também um público mais amplo, sobre a importância da unidade, os atrativos disponíveis e as principais normas de uso. É um programa complementar ao de Visitação e ao de Educação Ambiental, pois facilita o acesso a informações e dá suporte a construção de conhecimentos capazes de promover e qualificar a participação da sociedade na gestão da área protegida.

Objetivo Estratégico 1	Divulgar a imagem da UC e estabelecer um canal de comunicação com os moradores do entorno.				
Resultados Esperados	Indicadores de Impacto	Fontes de Verificação	Metas anuais		
			ano 1	ano 2	ano 3
Consolidar a imagem do REVISTUR perante a sociedade como UC importante no cenário estadual	Quantidade total de contatos eletrônicos (e-mail) no banco de dados, até o ano 2020	Relatório/lista de contatos	10	25	50
Comunidade do entorno bem informada sobre o REVISTUR, reconhecendo e valorizando a presença da UC na região.	Número de publicações feitas nos portais oficiais e mídias sociais do INEA e REVISTUR	Registro das publicações	12	12	12
REVISTUR sendo divulgado em diversos eventos e atividades na região.	Número de notícias sobre o REVISTUR publicadas por ano em cada um dos veículos considerados (rádio, TV, jornal e mídias digitais)	Registro de <i>Clipping</i> de veiculações de matérias	5	5	5
Redução dos conflitos de interesse entre o REVISTUR e a comunidade do entorno.	Número total de cartilhas distribuídas por ano no entorno do REVISTUR	Registro de controles de distribuição de materiais	250	250	250

Atividade	Número total de eventos onde houve participação e divulgação do REVISTUR por ano	Registros de participação, relatórios, fotografias e atas/anais de eventos	2	2	3
	Cronograma				
	ano 1	ano 2	ano 3		
1.1. Elaborar banco de dados (<i>mailing list</i>) com contatos eletrônicos (e-mail) de moradores e lideranças do entorno e visitantes do REVISTUR para divulgação de informes, atividades e notícias sobre o REVISTUR, especialmente dos proprietários inseridos na UC e Zona de Amortecimento.					
1.2. Elaborar releases para divulgação do REVISTUR e de suas atividades desenvolvidas em jornais, rádios, TV, sites, redes sociais e blogs.					
1.3. Acompanhar, registrar e responder, na medida do possível notícias publicadas sobre o REVISTUR em jornais, rádio, TV e internet.					
1.4. Elaborar e distribuir folders de divulgação do REVISTUR em estabelecimentos comerciais, hotéis, pousadas, restaurantes, agências de turismo, empresas, escolas, instituições públicas e, em especial, aos moradores do entorno imediato. O Folder deve conter informações gerais sobre o REVISTUR, o que é uma UC, zoneamento, normas, mapa, fotos, fauna e flora, indicações de atrativos, educação ambiental e hábitos e condutas ambientalmente adequadas, inclusive para a visitação. Disponibilizar folders na Sede (provisória ou definitiva) do REVISTUR.					
1.5. Divulgar o REVISTUR em eventos e festas da região, apresentando banner, distribuindo brindes (adesivos, bonés, camisetas, broches, etc.) e o folder, exibindo fotos, com ou sem estande, como o Seminário de Turismo de Resende, a Festa do Pinhão, entre outros.					
1.6. Manter a página do <i>Facebook</i> do REVISTUR atualizada, no mínimo quinzenalmente, bem como analisar e responder os contatos recebidos no e-mail e <i>Facebook</i> do REVISTUR.					
1.7. Demandar e elaborar em conjunto com a sede da GEUC a produção, de pelo menos, os seguintes materiais de comunicação para subsidiar ações dos demais Planos e Programas do REVISTUR: <ul style="list-style-type: none"> - Guia de Aves do REVISTUR - com informações e fotos das espécies. - Revista Selo Verde - com identificação e caracterização de empreendimentos e serviços sustentáveis na região. 					